



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – SPF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO – PLADES**

EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES

**TURISMO NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO
CABO ORANGE, AMAPÁ**

**BELÉM
2007**

EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES

**TURISMO NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO
CABO ORANGE, AMAPÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do
Pará.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia T. L. Simonian

**BELÉM
2007**

Biblioteca da UFPA – Belém – Pa – Brasil

Gomes, Eduardo Lima dos Santos

Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá /
Eduardo Lima dos Santos Gomes; Orientador Ligia T.L.Simonian. -
2007.

116 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará.

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa De Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.
Belém, 2007.

1. Turismo – Amapá. 2. Parque Nacional do Cabo Orange – Amapá.
3. Ecoturismo – Amapá. 4. Desenvolvimento sustentável – Amapá. I.
Título.

CDD: 338.4791

EDUARDO LIMA DOS SANTOS GOMES

**TURISMO NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO
CABO ORANGE, AMAPÁ**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lígia T. L. Simonian

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lígia T. L. Simonian – Orientadora

Prof^a. Dr^a. Rosa Elisabeth Acevedo Marin – Examinadora Interna

Prof^a. Dr^a. Denise Adrião – Examinadora Externa

Data: ____/____/____

Conceito: _____

À Irmã Geisa,
Instrumento de luz, paz,
amor, bondade e fé que me eleva
e me conduz a Deus.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), bem como aos professores da minha graduação e especialização, pela transmissão e construção de conhecimentos valiosos que vêm se somando ao longo de minha ascendente trajetória acadêmica.

À minha Orientadora Lígia T. L. Simonian, pela atenção especial, orientação e estímulo à concretização e ao êxito deste trabalho.

À CAPES pelo apoio financeiro concedido através de bolsa, para realização da pesquisa desta dissertação.

Ao IBAMA-AP e ao Projeto ERENA (UFGO/UNB/UFPA/UNIFAP/CNPq), pelo aporte de recursos para a realização do trabalho de campo.

À Dr^a. Lígia T. L. Simonian e ao Dr. José Maria da Silva, pela oportunidade de participação no Seminário *O Lugar da Fronteira nas Relações Amapá*, realizado em 2006, em Macapá.

Ao IBAMA-AP, ao IESA e à WWF-AP, pela oportunidade de ter participado do Seminário *Elaboração do Plano de Manejo do PARNA Cabo Orange*, realizado em 2006, em Macapá.

Às populações que vivem no entorno do PARNA Cabo Orange e às pessoas que nas cidades de Macapá, de Calçoene e de Oiapoque apoiaram a realização da pesquisa, especialmente pela acolhida e pelas informações repassadas.

Aos meus familiares maravilhosos que, carinhosamente, estiveram e estarão comigo em todas as batalhas, afagando-me e apoiando-me dia-a-dia.

Às amigas do PLADES/2005, como Silvaneide Queiroz e Ellen Pessoa, pelo grande otimismo, pelo apoio incondicional e pela oportunidade de compartilharmos de alegrias e tristezas.

Aos amigos e irmãos, Cléber Soares, Jacqueline Monteiro, Lúcia Sarmiento e Trícia Amoras, que incansavelmente acreditaram em minha capacidade e me deram forças para superar todas as barreiras.

E a todos aqueles (as), aqui não mencionados (as), mas que direta ou indiretamente contribuíram à consecução de meus objetivos pessoais e profissionais, dedico igualmente os meus profundos agradecimentos e com os quais também divido todos os méritos que poderão advir desta vitória.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa analisou o turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, no estado do Amapá. Para isso, utilizou-se de um enfoque qualitativo para compreender a realidade das duas comunidades residentes nesse entorno, Vila Velha do Cassiporé e Vila Cunani e suas percepções acerca de turismo, bem como entender o papel das principais instituições governamentais e não-governamentais que tentam implementar políticas de desenvolvimento nesse Parque Nacional. Diante disso, verificou-se que as políticas públicas direcionadas para o entorno dessa unidade de conservação ainda são incipientes, assim como há uma visível fragmentação do tecido social dessas duas comunidades tradicionais residentes. Ademais, percebeu-se que existem potencialidades naturais, históricas e culturais que podem ser trabalhadas no fomento de produtos turísticos, entretanto, ainda não há um trabalho voltado para tal fim. Portanto, concluiu-se que os limites são maiores do que as possibilidades no desenvolvimento do turismo nesse entorno do Parque Nacional do Cabo Orange. Dessa maneira, cabe às instituições competentes e comunidades residentes desse entorno exercitarem a participação como garantia de sustentabilidade para que o turismo possa a vir a ser uma possibilidade de inclusão social, desenvolvimento e indutor de conservação dos recursos naturais e culturais dessa unidade de conservação de uso integral no norte do estado do Amapá.

Palavras-Chave: Turismo, Desenvolvimento Sustentável, Inclusão social, Políticas públicas, Unidade de conservação, Parque Nacional do Cabo Orange - Amapá, Vila Velha do Cassiporé (AP), Vila Cunani (AP).

ABSTRACT

This research work analyzes tourism in the Cabo Orange National Park surrounding areas, in the State of Amapá, Brazil. A qualitative approach was used in order to understand the reality of two resident communities around the area: Vila Velha do Cassiporé and Vila Cunani, aiming at capturing their perception about tourism and assessing the role of the main governmental and non-governmental institutions which have tried to implement development policies for the National Park. Public Policies regarding the surrounding areas of the National Park were found to be incipient and a fragmentation of those two communities social tissue was noticed. Besides that, natural, historical and cultural potentialities were perceived, and yet there are no work projects contemplating such features. It is concluded, therefore, that limitations are greater than tourism development possibilities around the Cabo Orange National Park. Related institutions and the resident communities must exercise their participation rights in order to guarantee sustainability for tourism initiatives, making sure that they bring social inclusion and development, ensuring, at the same time, the conservation of natural and cultural resources in this environmental unit located in the State of Amapá.

Key-Words: Tourism, Sustainable development, Social inclusion, Public policies, Conservation areas, Cabo Orange National Park - Amapá, Vila Velha do Cassiporé (AP), Vila Cunani (AP).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Placa de localização da Sede da Gerência do PARNA Cabo Orange na Vila Taperebá.	51
Figura 2: Vegetação de Manguezal – PARNA Cabo Orange.	54
Figura 3: Vista aérea da Vila Taperebá.	57
Figura 4: Instrumento de pesca ilegal denominado de “gaiola”.	58
Figura 5: Fachada frontal de um dos comércios da Vila Taperebá.	59
Figura 6: Porco em área alagada junto a uma residência na vila Taperebá.	60
Figura 7: Vista aérea da Vila Velha do Cassiporé	64
Figura 8: Mulher em sessão de pilagem das amêndoas do cacau.	65
Figura 9: Formas de barras de chocolate caseiro.	65
Figuras 10: Reunião comunitária preparativa	66
Figuras 11: Reunião comunitária preparativa	66
Figura 12: Reunião comunitária de boas-vindas à Missão Francesa.	67
Figura 13: A Missão Francesa numa recepção organizada pela comunidade	67
Figura 14: Vista aérea da Vila do Cunani	70

LISTA DE SIGLAS

AAC – Associação Agroextrativista do Cassiporé

AMCT – Associação dos Moradores da Comunidade do Taperebá

APA – Área de Proteção Ambiental

APTF – Áreas Protegidas Transfronteiriças

ARPA – Projeto Áreas Protegida da Amazônia

BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCADA – Conselho Comunitário dos Afros-descendentes do Amapá

CDS – Cargo de Confiança Nível Superior

DETUR – Instituto do Desenvolvimento do Turismo do Amapá

DUF – Departamento Ultra – Marino Francês

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo

EUA – Estados Unidos da América

FFEM – Fundo Francês de Meio Ambiente

FLONA – Floresta Nacional

FUNDAP – Fundação de Apoio à Pesquisa na Universidade Federal do Amapá

GEA – Governo do Estado do Amapá

GTC – Grupo Técnico de Coordenação

GTO – Grupo Técnico Operacional

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEPA – Instituto Estadual de Pesquisa do Amapá

IESA – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Amapá

INCRA – Instituto Nacional da Reforma Agrária

IUCN – União Internacional para a Proteção da Natureza

LAENA – Laboratório de Análise Espacial do NAEA

MET – Ministério do Esporte e Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NGP – Núcleo de Gerenciamento do Proecotur

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PARNA – Parque Nacional

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrado

PNMT – Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PPA – Plano Plurianual

PPG7 – Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RESEX – Reserva Extrativista

RURAP – Instituto do Desenvolvimento Rural do Amapá

SEAF – Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento e Floresta

SCA – Secretaria de Coordenação Amazônica

SEDEAP – Secretaria Especial de Estado do Desenvolvimento Econômico

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo do Amapá

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá

SETEC – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBPA – Transboundary Protected Areas – Áreas Protegidas Transfronteiriças

TERRAP – Instituto de Terras do Amapá

TIES – The International Ecotourism Society

UC – Unidades de Conservação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRJ – Universidade federal do Rio de Janeiro

WWF – Wild World Foundation

ZEE – Zoneamento Econômico – Ecológico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: TURISMO, ENTORNO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E ÁREA FRONTEIRIÇA INTERNACIONAL	22
2.1 TURISMO: CAMINHOS, DEFINIÇÕES E A CONSTITUIÇÃO DO TURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	22
2.2 TURISMO: PERSPECTIVAS SÓCIOAMBIENTAIS	25
2.2.1 Turismo e sustentabilidade: uma cooperação possível?	31
2.2.2 Turismo e participação: questão central no desenvolvimento	33
2.3 ENTORNO: UMA ÁREA DE UC COM RELAÇÕES SOCIAIS IMBRICADAS	37
2.3.1 Unidade de conservação: definição, seleção e manejo	38
2.3.2 Parque Nacional: caracterização e discussão teórica	42
2.3.3 Entorno: desafios e possibilidades de desenvolvimento	45
2.4 Área fronteira internacional: desafios e possibilidades no Amapá	47
3 CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL DA ÁREA DE PESQUISA	51
3.1 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	51
3.1.1 Aspectos físico-geográficos	52
3.1.2 Aspectos de uma história múltipla	55
3.1.3 Vila Taperebá: uma realidade complexa no PARNA cabo Orange	57
3.2 ENTORNO DO PARNA DO CABO ORANGE: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS RELEVANTES	60
3.2.1 Município do Oiapoque: características e desafios no turismo	61
3.2.1.1 Vila Velha do Cassiporé: uma vila histórica no cabo Orange	63
3.2.2 Município de Calçoene: caracterização e desafios para um turismo	68
3.2.2.1 Vila do Cunani: de uma república independente a uma realidade decadente	70
4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO AMAPÁ: DESAFIOS DE SUSTENTABILIDADE	72
4.1 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO AMAPÁ: HISTÓRICO E CONSEQÜÊNCIAS	73

4.2 SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO AMAPÁ: TENDÊNCIAS E DESAFIOS	77
4.3 PROGRAMAS E PROJETOS DE TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE	79
4.3.1 Projeto de conservação e valorização da biodiversidade no sul do Amapá	81
4.3.2 Programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR: Núcleo de Gerenciamento do Programa no Amapá	83
4.3.3 Programa de regionalização do turismo no Amapá	89
5 TURISMO NO ENTORNO DO PARNA DO CABO ORANGE: A COMPLEXIDADE DAS TENDÊNCIAS ATUAIS	93
5.1 TENDÊNCIAS ATUAIS: O TURISMO COMUNITÁRIO E AS UC DO AMAPÁ	95
5.2 VILA VELHA DO CASSIPORÉ: TURISMO E DESAFIOS	100
5.3 VILA DO CUNANI: ENTRE CULTURA E TURISMO	104
5.4 TURISMO NO ENTORNO DO PARNA DO CABO ORANGE: LIMITES OU POSSIBILIDADES?	109
6 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	115
REFERÊNCIAS	123

1 INTRODUÇÃO

O turismo pode ser definido como uma alternativa promissora de atividade econômica e de desenvolvimento para países com potenciais para a sua prática. De acordo com a definição de Oliveira (2002, p. 33),

[...] o turismo faz parte do setor de serviços e este é o setor que mais tem crescido nas economias industrializadas. Como fenômeno de massa, é a consequência da elevação do nível de renda da população mundial em geral, da multiplicação e do barateamento dos meios de transporte, da melhoria do padrão de vida na sociedade urbana e industrial. Os povos desenvolvidos vêem a atividade como instrumento de política econômica. Esse caráter instrumental para alcançar o desenvolvimento por meio do turismo não pode ser perdido de vista na formulação de uma política de desenvolvimento turístico. Assim, o turismo constitui um objetivo para o turista, como também para a região que deseja atraí-lo.

Teoricamente, a seguir a concepção de Oliveira (2002, p. 35), o turismo enquanto atividade planejada, ordenada e participativa “[...] é capaz de produzir um respeitável impacto na economia local. É um meio de redistribuir a renda, captar divisas, gerar novos empregos, incrementar outros setores econômicos, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais”.

Entretanto, no âmbito mais restrito das áreas da economia tradicional, o fomento dessa atividade tem provocado mudanças de grandes proporções, bem como impulsionado uma nova reorganização sócio-espacial. Estudos de Rodrigues (1997, p. 44) revelam que “[...] atualmente, com a explosão do fenômeno, multiplicam-se os núcleos turísticos concebidos artificialmente desde a sua origem, sendo dotados de todos os elementos que compõem o espaço turístico”. Nesse sentido, são vários e diversificados os espaços e os novos territórios construídos pelo e para o turismo, tendo o meio ambiente como o centro desse processo de territorialização, desencadeado relações de poder e provocado o desmantelamento das relações sociais existentes nos núcleos receptores.

A se considerar tal contexto, a produção da atividade turística passou a ser repensada seguindo os postulados de desenvolvimento e sustentabilidade, em geral, recomendados como um receituário para a solução dos problemas sócio-ambientais. Uma discussão a partir de um modelo que leve em consideração o processo de uso pautado na sustentabilidade, tais como: a conservação dos recursos naturais, o respeito ao patrimônio cultural e a possibilidade de geração de renda e trabalho para as comunidades locais há de ser priorizada. (ALMEIDA, 2001; MENDONÇA, 2004; QUARESMA, 2006; SENA, 2005). Esta perspectiva torna-se de

relevante, em especial, quanto às políticas públicas para essa atividade. Diante disso, a prática turística em Áreas Protegidas – AP e/ou Unidades de Conservação – UC desponta como alternativa de uso racional e sustentável; e ganha adesões de políticas públicas, ambientalistas, empreendedores e turistas, na busca de um meio para possibilitar o contato mais íntimo entre indivíduo e natureza.

Ainda, a problemática da prática turística em UC entra no palco das discussões acerca de políticas públicas e privadas. Percebe-se que o objetivo dessas discussões é de construir políticas eficientes e aptas a promover o alicerce do desenvolvimento ecológico, social e econômico e que se constitua em estratégia de planejamento voltada para o interior e o entorno dessas UC. Espera-se, com isso, uma otimização racional maior dos recursos naturais e promoção da inclusão social de suas comunidades locais.

Nessa direção, o turismo se tornou uma atividade econômica importante em áreas naturais em todo o mundo, propiciando a construção de um ambiente no qual as trocas de experiências entre visitantes e residentes possam ser recíprocas, contribuindo, desse modo, para a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, oportunizando benefícios para as comunidades que habitam essas áreas naturais. Porém, nem sempre o desenvolvimento do turismo em áreas naturais pode gerar esse cenário harmônico. Existe a possibilidade de uma alteração na paisagem através das visitas a essas áreas, onde territórios novos surgem e os anteriores recebem outros desenhos de acordo com as necessidades dos sujeitos que se apropriam e vão produzindo esses espaços.

Sob este prisma, verifica-se, então, que o turismo pode modificar lenta ou rapidamente a situação social, econômica e ambiental das comunidades, com impactos tanto positivos quanto negativos. Tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento, as comunidades geralmente sentem que não tem poder para influenciar os padrões estabelecidos pelos governantes. Projetos de turismo conhecidos como de “base comunitária” procuram envolver as comunidades a fim de que elas decidam o tipo de crescimento que gostariam de ter, para, então, ajudá-las a implementar seus planos. Mas certamente, somente quando as comunidades se tornam conscientes dos impactos, ações e das possibilidades do desenvolvimento do turismo é que elas podem alcançar um envolvimento mais completo e responsável no planejamento da atividade.

Note-se que há um esforço coletivo no sentido de viabilizar programas e projetos voltados à inclusão social das comunidades locais residentes em áreas potenciais de turismo em UC. Nisso, verifica-se programas e projetos destinados a essas tais comunidades, onde se leva em consideração as possibilidades de desenvolvimento a partir do reconhecimento e

respeito à história, à cultura e aos valores locais. Por comunidade, trabalha-se o conceito desenvolvido por Góis (2005, p. 61), como sendo “[...] um espaço de moradia, um lugar social de permanência estável e duradoura de relação direta (face-a-face) entre seus moradores, de crescimento e de proteção da individualidade frente à natureza e à sociedade”. Para este mesmo autor, a comunidade possui identidade própria de lugar e de cultura local, porém não se separa da sociedade maior que a reflete. Ao mesmo tempo em que é influenciada pela sociedade, possui influências sobre ela por meio de uma dinâmica própria que a integra e a diferencia do todo social.

Por participação local, entende-se como Cernea (1991, p. 45),

[...] dar às pessoas maiores oportunidades de participação efetiva nas atividades de desenvolvimento do turismo. Isso significa proporcionar condições para que eles mobilizem seu próprio potencial, sejam agentes sociais em vez de sujeitos passivos, gerenciem seus recursos, tomem decisões e controlem as atividades que afetam suas vidas. Considerar a participação local e comunitária como um processo significa gerar benefícios sociais e econômicos, mas não se limita apenas a isso. Na abordagem beneficiária, as comunidades recebem apoios diversos, mas não tem o poder de decisão. Na abordagem participativa, as pessoas são auxiliadas a adquirirem um controle mais efetivo sobre suas próprias vidas. Os projetos de turismo com orientação participativa têm como objetivo principal criar um processo que leve a uma mudança que seja sustentável para além do período de vida do projeto.

Ademais, o papel dos gestores de UC é importante nesse contexto, pois há o desafio de controlar e limitar os impactos do turismo e, ao mesmo tempo, decidir onde e como planejar, adequadamente, o desenvolvimento dessa atividade para que haja uma opção compatível de desenvolvimento econômico, social e humano. Neste ponto, é de se ressaltar que os recursos para a gestão de todos os tipos de áreas protegidas são sempre escassos em países em desenvolvimento. Em consequência, não é possível assegurar que o turismo gere as possíveis opções de benefícios para as áreas protegidas.

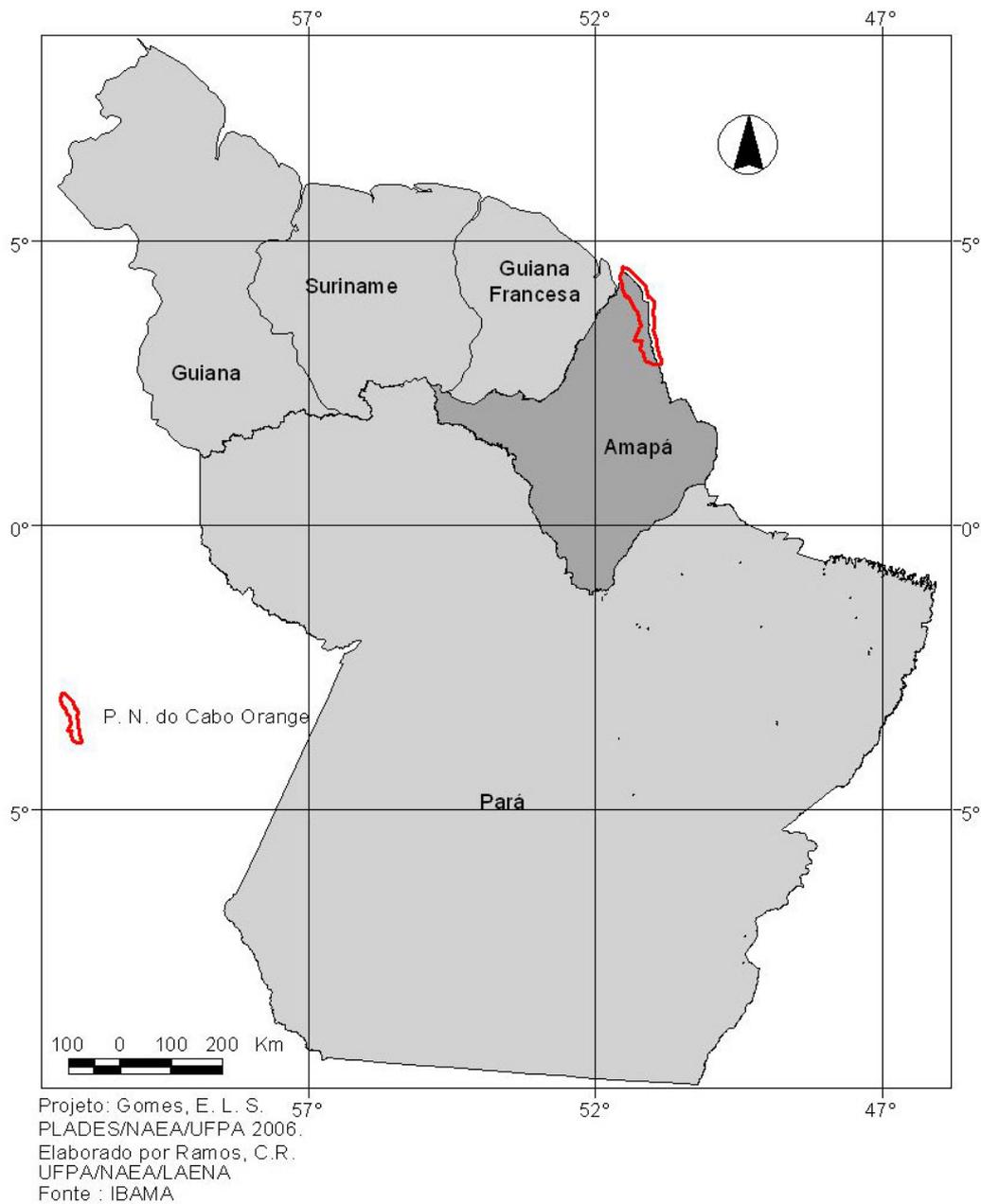
Em muitas UC, as oportunidades de geração de renda e trabalhos estão subutilizadas e o turismo pode, inclusive, se constituir em uma ameaça à conservação. A respeito, conforme Irving (2002, p. 47):

[...] o planejamento e a gestão do turismo em áreas protegidas representam, nos dias atuais, um dos maiores desafios que o país enfrenta, com o objetivo de compatibilizar os pressupostos de conservação ambiental, em áreas de elevado valor patrimonial em biodiversidade, com a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva e dissertação de mestrado, discute-se os limites e possibilidades do turismo no entorno do Parque Nacional – PARNA Cabo Orange, localizado no extremo norte do país, no estado do Amapá, conforme o mapa 1. E com este estudo buscou-se responder a seguinte problemática: Por que, depois de tantos anos de criado esse PARNA e de anos de Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA, o turismo apresenta-se de modo tão incipiente na área de seu entorno?

Para isso, os objetivos desenhados envolveram a análise:

- 1) do discurso proferido em nome das instituições governamentais municipais, estaduais e federais acerca do fomento do turismo no PARNA Cabo Orange;
- 2) do discurso dos empresários locais do setor;
- 3) da participação das comunidades locais residentes no seu entorno;
- 4) dos limites e os desafios para o fomento dessa atividade no parque em questão e, por fim;
- 5) da participação (ou não) dos atores sociais locais na construção de políticas públicas de desenvolvimento pautadas no turismo para esse PARNA.



Mapa 1: Mapa de localização do PARNA Cabo Orange no contexto do litoral norte do estado do Amapá.

A hipótese que orientou a pesquisa que fundamenta esta dissertação previu que o turismo pode se constituir em uma oportunidade de geração de renda e trabalho para o entorno do PARNA Cabo Orange. Nesse sentido, a prática da participação e da ética torna-se importante para que tal oportunidade seja alcançada, onde a sustentabilidade ambiental e sócio-cultural não possam ser comprometidas. Assim, para a validação ou refutação dessa

hipótese, o trabalho de campo¹ foi um procedimento metodológico importante, e teve-se como orientação os ensinamentos da antropologia. E, Oliveira (1996) apresenta três etapas de apreensão dos fenômenos sociais como resultado da produção de um sistema de idéias e valores: “o olhar, o ouvir e o escrever”. Estas duas primeiras estratégias constroem uma realidade a partir da sua domesticação, sendo o seu objetivo maior o registro da veracidade dos fatos através da realização da observação e de entrevistas.

Com isso, as entrevistas foram realizadas com os residentes, lideranças locais e representantes de algumas instituições que atuam no PARNA Cabo Orange. Desse modo, pretendiam-se conhecer os desejos, as expectativas, as preocupações, os desafios, as interpretações, as possibilidades e os entraves para o desenvolvimento do turismo. E, a análise e outras informações acerca dos usos do lugar foram dadas como condições necessárias para que o escrever pudesse trazer uma descrição minuciosa dessa realidade observada e representada de maneira objetiva e clara.

Dentro desta perspectiva, utilizou-se também, como procedimento metodológico, a pesquisa exploratória. De acordo com Yin (2001, p. 55), essa pesquisa é considerada “[...] uma metodologia rigorosa onde, a escolha da realidade a ser investigada e suas especificidades mostra que uma análise mais focal, detalhada e exploratória deve apresentar evidências convincentes”. Tais particularidades remeteram a um quase isolamento experimental, no qual o objeto de investigação passou a ser observado e interpretado de maneira descritiva e/ou explanatória. De fato, partiu-se dessa premissa, ou seja, a de trabalhar a observação participante, concomitantemente, com a exploratória, gerando a possibilidade de produção de conhecimentos a partir de uma perspectiva político-social, caracterizada pela participação e cooperação dos atores sociais envolvidos no contexto pesquisado.

A pesquisa de campo apresentou a possibilidade de colocar o pesquisador face a face com o objeto pesquisado (MALINOWSKI, 1967; SIMONIAN, 2005a). Isso facilitou a análise dos dados levantados *in locus* e das informações obtidas através de documentos disponíveis, como também, aprofundar a compreensão do objeto pesquisado, tendo como base os referenciais teóricos. Essa modalidade de pesquisa tornou-se mais produtiva quando houve o

¹ Nos meses de janeiro e de julho de 2006, realizou-se o primeiro e o segundo trabalho de campo, respectivamente, aplicando o método do *survey* como aproximação do pesquisador com a sua área de pesquisa. Em outros momentos, também se esteve em Macapá, para se proceder a levantamento junto às instituições públicas e das Organizações Não-Governamentais – ONG que por lei ou opção são responsáveis ou trabalham junto ao PN Cabo Orange e/ou às populações que vivem em seu entorno.

envolvimento do objeto investigado com o pesquisador, através da construção de conhecimentos teóricos, partindo do empirismo local.

Diante disso, tornou-se salutar aplicar o método do *survey* (BABBIE, 1999) com o objetivo de se trabalhar a observação participante. Com isso, coletaram-se informações em meio a uma interação com o ambiente pesquisado, como, por exemplo, visitas às comunidades do entorno do PARNA Cabo Orange e uma existente dentro do mesmo, bem como às sedes dos dois municípios que fazem parte desses entorno. Nesse direcionamento, buscou-se compreender como este entorno se territorializou, de que maneira se dá a utilização dos recursos naturais e a ocupação desse espaço, como desenvolve sua economia, como estabelece suas relações sócio-culturais e o que se percebe de turismo.

A considerar-se essa perspectiva, lançou-se mão dos ensinamentos da história oral. Precisamente, “Para alcançar um entendimento mais abrangente sobre as teias e tramas da vida real, enriquecida com a veracidade dos seus atores, também foi aplicada a metodologia da história oral” (THOMPSON, 1992, p. 54). Esta técnica permitiu o agir natural e o envolvimento do entrevistado com o pesquisador, eliminando a formalidade dos questionários. Como se sabe, muitas vezes, estes não exprimem a verdade e a naturalidade do entrevistado e sim, conseguem produzir vieses e resultados muito duvidosos acerca da realidade entrevistada.

Para Thompson (1992, p. 67), “[...] a história oral constitui uma fonte rica de informações tão precisa quanto uma autobiografia publicada”. Dessa maneira, essa metodologia possibilitou percorrer caminhos e contatar pessoas no ambiente sócio-ambiental do PARNA Cabo Orange. Assim, houve a sistematização dos fatos evidenciados com os analisados, corroborados com as conversas informais que foram realizadas com os atores sociais locais. A partir dessa orientação, por certo, percebeu-se as alterações sofridas nos processos naturais e sociais, a representatividade e o acesso aos recursos sócio-ambientais, o saber popular, os direitos, as relações de poder, os conflitos, as territorialidades e o turismo.

Diante do exposto, considera-se a metodologia a maneira concreta da busca do conhecimento. Essa maneira é o fio condutor da descoberta do novo e do desconhecido através da observação da realidade, da experimentação de novas formas de agir e interpretar os fatos. Portanto, a metodologia estabelece o que será feito; qual o caminho a ser seguido para confirmar ou refutar as hipóteses da pesquisa. A explicação sobre as características específicas dos procedimentos metodológicos é uma preocupação básica de todos que trabalham com a pesquisa.

Com base nesta premissa, esta dissertação pautou-se dentro do método interdisciplinar, tendo o enfoque qualitativo e quantitativo como fios condutores da construção do texto final. Dentro de tal perspectiva, a metodologia aplicada teve como ponto de partida a pesquisa documental e a bibliográfica acerca das principais discussões teóricas que nortearam a dissertação. Também, houve uma coleta de dados sobre a área histórico-geográfica do objeto de pesquisa para uma sistematização das informações.

Diante disso, a pesquisa bibliográfica surgiu da necessidade do levantamento de referenciais teóricos que auxiliaram na seleção e definições de conceitos e de enfoques que contribuíram com o problema investigado. Nestes termos, segundo Thiollent (1997, p. 85), “[...] o pesquisador precisa delinear as implicações teóricas possíveis, considerando os eventos julgados representativos, referentes ao objeto investigado”. Para Becker (1999, p. 46), a coleta de documentos gerada pela comunidade pode “[...] propiciar um histórico útil, documentação necessária das condições de ação para um grupo (como um conjunto de regras codificadas) ou um registro conveniente de eventos e análises”. Percebeu-se, então, que essas etapas foram os fios condutores da construção desse trabalho, onde houve um envolvimento e uma produção acerca da percepção da realidade local focalizada na observação participante.

Nessa direção, através dessas alternativas metodológicas, o pesquisador saiu do estágio de mero expectador e passou a fazer parte do objeto estudado por determinado período de tempo. Conseqüentemente, utilizou-se o diário de campo como possibilidade de registro durante o período da pesquisa exploratória e esta mesma estratégia, também foi utilizada no decorrer da pesquisa (MALINOWSKI, 1967). Nesse diário, registrou-se de maneira entusiástica o cotidiano do campo, principalmente, quanto às dificuldades enfrentadas, bem como dos momentos de reflexão individual, o que permite revelar o contexto vivenciado. O diário de campo representa o mapa do transcurso da vida pessoal, emocional e intelectual do pesquisador.

É interessante ressaltar que a metodologia do trabalho e seus procedimentos qualitativos foram importantes para a construção dos conhecimentos teóricos observados nessa dissertação. Nesta compreensão, Dencker (1998, p. 17) entende que:

[...] à medida que aprofundamos o nosso conhecimento, passamos a considerar um número cada vez maior de fatos ou elementos que possuem relação com aquilo que estamos estudando. Essas correlações precisam ser entendidas e analisadas para que o modelo utilizado seja o mais próximo possível da realidade que estamos considerando, isto porque a ciência constrói modelos esquemáticos da realidade.

Assim, a pesquisa foi de mais valia e desafiadora. De fato, isso foi possível na medida em que se compreendeu a realidade observada como: “[...] 1) uma construção social” (BERGER, LUCKMANN, 1990, p. 38); 2) as relações entre os ambientes social e natural e 3) a percepção dos seus atores sociais de um promissor e/ou limitado horizonte para o turismo no PARNA Cabo Orange. Diante disso, partiu-se da premissa de que o conhecimento se produz na parceria com o ambiente investigado, e conseqüentemente, engaja-se necessariamente em uma ação participativa construtiva de horizontes novos.

E, com base em questionários, trabalhou-se minimamente o enfoque quantitativo. Precisamente, decidiu-se por uma amostragem mínima de 33,3% da população-alvo e aplicou-se questionários semi-estruturados. Essa amostragem teve a finalidade de, pelo menos minimamente, retratar as tendências realidade investigada.

Também, utilizou-se a documentação fotográfica e mapas, caracterizados como importantes instrumentos de coleta de dados que deu condições de se fazer a interpretação da realidade experimentada. Assim, a antropologia visual torna-se importante para a interpretação das imagens capturadas no campo, onde Samain (2001, p. 22) aponta que “[...] a fotografia fornece uma realidade em toda sua essência”. Verifica-se que ela é aberta a um horizonte infinito de leituras e revelação aproximada da realidade.

Por fim, uma discussão sobre a ética do pesquisador das ciências humanas em atividades de campo, contracenando com as populações tradicionais, foi valorada no trabalho de campo realizado. Para Simonian (2005, p. 16), “[...] essa ética do pesquisador torna-se um referencial que pode gerar demandas para futuras políticas públicas a serem implementadas, mas também pode engendrar uma rede conflituosa de interesses entre os atores sociais no campo”. Nessa perspectiva, a aplicabilidade dos resultados das pesquisas somada a uma formação ética do pesquisador é essencial para que a operacionalização de conceitos e a viabilização de estratégias.

Esta dissertação está dividida em seis partes. A primeira trata da introdução, do conteúdo, das metodologias aplicadas, dentre outros aspectos importantes. A segunda aborda as perspectivas teóricas que sustentaram a discussão sobre categorias analíticas de turismo, entorno e área de fronteira internacional. A terceira se refere à caracterização da área de trabalho, subdividida em localização geográfica, recursos naturais, perspectivas culturais e socioeconômicas no PARNA Cabo Orange, assim como a análise do entorno do PARNA do Cabo Orange, destacando as vilas: Velha do Cassiporé e Cunani. A quarta contempla o estudo das políticas públicas de turismo no estado do Amapá. A quinta discute o turismo produzido nesse entorno do Cabo Orange. Por fim, a sexta estabelece uma discussão sobre os limites e as

possibilidades do desenvolvimento do turismo nesse entorno, bem como aborda as principais conclusões dessa dissertação.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS: TURISMO, ENTORNO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E ÁREA FRONTEIRIÇA INTERNACIONAL

Para refletir sobre o turismo no entorno da UC denominada de PARNA do Cabo Orange, há de se compreender os processos e conceitos que balizaram o turismo no sistema capitalista, bem como em unidades de conservação. Nesse direcionamento, Almeida (2001, p. 184) ressalta que “[...] a natureza tornou-se mercadoria e é vendida como capaz de devolver ao homem a paz e a tranquilidade roubadas no dia-a-dia das cidades”. Também, é imprescindível compreender a dinâmica social do entorno de uma UC e a importância de uma área fronteira para as políticas públicas.

E são várias as interpretações conceituais sobre as categorias estudadas, mas optou-se em analisar as que mais se aproximam da realidade vivenciada. Portanto, ao compreender estas categorias analíticas, tornou-se possível entender a importância dessa pesquisa para a sociedade como um todo. E, em especial para o segmento acadêmico-científico, principalmente, dos cursos de graduação em turismo bacharelado, onde se identificou uma carência de discussões mais críticas acerca da produção do turismo em UC.

2.1 TURISMO: CAMINHOS, DEFINIÇÕES E A CONSTITUIÇÃO DO TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

São vários os conceitos e definições acerca do turismo. Para Oliveira (2002, p. 36) “[...] por ser o turismo uma atividade própria de sociedades de consumo, atividade que combina ações públicas e privadas, ele exige grandes investimentos financeiros e tecnológicos no fornecimento de bens e serviços aos turistas. Além disso, visa alcançar resultados que permitam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade envolvida”. Em outras palavras, ainda de acordo com Oliveira (2002, p. 36),

[...] denomina-se turismo o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrentes do relacionamento entre visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Por sua vez, Andrade (1995, p. 38) ressalta que turismo “[...] é o conjunto de serviços que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos fora de suas residências habituais”. De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (2002, p. 236), “[...] o turismo é a soma de relações e de serviços, resultantes de um intercâmbio de residência temporária e voluntária motivadas por razões alheias a negócios ou profissionais”. Ainda, verifica-se uma repetição constante que o turismo é a indústria mais promissora do mundo. De fato, o turismo mundial, conforme dados divulgados pela OMT em 1999, apresenta que o mesmo movimentou no mundo 4,5 milhões de dólares por ano, empregando cerca de 260 milhões de pessoas.

No Brasil, o turismo começou a desenvolver-se nos anos 70 e consolidou-se com maior expressividade nesta década, como importante setor da economia nacional que vem apresentando altas taxas de crescimento, indicando que sua expansão continuará. Dentro da economia nacional ou regional, o sistema do turismo compreende um conjunto de atividades desenvolvidas por vários gêneros de estabelecimentos dos setores secundário e terciário. Configura-se, portanto, num complexo sistema composto de várias células – públicas e privadas – que precisam operar conjuntamente para alcançar os objetivos desejados. São unidades de hospedagem, transporte, alimentação, segurança, operadoras e agências de viagens, diversão, infra-estrutura básica, organizadoras de eventos, serviços de guia e intérpretes, empresas de marketing e propaganda, comunicação etc.

Além dos benefícios econômicos gerados direta e indiretamente pela atividade do turismo, este também é capaz de produzir significativos benefícios sociais refletidos em diversas áreas da sociedade. Nesta direção, o destaque é para a ampliação do mercado de trabalho – formal e informal – e ao aumento de investimentos na melhoria da infra-estrutura dos locais, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida aos seus moradores e visitantes. Ao contrário da indústria, o produto turístico não vai ao consumidor, mas o consumidor busca o produto. Este produto consiste em um conjunto de serviços, cuja qualidade é altamente depende de fatores externos, como a qualidade da infra-estrutura urbana

e, no caso do (eco) turismo, a preservação do meio ambiente. Esta característica do produto turístico torna, portanto, fundamental seu planejamento.

Baptista (1997) diz que não há limites para o desenvolvimento do turismo e utiliza-se de uma metodologia de formulação de projetos de investimento turístico por intermédio de conhecimento científico e tecnológico da racionalidade tradicional à modernidade. Este mesmo autor acrescenta, ainda, que o rápido crescimento do turismo nas últimas décadas ocasiona uma preocupação cada vez mais acerca da deterioração da própria atividade. Para minimizar esse risco, uma das soluções apresentadas por ele consiste na incorporação de estudos dos impactos ambientais das instalações comerciais evitando, assim, o impacto negativo. Para tanto, uma das propostas é a criação de modelos de desenvolvimento sustentáveis e integrados – ecologicamente corretos e socialmente justos – que possam permitir a evolução da atividade turística.

Estes novos modelos turísticos têm por finalidade garantir a viabilidade da atividade, seus benefícios e a satisfação das necessidades, tanto dos turistas quanto das comunidades locais envolvidas. Para isso, é indispensável uma operação de conhecimentos inter e transdisciplinares, acumulados de acordo com a especificidade dos eixos e dos fenômenos turísticos. Em termos gerais, ao se observar as informações nesse cenário global, entende-se que a força do turismo, não somente enquanto atividade econômica, mas principalmente como (re) definidor de paisagens e territórios, criador ou destruidor de territorialidades, é um desafio para as próximas gerações.

Assim, visualizar os movimentos harmônicos e dessimétricos existentes nas relações entre o local e o global, dentro da dinâmica que compõe um território que se torna mundializado, pois a chegada do turismo, o espaço se torna mercadoria, sendo mais um aspecto para o consumo e a produção, desde as trocas até os caminhos dos conflitos. Garms (1996, p. 143) destaca que “[...] no espaço onde a natureza constitui a fonte de valores de uso, é necessário, para que o capital se realize, a sua apropriação para que possa ser organizado. É necessário que seja transformado em mercadoria para ser consumido”. Nisso, o lazer o transformará organizando-o concretamente.

A força do capital nesse processo é inquestionável, representa bem o que vêm acontecendo na maioria das localidades detentoras de potencialidades turísticas. A preocupação reside quando se analisa os efeitos desse movimento, as direções dos fluxos e os tipos de impactos gerados. E de modo especial, quando esse é o vetor dominante e a questão econômica, a única a ser contemplada no processo.

Em geral, verifica-se que há uma promoção bem agressiva da busca pela natureza, no caso o turismo em unidades de conservação. E tem-se erguido uma base nova, a do consumo da natureza através de um estilo de vida saudável. São notáveis transformações nos hábitos e fluxos turísticos, seja pela questão conservacionista, seja pelo contato direto com as populações residentes por meio do respeito à natureza, da interação alterando os hábitos tradicionais de consumo do espaço turístico.

A busca pelo desconhecido, a aventura, o exótico e a rusticidade são motivadores dessa busca. Segundo Rodrigues (1997, p. 28), “[...] isso também parece ser resultado de agressivas campanhas nas quais o mito do eterno retorno é reforçado pela mídia que vem incentivando a busca pela natureza, na nova modalidade de turismo, hoje muito em voga: o ecoturismo”. Nisso, vê-se que o turismo é um importante fator de degradação ambiental como também de valorização. As populações residentes são envolvidas num processo de transformações de valores, tradições, crenças e desmantelamento social.

Nesse contexto, o turismo em unidades de conservação deverá ter um caráter subsidiário. Entende-se, por isso, que as atividades produtivas serão fortalecidas pelo fomento do turismo aliado à conservação e à valorização do ambiente. A sustentabilidade da atividade turística deve ser compreendida como um elemento de reforço da trama do tecido social e revigorante do patrimônio relacional. O turismo ocupa e provavelmente continuará a ocupar um lugar complementar às atividades produtivas locais. No referencial individual, na maioria dos casos, a prestação de serviços turísticos é fonte de renda extra para as famílias que vivem dessas atividades produtivas, a exemplo da pesca, artesanato, agricultura etc.

2.2 TURISMO: PERSPECTIVAS SÓCIOAMBIENTAIS

Sabe-se que a sociedade contemporânea do final do século passado e do início deste, apresenta-se a partir de uma complexidade das relações estabelecidas pelos sujeitos entre si, e entre esses com a natureza. O mundo vive situações paradoxais que apontam, por um lado, para o desenfreado avanço científico e tecnológico e, por outro, à contínua degradação das condições da qualidade de vida de parte majoritária da população mundial. A ocupação da terra pelo ser humano, ampliada em larga escala como decorrência inevitável da expansão demográfica descontrolada e desse rápido desenvolvido científico, industrial e tecnológico, permite antever que, em futuro não distante, as derradeiras regiões realmente primitivas do planeta serão somente aquelas submetidas a regimes especiais de proteção e conservação.

Por isso, as questões decorrentes da ação do ser humano sobre o meio ambiente constituem-se em preocupações sérias e crescentes, às quais cada vez mais pessoas e instituições têm se dedicado, principalmente a partir da década iniciada em 1960. Em épocas mais recentes, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Brasil em 1992, por meio de seu documento maior – a Agenda 21 Global – expressa claramente em seu preâmbulo esta preocupação:

[...] a humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível de vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha, porém, juntas, podemos, em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável (CONFERÊNCIA, 1992, p. 29).

Percebe-se, portanto, que a preocupação com o meio ambiente constitui-se um conceito que compreende, também, os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e éticos, para além dos já tradicionais aspectos naturais físicos, químicos e biológicos.

Neste ponto, torna-se importante explicitar que a compreensão de meio ambiente aqui o considera como “[...] lugar determinado ou percebido onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído” (REIGOTA, 2001, p. 69). E a analisar-se sob outra ótica, a degradação do meio ambiente e a poluição fizeram crescer uma onda de preocupações e conscientização ecológica, que de um lado tem contribuído para a disseminação de ações que visam a harmonização das necessidades atuais com as potencialidades dos ecossistemas.

De outro lado, por vezes, a mesma tem tido um papel relevante para a criação de “estigmas” e “slogans” que estão longe de solucionar os problemas ambientais e, que, não raro, são manipulados por aqueles que têm interesses particulares em se beneficiar ou se promover da utilização destes “recursos publicitários”. É neste complexo contexto que se desabrocha a preocupação e a busca por uma atividade sustentável, tanto no aspecto econômico quanto nas dimensões social, política e ambiental. Emerge, aqui, então, a atividade do turismo, mas não como fórmula milagrosa, e sim como alternativa e/ou solução capaz de contemplar todas essas perspectivas sócio-ambientais, em bases concretas e atingíveis.

Ainda, essa atividade não se constitui um imperativo antropocêntrico, salvacionista ou não, do gênero humano. De fato, o turismo representa antes de tudo a construção de um

projeto alternativo de civilização que pode e provavelmente combinará elementos de sustentabilidade, autonomia, auto-suficiência, solidariedade e de equidade. Nesta direção, é importante que este seja um processo democrático e participativo de legitimação das demandas sociais de distintos grupos e estratos.

Numa análise mais específica e holística, atualmente, voltar o pensamento para a adoção de uma atividade pautada sob a égide da sustentabilidade, requer estudo e compreensão dos variados elementos que constituem o desenho a ser testado num período de curto, médio e longo prazo. Com isso, o turismo também surge como a alternativa que abarca essa premissa. Portanto, o modelo de turismo a ser adotado em unidades de conservação dependerá da prática racional dos recursos naturais, da participação comunitária e da obediência à capacidade de suporte.

A relação entre desenvolvimento, meio ambiente e turismo sobressai-se numa análise teórica. Por exemplo, para Coriolano (2003, p. 22), a mesma é recíproca, ou seja, “[...] as atividades econômicas conseguem transformar o meio ambiente e este, alterado, constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social”. Segundo a mesma Coriolano (2003, p. 27), o agravante nisso é “[...] o uso abusivo e desmedido da natureza pelo turismo, onde os grandes impactos naturais ocasionados para atender o consumismo, a especulação, a acumulação e o lucro imediato conseguem transformar o ambiente e ao mesmo tempo aviltar a sociedade”. Porém, essa relação recíproca pode ser realizada de uma maneira controlada mitigando os impactos e agressões.

Por sua vez, Beni (2004, p. 88) destaca que “[...] as localidades com recursos naturais turísticos podem sofrer com a pressão antrópica”. Frente a isso, urge a necessidade de conservação desses recursos através da aplicação de normas ecológicas que devem, obrigatoriamente, estar presentes em toda metodologia de formulação de políticas de desenvolvimento turístico. No entanto, o mesmo autor ressalta que:

[...] as preocupações mais recentes com a conservação ambiental estão a exigir medidas que contemplem o turismo sustentável definido por Pearce (1989) como a maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados (BENI, 2004, p. 61).

Beni (2004, p. 76) ainda cita que:

A educação ambiental, a capacitação profissional, os estudos de impactos ambientais, a capacidade de carga, o plano de manejo e o controle ambiental como medidas importantes para a instrumentalização de uma planificação do turismo em áreas naturais com o mínimo de impactos possíveis.

Diante disso, é imprescindível a incorporação no planejamento turístico direcionado para áreas protegidas e um estudo profundo sobre a geografia socioambiental destas.

E, como bem coloca Rodrigues (1997, p. 67), “[...] os estudos de geografia do turismo pretendem captar a dinâmica do espaço turístico”. Para essa autora (1997, p. 83), “[...] o turismo reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas de cada um deles”. Assim, trata-se de um fenômeno que apresenta áreas de dispersão, áreas de deslocamento e áreas de atração. Portanto, são nessas áreas que se produz e se consome o espaço turístico ou, ainda, se reformula o espaço anteriormente ocupado.

Além da geografia do turismo, outros ramos podem ser observados por este campo da ciência, como os voltados ao estudo das regiões e ao planejamento físico (espacial). Com relação às regiões, pode-se estudá-las através de vários fatores. A geografia econômica, por exemplo, ao observar as formas do solo, estabelece sua estrutura com base nos elementos econômicos predominantes. A geografia física estuda, por sua vez, estuda a configuração da terra e dos mares, encontrando outras regiões que podem ou não corresponder com as anteriores. Para se implantar um sistema de planejamento nacional, é necessário definir tecnicamente seu âmbito de ação. A exigência é que cada região ocupe uma superfície que tenha propriedades iguais, como os indicadores econômicos e o desenvolvimento social. Outra qualidade das regiões é a sua polarização, ou seja, sua influência entre as demais.

A finalidade do planejamento físico concentra-se no ordenamento das ações do ser humano sobre o território e no estudo dos efeitos da exploração dos recursos naturais. Seu campo de atuação é toda a superfície terrestre e a adaptação do solo, seu objetivo é o ordenamento do espaço e sua função é aperfeiçoar o uso atual, procurando que não se esgotem e/ou não se explorem irracionalmente os recursos renováveis. Por espaço físico, entende-se desde um universo até uma pequena parte da terra. Para que os seres humanos possam entendê-lo e representá-lo, é preciso ter uma idéia das dimensões do todo, assim como das partes sobre as quais se quer intervir.

Destaque-se, todavia, uma visão crítica acerca da produção do turismo. Para Ouriques (2005, p. 95), o turismo é “[...] uma atividade promotora de desenvolvimento (in) sustentável, pois, o compreende como uma forma específica de produção das relações sociais de

exploração capitalistas e tendência imperativa de mercantilização das áreas naturais”. Dessa maneira, como frisa o autor, fazem-se necessária uma busca à compreensão do fenômeno turístico em sua complexidade, principalmente, a partir das relações entre lugar, espaço, trabalho, natureza e capital para que o turismo possa ser uma opção de sustentabilidade.

Dentro dessa perspectiva, o turismo passa a ser discutido na sociedade em geral como uma possibilidade de conservação, enfatizando os aspectos da natureza, da cultura, do social e da economia. De conformidade com Sansolo (2002, p. 71), “[...] um dos maiores desafios da humanidade é encontrar uma compatibilização entre a conservação da biodiversidade e a satisfação das necessidades humanas das gerações presentes e futuras”. O mesmo autor, também destaca que o turismo é outro desafio imbricado entre essa conservação e o atendimento das necessidades humanas, pois tem sido uma das principais alternativas para o aproveitamento dos ecossistemas.

Note-se que a problemática ora em discussão refere-se ao risco de se programar / implementar políticas de turismo que não sejam compatíveis com os objetivos das áreas protegidas, reproduzindo um modelo de desenvolvimento excludente e devastador, comumente visto no início dos anos iniciados em 1950, no país. E, nestes termos, cumpre ressaltar a ênfase de Sansolo (2002, p. 79):

[...] embora o Brasil possua a maior biodiversidade do planeta, e assim, em tese, seja um grande atrativo para o turismo nacional e internacional, ainda lhe falta à condição necessária para garantir o equilíbrio entre a conservação ambiental e o turismo, visto que nem os requisitos básicos para a gestão de áreas protegidas vêm sendo satisfatoriamente atendidos.

Diante do posicionamento do autor, a atividade turística realizada em áreas protegidas necessita ser analisada sob vários aspectos, nas quais o equilíbrio entre os ecossistemas existentes, a visitação da área, a apropriação do espaço e a participação comunitária devem ser linhas mestras de construção das políticas a serem implementadas.

Nessa perspectiva, atualmente, as poucas e boas experiências de turismo em áreas protegidas apontam para uma tendência de se privilegiar a participação e a delegação de responsabilidades entre os atores sociais envolvidos. Porém, de um modo geral, ainda é comumente visto o incentivo ao turismo desvinculado dos interesses coletivos, onde é percebido um escalonamento vertical que nem sempre prioriza o que foi discutido, votado e aprovado nessas repetitivas e retrogradadas reuniões técnicas. Assim, o desafio é reverter esse quadro atual marcado por políticas de descontinuidades e iniciar um processo de saber compartilhado.

A respeito e de acordo com Irving (2002, p. 38), “[...] a participação emerge nesse cenário como um elemento de contracultura; mas provavelmente constitui a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento”. A autora defende que isso é uma afirmação ainda mais verdadeira referindo-se aos países periféricos como o Brasil, com características significantes de uma heterogeneidade regional e social que, segundo Ouriques (2005, p. 99), “[...] nos países e regiões periféricas todos os esforços vêm sendo feitos a fim de viabilizar o turismo”. Porém, esse modo tardio e nada participativo de implementação é que constitui o problema central.

A respeito, os donos do capital e os políticos acreditam que o turismo deve ser feito visando a mais valia como uma alternativa de desenvolvimento econômico, muitas vezes, negando a existência e a sobrevivência de quem está na ponta desse processo produtivo, os residentes locais de áreas potenciais à atividade.

Diante dessa realidade, existem esforços coletivos de atores sociais, no sentido de criar mecanismos para que o turismo possa ser uma atividade socioambiental agregadora de valores e sensibilizadora da importância da conservação ambiental para a manutenção da vida no planeta (SENA, 2005, p. 76).

É notório que a diversidade dos recursos naturais é uma marca do local e esta é uma boa razão importante para a existência, a prática e a promoção do turismo em áreas naturais. Nesse contexto, pensar em alternativas para conciliar a conservação da natureza e da comunidade com a utilização de áreas protegidas como espaço turístico, deve estar pautado num turismo centrado no ser humano, em sua qualidade de vida e na preservação do meio em que vive, e principalmente, em sua cultura.

A seguir-se uma linha de pensamento semelhante, Sena (2005, p. 92) ressalta que “[...] o turismo é um dos agentes de produção do espaço local e (re) criador de territórios, mas não é o único elemento”. Precisamente, outras atividades econômicas, dentre elas as tradicionais, como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, não podem ser vistas como concorrentes. Pelo contrário, o turismo surge para fortalecê-las, pois a atividade aparece nesse contexto como um fator dinamizador do processo de sustentabilidade e que as territorialidades geradas não representem conflitos para a qualidade de vida do ambiente local. Então, percebe-se que novas espaciais idades são elaboradas e construídas, ao longo do tempo, a partir da criação de novas territorialidades pelo e para o turismo.

Nesta perspectiva teórica do turismo, pensar no seu desenvolvimento de maneira sustentável requer um estudo dos vários elementos atuantes de curto, médio e longos prazos.

Com isso, a questão ambiental somada às possibilidades de efetivar o turismo surge como problemática nesse cenário. De conformidade com Aulicino (1999, p. 32), o turismo tem de “[...] constituir-se numa atividade centrada no homem, no ser humano, no enriquecimento cultural do visitante através do fortalecimento cultural de quem o recebe”. Então, a compreensão da dimensão ambiental, social e cultural e suas implicações para o turismo são necessárias nessa investigação, na qual os conceitos de AP e suas classificações devem orientar para a viabilização de um turismo mais harmonioso e consoante com as expectativas da comunidade local, do poder público e da sociedade civil.

2.2.1 Turismo e sustentabilidade: uma cooperação possível?

A sustentabilidade surge como uma das poucas e boas possibilidades que possam garantir para a sociedade como um todo uma eficiência social, ambiental e econômica. É um conceito amplo e devido a isso permite apropriações diferenciadas e ideologias variadas. A sua eficiência econômica associada à social, à ambiental, à observação, à aplicação e à utilização de um mínimo de custos que possa representar um trato dos recursos disponíveis busca proporcionar melhorias na qualidade de vida. E o ideal é que isto se realize sem comprometer as possibilidades das próximas gerações, embora as sociedades humanas tenham e estejam chegando a este patamar.

Diante disso, a substituição dos modelos de desenvolvimento insustentáveis necessita de um entendimento em que todos estão buscando um objetivo comum e que dependerá de todos os setores envolvidos. As experiências das ONG, o saber empírico e as capacidades das populações tradicionais devem fazer parte de um único conjunto. “A sustentabilidade aparentemente, em termos conceituais, se remete à problemática da produção econômica com propostas inovadoras em torno de um desenvolvimento mais humano e justo” (BRUNDTLAND, 1987, apud SACHS, 1980, p. 124). Para Simonian (2005b), uma realidade é sustentável na medida em que o seu processo específico de reprodução social é, simultaneamente, garantido.

E de acordo com Freitas (2004, p. 28), “[...] a possibilidade de ruptura da estabilidade ecológica do planeta a adoção da ecologia nos discursos dos fóruns políticos e econômicos, em escala nacional e internacional”. Nesse sentido, pensar em um desenvolvimento econômico que privilegie a dimensão social e ambiental, leva à percepção de que a questão ambiental somada à dimensão social são importantes indicadores de sobrevivência no planeta.

Também, certas mudanças precisam acontecer de maneira racional e solidária para que as futuras gerações não sejam comprometidas.

Há registros de elaborações teóricas diversas acerca de políticas públicas de sustentabilidade. Nesse sentido, Viertler (1999, p. 26) ressalta, teoricamente, que “[...] no atual contexto mundial, torna-se imperioso garantir a sobrevivência dos recursos necessários à vida no planeta, o que exige a criação de manejos inteligentes e planejamentos racionais no intuito de evitar a depredação”. Com isso, o envolvimento dos atores sociais na co e auto-gestão do planejamento do desenvolvimento precisa ser incentivado, especialmente, no sentido de criar as bases afetivas e psicossociais nos relacionamentos.

“Dessa maneira, é interessante promover relações de confiança e comunicação para a formação de capital social” (PUTNAM, 1996, p. 57); e segundo Guimarães (2001, p. 53):

[...] a sustentabilidade de uma dada comunidade dependerá das intervenções entre seu/sua: População (tamanho, composição e dinâmica demográfica), Organização social (padrões de produção e de resolução de conflitos e estratificação social), Entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais), Tecnologia (inovação, progresso técnico e uso de energia) e Aspirações sociais (padrões de consumo, valores e cultura). Se observamos a essência da comunidade e outras determinações, que não apenas a acumulação de bens. Espera-se que as estratégias definidas e propostas indiquem, mesmo que a uma escala local, uma tipologia de turismo que represente, conforme ainda Guimarães (2001, p. 51), “[...] uma ruptura com um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo”.

Neste contexto, a sustentabilidade torna-se um discurso teórico importante à criação de um ambiente favorável para a promoção de benefícios sociais, garantia de conservação da biodiversidade e a viabilidade de atividades econômicas compatíveis com as especificidades da área em discussão.

Entretanto, da teoria à prática, existe um caminho a ser percorrido que impede a verdadeira aplicação do conceito teórico, caracterizando-se como grande desafio para a sociedade em geral: encontrar a sustentabilidade, e fazer disso, a razão da sobrevivência humana nesses tempos de limitação de recursos naturais. Dentro de tal perspectiva, Simonian (2000, p. 38) destaca que “[...] embora definidas e implementadas, as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade dos recursos naturais em áreas de reserva distam muito de propostas idealizadas e apresentadas”. Todavia, torna-se um desafio para sociedade global e local encontrar a praticidade dessas sustentabilidade.

Com uma colocação bem proposital, Irving (2002, p. 99) sinaliza que “[...] o turismo poderá ser uma atividade com potencial suficiente para um exercício prático de sustentabilidade”. Aliás, ele já é um desafio, pois se tem implantado com grande velocidade, principalmente, em regiões menos favorecidas sob a ótica sócio-econômica. A problemática nisso é com relação ao patrimônio cultural e ambiental dos núcleos ditos turísticos que se tornam vulneráveis as ações de políticas públicas mal planejadas de turismo, assim como ações antrópicas nocivas ao meio ambiente.

2.2.2 Turismo e participação: questão central no desenvolvimento comunitário

Os processos participativos tornam-se imperativos e atuais para se ter uma garantia ética de sustentabilidade. Entretanto, a implantação desses processos é importante para uma mobilização e um engajamento na tomada de decisões na vida coletiva. E, como posicionado por Faundez (1993, p. 69), “[...] sem uma participação coletiva, criadora, crítica e permanente, não é possível descobrir as questões essenciais, nem as respostas adequadas que permitirão construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária”. Então, Irving (2002) destaca que a participação é uma garantia ética de sustentabilidade dentro de um processo efetivo de desenvolvimento, no qual Bordenave (1983) reforça a mesma idéia, no sentido de mostrar que é a melhor preparação para a formação de cidadãos em nível da sociedade global.

Segundo Sansolo (2002, p. 86), “[...] a presença de comunidades despolitizadas, desarticuladas e com baixo nível educacional constitui uma das causas a serem discutidas, haja vista que o acesso à educação é considerado elemento fundamental para o processo participativo”. Portanto, verifica-se que o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas e o conseqüente desenvolvimento das comunidades receptoras encontraram na participação comunitária um importante instrumento de valoração e demanda de seus anseios e expectativas em relação ao futuro. Com isso, inúmeras discussões sobre o efeito multiplicador dessa atividade, na qual a participação comunitária é priorizada, aponta para uma análise da discussão sobre a sustentabilidade dessa atividade.

Nisso, ressalta-se que a Organização das Nações Unidas – ONU empenhou-se em sistematizar e divulgar, a partir dos anos de 1950, o desenvolvimento comunitário. Este era compreendido como um processo em que a população local participa tanto do planejamento quanto da realização de programas destinados a melhorar o padrão de suas vidas. No entender de Góis (2005), as estratégias de desenvolvimento comunitário concentram aspectos como: 1)

dimensão econômica das comunidades, 2) relações sociais, instituições estabelecidas e tempo livre, 3) cultura, modo de viver, história, símbolos e ideologias presentes e por fim 4) a subjetividade pessoal e social da população local.

Em verdade, o desenvolvimento comunitário requer organização das comunidades e de seus membros, apoio as suas qualidades positivas e o fomento as suas capacidades. Isso, segundo Góis (2005), implica fortalecer os indivíduos e os grupos para que busquem alcançar transformações que melhorem a qualidade de suas vidas e o acesso a bens e serviços produzidos pelas sociedades a que pertencem. Nesse contexto, ao tomar a atividade comunitária para análise, pode-se chegar a conhecer o processo social e econômico do lugar, bem como o que pensam, sentem e fazem os residentes no cotidiano em relação a si e aos outros. Isto favorece a compreensão das condições externas e internas que impedem os indivíduos de desenvolverem-se como sujeitos da sua historia e da historia da comunidade.

Portanto, o conhecimento da vida comunitária ajuda a compreender o modo de vida dos moradores, o entorno em que vivem e como estes se refletem em suas mentes quanto a significados, sentido, sentimento e conduta. Ademais, percebe-se que a análise da vida comunitária necessita incluir a presença ativa dos residentes em todas as fases do processo e da intervenção. Nessa perspectiva, Góis (2005) considera que o desenvolvimento comunitário precisa integrar o saber científico com o saber popular no próprio ato de conhecer e transformar a vida comunitária.

Conseqüentemente, o resultado desse processo é a constituição de um saber compartilhado e solidário e uma nova realidade social do lugar. Percebe-se, então, que a presença dos residentes das comunidades locais nos processos geradores de conhecimentos orientados para a transformação de realidades exige envolvimento direto nas atividades produtivas e posicionamento crítico dos sujeitos comunitários (Simonian, 2005b). Isso se remete a considerar a participação e a sensibilização como elementos centrais em estudos e programas de responsabilidade social direcionados às comunidades e que objetivam favorecer o seu desenvolvimento.

Vale mencionar que participação e parceria são processos recentes na cultura globalizada atual. Estes fenômenos não fazem parte de identidade cultural ocidental como meios para alcançar bens comuns no coletivo. Os mesmos integram ações individuais para obter vantagens no âmbito privado e, ainda, dificultam o desenvolvimento de processos participativos e parcerias entre pessoas e grupos no âmbito das comunidades. Neste contexto, entende-se por participação, a atuação voluntária, ou não; individual ou de grupo, articulada numa experiência coletiva ou no mínimo associada. Pode ser eventual ou processual. De

conformidade com Buber (2001), a parceria é o processo de cooperação mútua entre duas ou mais partes, acordado e comprometido com a satisfação de interesses comuns e/ou complementares.

Para um turismo de base comunitária, a participação dos moradores locais é premissa para assegurar a legitimidade, a representatividade e o sucesso nas ações de projetos (MITRAUD, 2003). Por sua vez, o estabelecimento de parcerias é um instrumento capaz de viabilizar ações. Para que uma sociedade se sinta como tal – isto é, além do uso comum de um recurso, ela precisa saber de sua trajetória histórica e de sua real potencialidade, realize escolhas com autonomia e desenvolva ações para concretizar essas escolhas – é necessário que possua suficiente identidade de grupo (BUBER, 2001). Sem identidade de grupo não há comunidade, mas um aglomerado de pessoas.

Essa identidade é criada na cultura, expressa nas formas de produzir e sobreviver, de refletir sobre a própria vida. As duas dimensões da cultura – material e simbólica – refletem o que há de mais visível na identidade cultural (BUBER, 2001). Por isso, a reflexão e elaboração de estratégias para tornar visível a identidade cultural da comunidade, assim como o estímulo ao aprofundamento dos aspectos da participação e parceria, devem ser preocupações daqueles que pretendem se valer destes processos em seu projeto de trabalho.

Assim sendo, uma reflexão se faz necessária para pensar o turismo como um processo que vise garantir esse desenvolvimento comunitário através da participação, o manejo dos recursos naturais, a solidariedade com as futuras gerações e a inclusão social dos residentes dos núcleos receptores. Diante dessa realidade, será um desafio que poderá gerar condições para o início de uma mudança social e um possível encontro de novos paradigmas que concilie conservação ambiental, justiça social e prudência econômica. Por sua vez, Irving (2002, p. 44) destaca que “[...] o avanço turístico, no entanto, nem sempre ocorre a favor das populações locais e, freqüentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental”. Dessa maneira, a participação plena e efetiva e afetiva é uma garantia ética de sustentabilidade. A mesma apresenta-se como uma das principais questões norteadoras da sustentabilidade, especificamente, no fomento do turismo voltado às áreas protegidas.

O conhecimento dos graus e níveis de participação disponibilizados aos atores sociais é essencial para a presente pesquisa. É necessário que se investigue se a participação dos atores sociais em projetos turísticos é uma realidade e que tipo de participação é disponibilizado à mesma como forma de legitimar o processo participativo. Então, a avaliação do exercício da participação dos atores sociais no desenvolvimento de projetos turísticos pode

colaborar para identificar o grau e nível de importância da participação nas tomadas de decisão disponibilizadas para cada ator presente na comunidade.

Por sua vez, essa permite inferir se o modo de participação disponível aos atores sociais se encontra no nível mais tradicional, apenas no direito do voto de seu representante, ou seja, de maneira apenas consultiva, ou se encontra em níveis mais elevados, através da participação mais efetiva dos atores sociais no processo de gestão. Neste cenário, Mendonça (2004) analisou a participação comunitária no processo de construção do turismo comunitário². Mendonça (2004, p. 89) concluiu que “[...] o sucesso do turismo participativo, nessa comunidade litorânea, se deu devido ao exercício contínuo dos elementos-chaves do capital social, tais como: valores partilhados, espírito público, cooperação, solidariedade, confiança, saber acumulado, expectativa de comportamento recíproco”.

Para tanto, a mesma autora desenvolveu uma investigação sobre a trajetória histórica dessa comunidade a qual, de acordo com Bourdin (2001, apud MENDONÇA, 2004, p. 26), “[...] é necessária para compreender como o local herdado age sobre a realidade presente”. Evidencia-se, assim, a necessidade de buscar nas heranças culturais a história do processo de mudança social das comunidades. Nessa perspectiva, pode-se destacar que o estado do Ceará apresenta as mais conceituadas experiências de turismo construído através da participação comunitária. Pode-se citar, além da Prainha do Canto Verde, as experiências de Balbino, de Batoque, de Ponta Grossa e de Tatajuba.

Note-se que tais experiências, apesar de todo um esforço coletivo à implementação do turismo comunitário, ainda convivem entre cultura e conflitos na busca de sobrevivência. De conformidade com Almeida (2001, p. 188), “[...] nas comunidades litorâneas do Ceará, o capital travestido de turismo consegue descaracterizar o tipo de trabalho e de vida, provocando a perda da autonomia e desestruturação cultural”. Alheio a este fato, é possível entender que o exercício pleno da participação e a formação de capital social em comunidades detentoras de potencialidades para o turismo se fazem necessários para que um modelo mais justo e equitativo de turismo possa ser prioridade.

Na Amazônia, as experiências dessa natureza ainda são inexpressivas e poucas. As mais evidentes são as que têm apoio de instituições que sustentam o projeto comunitário. Dentre estas, tem-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDS-Mamirauá, o Projeto Silves (AM) e a Reserva Extrativista – RESEX Estadual de Pedras Negras (RO)

² Essa análise foi feita acerca da experiência em relação a turismo comunitário da comunidade que vive na Prainha do Canto Verde (CE).

(MITRAUD, 2003). Assim, apesar das limitações/contradições que se pode encontrar, essas experiências são minimamente inspiradoras.

2.3 ENTORNO: UMA ÁREA DE UC COM RELAÇÕES SOCIAIS IMBRICADAS

Sabe-se que o entorno de uma UC é considerado uma zona de amortecimento que tenta amenizar a pressão antrópica. Em campo, detectou-se que nele as atividades humanas são intensas e que urge a necessidade de construir políticas públicas que possam trabalhar o uso racional dessa área. Historicamente, o entorno e sua população residente não era levada em consideração na formulação de políticas de desenvolvimento de UC no país. Atualmente, verifica-se que os órgãos gestores têm uma outra percepção para essa área.

Eles sinalizam que as políticas de desenvolvimento possam ser iniciadas, implementadas e direcionadas no entorno para que a UC seja conservada no intuito de promover a sustentabilidade sócio-ambiental. Entretanto, observa-se que há um acervo bibliográfico e documental limitado acerca da dinâmica sócio-ambiental nessa área de amortecimento de UC. Adiante, apresenta-se uma discussão teórica das especificidades que envolvem o entorno, o que se torna valorativo para que haja uma compreensão dessa zona como parte integrante dessas Unidades.

2.3.1 Unidade de conservação: definição, seleção e manejo

Historicamente, as áreas protegidas existem há muito tempo. Povos do oriente, como os assírios, os incas, no Peru, a Índia e a Europa medieval tinham seus modelos quanto a tais áreas, com suas regras e medidas restritivas. Porém, a extensão evoluiu e ganhou escopo no século XIX com a implementação do PARNA Yellowstone, nos Estados Unidos da América – USA. Para Morsello (2000, p. 27), “[...] a instituição de UC pública objetiva, em geral, compensar usos indevidos nas áreas particulares adjacentes, ou seja, elas são criadas para funcionarem de forma alternativa às atividades econômicas exercidas em outras áreas”. Então, a questão ambiental é de suma importância para esse processo exprima uma busca de sobrevivência aliada à possibilidade de conservação.

Assim, incluiu-se a questão ambiental no texto constitucional atual. De acordo com o artigo 225 da Constituição Brasileira (1998, apud BENATTI (1999, p. 108), “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações”. Para Benatti (1999), direitos e obrigações são comuns a todos os atores sociais responsáveis pela manutenção da vida e não mais de inteira responsabilidade do aparelho do Estado.

Ainda, segundo Benatti (1999, p. 108), “[...] o objeto de tutela jurídica que o direito visa proteger é a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida [...]”. Nessa perspectiva, urge a necessidade imperiosa de criação de espaços reservados para a manutenção de espécies que possam servir às gerações futuras sem comprometer a dinâmica da vida humana atual. Para tanto, um dos instrumentos legais utilizados pela administração pública para a criação desses espaços reservados é a instituição de espaços protegidos que segundo Souza (1993, apud Benatti, 1999, p. 108):

[...] o espaço protegido é todo local, definidos ou não seus limites, em que a lei assegura especial proteção. Ele é criado por atos normativos ou administrativos que possibilitem à administração pública a proteção especial de certos bens, restringindo ou limitando sua possibilidade de uso ou transferência, pelas suas qualidades inerentes.

Nessa direção, a instituição desses espaços protegidos favorece o surgimento de leis e preceitos que assegurem a manutenção do espaço e das vidas que interagem nesse restrito espaço pré-definido.

Diante disso, surgem as UC, uma expressão utilizada para designar áreas protegidas criadas pelo poder público com regras próprias de uso e manejo, mas também muito utilizado pelos segmentos sociais como sinônimos de espaço protegido. Para Morsello (2000, p. 18), “[...] o conceito de UC está intimamente associado à gestão pública”. Fato este que deriva do modelo adotado no PARNA Yellowstone nos EUA, o qual marcou o início do estabelecimento das áreas protegidas em sua versão moderna. Também, Runte (1979) e Morsello (2000, p. 23) destacam que “[...] o conceito de área protegida não nasceu, portanto, como uma idéia pronta. Evoluiu com o tempo. Apesar disso, os valores existentes no século XIX de manutenção das belezas naturais continuam sendo importantes atualmente”.

Contudo, é interessante ressaltar que a criação de um sistema de unidades de conservação ainda é um importante instrumento de normalização de planejamento e gestão pública. Dessa maneira, Morsello (2000, p. 26) ressalta que:

[...] em resposta à grande variedade de situações ecológicas, sociais, de regime de propriedade da terra e da nomenclatura utilizadas nos países, a União Internacional para Proteção da Natureza – IUCN desenvolveu uma classificação de Unidades de Conservação que compreende seis categorias (BORRINI – FEYRABEND, 1997). A tabela 1 apresenta as diferentes categorias de classificação da IUCN reorganizadas no IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas ocorrido em Caracas, 1992.

As UC representam um dos principais instrumentos para a conservação e manejo da biodiversidade. São áreas que incluem os recursos naturais e as águas jurisdicionais com características naturais relevantes e instituídas legalmente pelo Poder Público,³ com objetivos de conservação e limites definidos, além de regime especial de administração.

As UC podem ser de proteção integral – aquelas que mantêm livres os ecossistemas das alterações causadas pela interferência humana, admitindo apenas o uso indireto. Nelas, não se permite a coleta e o uso, comercial ou não dos atributos naturais (BRASIL, SISTEMA, 2000). Também, podem ser de uso sustentável e estas são as que permitem a utilização do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável.

O quadro 1 apresenta as definições, categorias e funções da Área de Proteção – AP, estabelecidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN. No geral, esta Instituição (INTERNATIONAL, 1994, apud MORSELLO, 2000) define AP como uma porção de terra ou mar especialmente dedicada à proteção da diversidade biológica, recursos naturais e culturais associados a esta. Esta modalidade de AP implica em manejo segundo instrumentos legais e outros meios efetivos.

³ Em suas esferas federal, estadual e/ou municipal.

Quadro 1: Definição, categorias e funções das AP estabelecidas pela IUCN

A IUCN reconhece seis categorias de manejo:
CATEGORIA I – Reserva Natural Estrita / Área Silvestre: área protegida manejada especialmente para fins científicos ou proteção da vida silvestre.
CATEGORIA II – Parque Nacional: área protegida manejada especialmente para proteção de ecossistemas e recreação.
CATEGORIA III – Monumento Natural / Formação Natural: área protegida manejada especialmente para a conservação de uma característica natural específica.
CATEGORIA IV – Área de Manejo de Espécies ou Habitats: área protegida especialmente para a conservação através de intervenção ou manejo.
CATEGORIA V – Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida: área protegida especialmente para a proteção de paisagens e recreação.
CATEGORIA VI – AP de Manejo de Recursos: área protegida para o uso sustentável dos recursos naturais.

Fonte: International, 1994 (apud MORSELLO, 2000, p. 26).

Assim, nota-se que a partir do conceito de PARNA, onde o mesmo e com o passar do tempo foi transformado e alterado, deu origem a outras classificações de UC. Conforme Machlis e Tichnell (1985, apud MORSELLO, 2000, p. 26), “No mundo, as áreas protegidas passaram a adquirir diferentes feições segundo o país de origem. Países ricos e subdesenvolvidos têm características diferentes e, conseqüentemente, essas áreas preenchem papéis alternativos nesses locais”.

No Brasil, essas Unidades foram criadas ante a necessidade de proteger espécies vegetais e animais de uma futura ameaça de extinção, em função dos inúmeros e visíveis problemas ambientais que o planeta estava vivenciando no “boom” do processo de industrialização dos países centrais. De acordo com a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL. INSTITUTO, 2000, art. 2º), as UC são:

[...] espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração, ao qual se aplica garantias de proteção.

Neste ponto, um fato interessante a destacar-se é que as UC no Brasil têm sido criadas sem as condições mínimas para garantir a sua conservação.

E, observe-se que elas apresentam problemas de ordem financeira, humana e logística, sem um mínimo de estrutura para se manterem em funcionamento, sendo que a maioria se encontra abandonada ou delimitada apenas no papel. De acordo com o artigo 27 da Lei nº. 9.985/2000, as UC precisam ter um Plano de Manejo, ou seja, o instrumental normativo legal de uso e conduta no interior delas (BRASIL. INSTITUTO, 2000). Assim, este plano deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores

ecológicos, incluindo medidas com a finalidade de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

No entanto, na maioria dessas Unidades, esse instrumento legal é praticamente inexistente, embora exista em base teórica. De todo o modo, as UC, segundo o SNUC (BRASIL. INSTITUTO, 2000), estão classificadas em duas categorias distintas, conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Categorias de UC no Brasil

Uso Sustentável	Proteção Integral
Área de Proteção Ambiental – APA	Estação Ecológica
Área de Relevante Interesse Ecológico	Reserva Biológica – REBIO
Floresta Nacional – FLONA	Parque Nacional – PARNA
Reserva Extrativista – RESEX	Monumento Natural
Reserva de Fauna	Refúgio da Vida Silvestre
Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS	
Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN	

Fonte: BRASIL. INSTITUTO, 2000.

A categoria de UC de Uso Sustentável tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais permitindo sua exploração para fins econômicos, pesquisa e educação ambiental. Por sua vez, a categoria de UC de Proteção Integral objetiva a preservação da natureza e, é expressamente proibida a sua utilização para fins econômicos, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, tais como pesquisa, recreação e educação ambiental. Irving (2002, p. 51) apresenta dados do PARNA referentes ao ano de 2001 acerca das UC federais no país, na tabela abaixo:

Tabela 1: Unidades de Conservação Federal no País

Categoria de uso	Categoria de Manejo	Quantidade	Área em ha	%
Direto	Floresta Nacional	50	15.245.715,22	1,8
Direto	Área de Proteção Ambiental	26	6.835.830	0,8
Direto	Área de Relevante Interesse Ecológico	16	69.463,63	0,008
Direto	Reserva Extrativista	17	3.490.099,71	41
Indireto	Parque Nacional	45	11.332.425,95	1,33
Indireto	Reserva Biológica	24	3.048.109,63	0,36
Indireto	Estação Ecológica	23	2.187.572,44	0,26
Indireto	Reserva Ecológica	05	685.720,07	0,08
Total		206	42.894.936,67	5,05

Fonte: Brasil. Instituto (2001, apud IRVING, 2002, p. 51).

Verifica-se, de acordo com as disposições acima, que as UC têm finalidades distintas para a conservação da biodiversidade. Note-se que políticas de uso e conduta são construídas, no entanto, não se observa a aplicação das mesmas, uma vez que, tais políticas direcionadas às UC, ainda não conseguem sair do campo imaginário ideológico de seus órgãos gestores oficiais (QUARESMA, 2006; SIMONIAN, 2000). Contudo, os recortes aqui evidenciados acerca das UC demonstram uma perspectiva animadora, no que se refere à delimitação e seleção de extensas áreas naturais para fins de conservação e sustentabilidade no país.

2.3.2 Parque Nacional: caracterização e discussão teórica

O PARNA foi a primeira AP instituída no mundo. Na Idade Média, a idéia que se tinha sobre preservação era associada à possibilidade de resguardar espécies animais em áreas naturais extensas, onde, sob o domínio do rei, era protegida de fortuitos aventureiros e caçadores. Segundo Morsello (2000, p. 45), “[...] há mais de um século atrás, um pequeno grupo de cidadãos estadunidenses desenvolveu uma idéia pioneira que seria, posteriormente, adotada por outras nações”, ou seja, o conceito de PARNA. Runte (1979, apud MORSELLO, 2000, p. 35) ressalta que tal idéia era a de “[...] proteger todas as belezas do país de exímios exploradores e que servisse para o bem público para sempre”.

Ainda como Morsello (2000, p. 22), “George Catlin, um artista norte-americano, em 1832, descreveu como seria um parque nacional: um parque nacional, contendo homens e bestas, em seu estado selvagem e não transformado de sua beleza natural”. Neste contexto, no entendimento de Gambino (1991, apud MORSELLO, 2000, p. 38), “[...] o nascimento dos PARNA está associado ao papel de intervenção do Estado, quando se faz necessário assegurar os interesses coletivos em contraponto aos egoísmos individuais”. Com isso, esses parques tornaram-se importantes para a preservação da natureza.

E como houve uma mudança na percepção de ambiente, gradualmente ampliou-se as modalidades, limites, competências e funcionalidades dos PARNA e mesmo de outras UC. Inclusive, Gambino (1991, apud MORSELLO, 2000, p. 46) menciona que “[...] essa alteração de funcionalidade dos PARNA foi ocasionada por vários fatores, entre eles os ligados à preocupação ecológica”. O mesmo autor defende que essa alteração de enfoque estava

associada ao desenvolvimento das ciências naturais e ao conhecimento científico⁴.

Também, o PARNA amplia sua funcionalidade e apresenta uma variedade de significados. Assim, da idéia primária de um simples parque, surgem outras denominações de áreas protegidas no mundo. No entanto, isso acarretou uma problemática para a aceitação popular, bem como no planejamento de políticas públicas direcionadas para tais novas áreas. Porém, autores como Amend-Amend (1992) e Machlis e Tichnell (1997, apud MORSELLO, 2000) apresentam uma cronologia acerca do ajustamento dos termos para PARNA e AP, no sentido de unificar conceitos e práticas, através de acordos internacionais de proteção à natureza.

Ainda, pode-se destacar a Convenção para a Preservação da Flora e Fauna em seu estado natural, realizada em Londres, no ano de 1933, onde nesse evento procurou-se definir o conceito de parque. Posteriormente, em 1940, foi realizada a Convenção de Washington ou Convenção de Proteção à Natureza e Preservação da Vida Selvagem no Hemisfério Ocidental, no qual designava aos países signatários empreender esforços para estabelecer novas áreas protegidas em seus territórios. Neste cenário político-institucional, outras convenções foram realizadas para que a demanda sobre a proteção da fauna e da flora fossem institucionalizadas em políticas públicas.

Assim, partindo dessa evidência na sociedade, em 1948, é criada a União Internacional para a Proteção da Natureza, que posteriormente, em 1965, tornou-se IUCN. Com isso, Amend-Amend (1995, apud MORSELLO, 2000, p. 25) ressalta que “[...] através da IUCN foi estabelecida a Comissão Internacional de Parques Nacionais, que em outras coisas, tinha a responsabilidade de inventariar todas as áreas protegidas do mundo com o apoio da Organização das Nações Unidas – ONU”. Desta maneira, o conceito de PARNA começa a se apresentar como distinto das AP novas que estão a surgir no mundo.

Essas áreas tomaram forma e conteúdo de acordo com as especificidades de cada região e país. Assim, PARNA, dentre as AP, possui a maior extensão territorial, possibilitando a visitação, seja para recreação, pesquisa ou educação ambiental. No Brasil, estabeleceu-se este conceito pela primeira vez em 1934, através do 1º. Código Florestal Brasileiro. Diante disso, criou-se outros parques neste país, a exemplo do PARNA de Itatiaia, criado em 1937, o que seguiu os padrões estadunidenses e, posteriormente a ele, criou-se os de Iguaçu e da Serra dos Órgãos.

⁴ Note-se que esse modo novo de conhecimento provocou a profanação da natureza, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento econômico associou a esta o princípio “baconiano” de útil, transformando-a em fonte de recursos para os seres humanos.

O Código Florestal Brasileiro (BRASIL. CÓDIGO, *apud* WIEDMANN, 1992, p. 116)⁵ sinaliza que “[...] PARNA, Estaduais, Municipais e Reservas Biológicas tem a finalidade de resguardar os atributos excepcionais da natureza conciliando a proteção integral da flora, fauna e belezas naturais com a sua utilização para fins educacionais, recreativos e científicos [...]”. Assim, verifica-se que os PARNA são criados por leis com finalidades definidas expressando a vontade do Estado em preservar o meio natural. Sansolo (2002, p. 82) ressalta que “[...] passados mais de 60 anos, vários outros parques nacionais ou estaduais foram criados, em quase todos os ecossistemas brasileiros”.

Ainda conforme Sansolo (2002) e Simonian (2000), reservas diversas e esses PARNA são criados onde existem agrupamentos humanos. Por sua vez, Diegues (2000) destaca que a criação dessas UC vem provocando uma série de conflitos, em especial conflitos fundiários. Então, Wiedmann (1992) aponta que o procedimento imediato e correto seria o da desapropriação justa para evitar tais problemas sociais.

Porém, percebe-se que a estratégia utilizada, ao longo dos tempos, privilegiou uma política de definição, criação e implantação autoritárias, não considerando e nem tampouco garantindo os direitos das populações que viviam, há muito tempo, no interior desses PARNA. Hoje, verifica-se um avanço considerado em termos da concepção dessas UC, que em tempos de democracia, os residentes já são ouvidos. Mas, a relação conflituosa continua, uma vez que não havendo recursos financeiros para a remoção e indenização dessas pessoas, previstos em lei, a instituição pública responsável – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA – tenta amenizar essa situação construindo um ambiente participativo e aberto a esclarecimentos.

Por outro lado, o SNUC proíbe a realização de quaisquer atividades econômicas no interior dos PARNA, com isso provocando a insatisfação dessas pessoas e, conseqüentemente, o desmantelamento dos seus sistemas produtivos. Diante desta precariedade, os PARNA tornam-se áreas de interesse para o desenvolvimento do turismo dito sustentável, pois, segundo Irving (2000, *apud* SANSOLO, 2002, p. 91) “[...] essa atividade possibilita a criação de uma gestão compartilhada em UC como um caminho a ser construído para o turismo no Brasil”. Assim, verifica-se que, ultimamente e conforme Simonian (2000, p. 43), “[...] tem-se discutido teoricamente a possibilidade de parceria entre o Estado e o capital privado para a exploração turística dos PARNA”.

⁵ Especificamente, o artigo 5º, da Lei 4771, de 15 de setembro de 1965.

Porém, não há indícios de que essa discussão tenha avançado em direção a um consenso de uma política conservacionista e inclusiva das populações tradicionais e seu entorno no fomento desse turismo. De fato, muito pouco pôde se identificado no decorrer da pesquisa realizada junto ao PARNA Cabo Orange e a seu entorno. Também, o que se encontrou a este respeito na literatura especializada é residual.

2.3.3 Entorno: desafios e possibilidades de desenvolvimento

A partir do que foi acima discutida, a problemática do entorno (CROZE, MUNRO, 1982) das UC é da maior importância. Para isso, torna-se mister que ele seja introduzido enquanto conceito nas discussões de uma política pública de desenvolvimento regional. Note-se que esta é uma questão absorvida pelo aparato legal do Brasil – precisamente pelo SNUC – e, também, de muitos outros países. Desta maneira, o capítulo 1º, artigo 2º, inciso XVIII (BRASIL, 2000) desse sistema nacional de UC, sinaliza que o entorno é identificado como zona de amortecimento. Esta, por sua vez, apresenta normas e restrições específicas para as atividades humanas no sentido de minimizar os impactos na Unidade.

Mas, essa é uma questão que vem sendo discutida há algum tempo. Nestes termos, Croze (1982, p. 629) ressalta que “[...] essa área é uma zona que filtra todos os possíveis impactos direcionados para dentro da UC”. Conseqüentemente, torna-se uma área importante para a instalação de um sistema de monitoramento, bem como, à aplicabilidade de um dispositivo de mapeamento das possíveis ocorrências e mudanças sócio-ambientais que porventura venham acontecer na UC. Portanto, o entorno é o local onde há uma dinâmica de atividades sócio-ambientais intensas que pode gerar uma rede de conflitos pela pretensão de dilapidação dos recursos naturais.

Observa-se que nessa área a concentração humana é diversificada, favorecendo a construção de uma rede de articulação de atores sociais com o objetivo de uma possível promoção de políticas e projetos que possam ser absorvidos pela UC. Para isso, a idéia de sustentabilidade em atividades econômicas a serem implementadas no entorno surge como algo necessário para a manutenção das UC. De conformidade com Wiedmann (1992), é através da vontade política de fazer algo a favor dessas populações que haverá uma constituição efetiva dos PARNA sem danos sociais e possíveis alterações na paisagem.

Assim, percebe-se que a relação entre o entorno e a UC é inversamente proporcional, e, como ressalta Amend (1992), o que geralmente se tem é um modelo ideal preservacionista

de PARNA na América do Sul. Este autor, inclusive, questiona: “Espacios sin habitantes?” (AMEND, 1992, capa), isto porque de fato muitas das populações que vivem no entorno ou até distantes acabam usando os espaços dos PARNA para abastecimentos e/ou usos diversos⁶. De fato, há de destacar-se que a idéia de PARNA contempla somente os recursos naturais e nega a existência de seres humanos, ou seja, um espaço natural sem habitantes e sem aproveitamento dos recursos naturais. Isso mostra claramente que as políticas ainda estão por ser construídas, onde possa, ora incluir socialmente as populações do entorno dentro de um romantismo idealizado, ora excluí-las dentro de um realismo concreto.

É possível destacar que, no entorno de uma UC, é visível a presença de três atores sociais importantes no processo de manutenção, gerenciamento e fomento de políticas públicas. O primeiro dos atores sociais é o órgão gestor ambiental da UC responsável pela administração da unidade. O segundo compõe-se das ONG que atuam na região, em tese com seus projetos de desenvolvimento justo e solidário. Por fim, o terceiro ator social é os residentes da região, tanto do entorno, quanto do seu interior.

Todavia, verifica-se que há uma relação de estabelecimento de parcerias entre esses atores sociais no sentido de promover a sustentabilidade sócio-ambiental da UC. No entanto, não se verifica isso na prática, porque há um descompasso entre a atuação do Estado, as ONG e os residentes. E isto se reflete em uma realidade imbricada de relações sociais construídas em cima dos interesses de cada ator social.

O estudo do entorno e sua importância para uma UC de proteção integral tem sido objeto de uma série de pesquisas, entre as quais as do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO (2002). No estudo ora referido, o FUNBIO se propõe a uma revisão de alguns projetos que foram implementados em UC de proteção integral no país⁷. E com o objetivo de fomentar uma ação estratégica de experiências em áreas de entorno, com foco na conservação e o uso sustentável da biodiversidade, este Fundo decidiu realizar esses estudos para sistematizar informações sobre práticas relevantes em desenvolvimento, metodologias utilizadas e resultados para o entorno de UC de proteção integral.

Portanto, considerando a inexistência de conhecimento consolidado no país sobre o tema, verifica-se o esforço de instituições em provocar debates e mostrar a importância do

⁶ Em suas pesquisas sobre a T. I. Urueu-Wau-Wau e PARNA Pakaas Novos em Rondônia de inícios dos anos de 1990, Simonian (2006, informação verbal) caracterizou esse tipo de situação como a [...] transformação destas UC em açougue dos colonos assentados em seu entorno pelo INCRA”.

⁷ As UC são as seguintes: PARNA da Chapada dos Veadeiros (GO), PARNA do Jaú (AM), PARNA de Aparados da Serra (SC/RS), PARNA do Superagui (PR), Parque Estadual do Morro do Diabo (SP), Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (MG), Reserva Biológica de Una (BA) e Reserva Biológica de Poço das Antas (RJ).

entorno como uma alternativa de uso sustentável e mitigadora de impactos sócio-ambientais para dentro das UC. De todo o exposto, pode-se neste ponto adiantar que, sob essa perspectiva, o entorno é um desafio para as políticas ambientais, já que se observa que essa área não é contemplada nem tampouco visualizada como possibilidades de desenvolvimento. O estudo realizado pelo FUNBIO, acerca do papel do entorno, é uma referência importante que servirá futuramente como uma demanda institucionalizada na implementação de políticas de desenvolvimento para essa área.

Por fim, tem-se, atualmente, o entorno como uma área problema. E diz respeito tanto para os gestores de UC, quanto para os próprios residentes. De fato, muitas vezes esses atores sociais não percebem seus papéis sociais na busca de viver e trabalhar nessa área conhecida legalmente como zona de amortecimento de UC.

2.4 Área fronteira internacional: desafios e possibilidades no Amapá

Os estudos que abordam fronteiras têm buscado análises mais críticas, concentrando-se em experiências recentes no país. A conceituação de fronteira ainda parece algo inconsistente e pouco interpretado. Silva (1986, apud IRVING, 2004, p. 122) ressalta que “[...] fronteira não é o mesmo que limite, sendo que ela estabelece uma relação específica com ele”. Desta maneira, o limite aparece a partir da fronteira, onde o limite é o lugar e a fronteira as relações.

O termo transfronteiriças surgiu a partir da interpretação de textos de referências que definem as diretrizes para as denominadas Transboundary Protected Áreas – TBPA ou como Sandwich et al. (2003, apud IRVING, 2004, p. 88) destacam que o termo significa “Áreas Protegidas Transfronteiriças – APT”. Precisamente para Irving (2004, p. 27):

[...] no plano político-institucional, a Constituição Brasileira de 1988 (art. 20) estabelece que “a faixa até a 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas por lei”. Isso significa dizer que os parques nacionais situados na faixa de fronteira, constituem, áreas protegidas de fronteira e não transfronteiriças, como afirmam alguns textos (BRASIL, 1988).

Ainda conforme Sandwich et al. (2003, apud IRVING, 2004, p. 34), “[...] uma área protegida transfronteiriça é uma área de terra ou mar especificamente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e os recursos naturais e culturais associados e gerenciados através de meios legais ou outros”.

Nesta contextualização teórica, transfronteiriça implica em cooperação internacional e a cooperação entre duas ou mais áreas protegidas constitui um pré-requisito para uma TBPA, que para Irving (2004 p. 28):

[...] as áreas protegidas de fronteira, constituem assim, espaços privilegiados para a construção de modelos inovadores de cooperação internacional para a gestão transfronteiriça da biodiversidade, e em alguns casos, para a implantação de áreas protegidas efetivamente transfronteiriças, como acontece com os Parques da Paz, na África do Sul (Sandwich et al., 2003) e, mesmo, as Reservas de Biosfera Transfronteiriças (UNESCO, 2004, p. 22).

Identificou-se, assim, que desde 1997, a IUCN tem promovido a iniciativa denominada “Parques para a Paz” para enriquecer a cooperação regional para a conservação da biodiversidade, prevenção de conflitos, resolução e reconciliação e desenvolvimento regional sustentável. Também, verifica-se que a mais recente iniciativa, dessa mesma natureza, foi a Declaração de Durban – África do Sul (2003). Em âmbito global e segundo Irving (2004, p. 28), transcreve “[...] elegemos as áreas protegidas como fatores de promoção da amizade e da paz como terreno comum das nações que compartilham um conjunto cada vez maior de parques transfronteiriços”.

No caso brasileiro, ainda não há experiências desse tipo de áreas protegidas e, ao que parece, ainda vai demorar muito para isso acontecer por aqui, pois, como aponta Irving (2004, p. 29), “[...] depende muito de um olhar específico de políticas públicas, segundo uma nova abordagem geopolítica no desafio da cooperação transfronteiriça para a gestão da biodiversidade”. Segundo a mesma, o PARNA das Montanhas do Tumucumaque – PNMT, nesse contexto, foi escolhido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA⁸ como o “laboratório” para essa reflexão, uma vez que materializa todas as diferentes facetas desse diálogo complexo, mas possível, porém em construção⁹.

Oliveira (1997, p. 123) destaca que “[...] no Brasil, a fronteira tem sido, historicamente, um vetor de fundamental da energia desenvolvimentista, delineando contornos sociais e políticos e afirmando desígnios de nacionalidade para segmentos da sociedade”. Percebe-se que a fronteira é um lugar onde há uma dinâmica social e geopolítica forte que determina os rumos de uma política pública de desenvolvimento. Assim, conforme

⁸ Esta escolha deu-se no contexto do Protocolo de Intenções para implementação do Programa de Trabalho para Áreas Protegidas no Brasil/ Convenção da Diversidade Biológica, de 2004 (E. GOMES, 2006, n. c.).

⁹ No dia 25 de abril de 2005 aconteceu na cidade do Oiapoque uma reunião técnica entre IBAMA, MMA, UFRJ e Governo Francês para discussão da proposta de criação de uma Área Protegida Transfronteiriça Internacional envolvendo os PARNA Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque e o Parque Regional Natural da Guiana Francesa – PRNGF (E. GOMES, 2006, n. c.).

ainda Oliveira (1997, p. 124), “[...] a fronteira começa a ser debatida no campo da geografia política através de trabalhos realizados, principalmente, por Monbeig (1940), Waibel (1955) e posteriormente Martins (1975)”. Então, a geopolítica explica o fenômeno da fronteira tecendo críticas ao conceito de zona pioneira (OLIVEIRA, 1997) e estabelecimento das noções de frente de expansão e frente pioneira.

Portanto, tem-se a fronteira como região passível de observação de fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, que de acordo com Becker (1988, apud OLIVEIRA, 1997), ela passa a configurar o espaço no qual a reprodução ampliada surge como expectativa de todos os fatores que ela produz. Diante disso, Velho (1976, p. 198) cita o antropólogo Wagley, que em 1967 descrevia a região amazônica como “[...] uma região de fronteiras onde atraia o interesse, não só por causa da sorte dos povos que as habitam, mas também devido aos seus recursos inexplorados, a sua terra nova e a sua potencialidade para uma ocupação futura”. Assim sendo, na fronteira há limites e oportunidades que despertam a atenção da sociedade de um modo geral. Contudo, ela apresenta um diferencial em termos de políticas públicas de desenvolvimento regional.

De acordo com Magnoli (1998, p. 18), “[...] a fronteira se manifesta em obras acadêmicas, livros de divulgação histórica e geográfica e nos Atlas escolares”. No entanto, percebe-se que ainda existem contradições e ambíguas interpretações acerca do que vem a ser fronteira, bem como suas especificidades e importância no cenário geopolítico. No caso do Amapá, verifica-se que existem informações sobre a sua fronteira em Morais et al. (2003) e em Morais e Rosário (1999), que a apresentam de modo limitado e ainda pouquíssimo explorada.

Entretanto, sabe-se que a área fronteiriça desse estado tem uma importância histórica para a construção de políticas no cenário internacional. Nestes termos, a mesma faz limites com a União Européia (França/ Guiana Francesa) e, também, apresenta partes significantes de natureza preservada representada em UC transfronteiriças. Precisamente, estas são o PARNA das Montanhas do Tumucumaque, o PARNA Cabo Orange, o Parque Regional Natural da Guiana e Terras Indígenas – TI.

Portanto, é de ressaltar-se que as relações que se estabelecem na fronteira permitem destacar aspectos particulares, mas ao mesmo tempo, princípios gerais de sua grande importância para a compreensão das políticas atuais direcionadas para essa área. Por exemplo, em uma discussão recente,¹⁰ promovida pelo Projeto de Pesquisa “Etnicidade, Região e

¹⁰ No dia 18 de agosto de 2006, na cidade de Macapá, no auditório do Museu Sacaca, realizou-se o Seminário O Lugar da Fronteira nas Relações Amapá – Guiana Francesa, organizado pelo Dr. José Maria da Silva, o qual

Nação: reconfigurando a teoria a partir dos Saberes Locais e Espaços Transnacionais – ERENA, pôde-se observar isso com clareza. De um lado, os pesquisadores tentando revelar dados importantes para uma compreensão mais crítica do lugar dessa fronteira no contexto político nacional e internacional e, de outro lado, as políticas públicas existentes que sempre são desarticuladas, falhas e descontínuas.

3 CONTEXTUALIZAÇÕES HISTÓRICA E SOCIOCULTURAL DA ÁREA DE PESQUISA

A área de pesquisa dessa dissertação de Mestrado apresenta uma contextualização histórica interessante e relevante para promissores estudos sócio-antropológicos. Detectou-se uma riqueza, tanto ambiental quanto sócio-cultural. A pesquisa de campo proporcionou ampliar os conhecimentos sobre essa área com o objetivo de provocar um encontro do que já existia de documentos escritos com a veracidade do olhar domesticado do pesquisador. Nesta direção, segue abaixo a caracterização dessa área.

3.1 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O PARNA Cabo Orange é uma UC criada em 15 de julho de 1980, pelo Decreto nº. 84.913 (BRASIL, 2005, 2003). Na figura 1, tem-se uma imagem de placa indicativa do mesmo. Está localizado no extremo norte país, especificamente no estado do Amapá, como visto no mapa 1. Conforme (BRASIL, MINISTERIO, 2005), o mesmo possui uma área de 619.000 ha e compreende um perímetro de 590 km, na fronteira com o DUF Guiana Francesa e foz do rio Oiapoque.

contou com a presença de outros pesquisadores, dentre os quais a Dr^a. Simonian, a orientadora desta dissertação de mestrado.

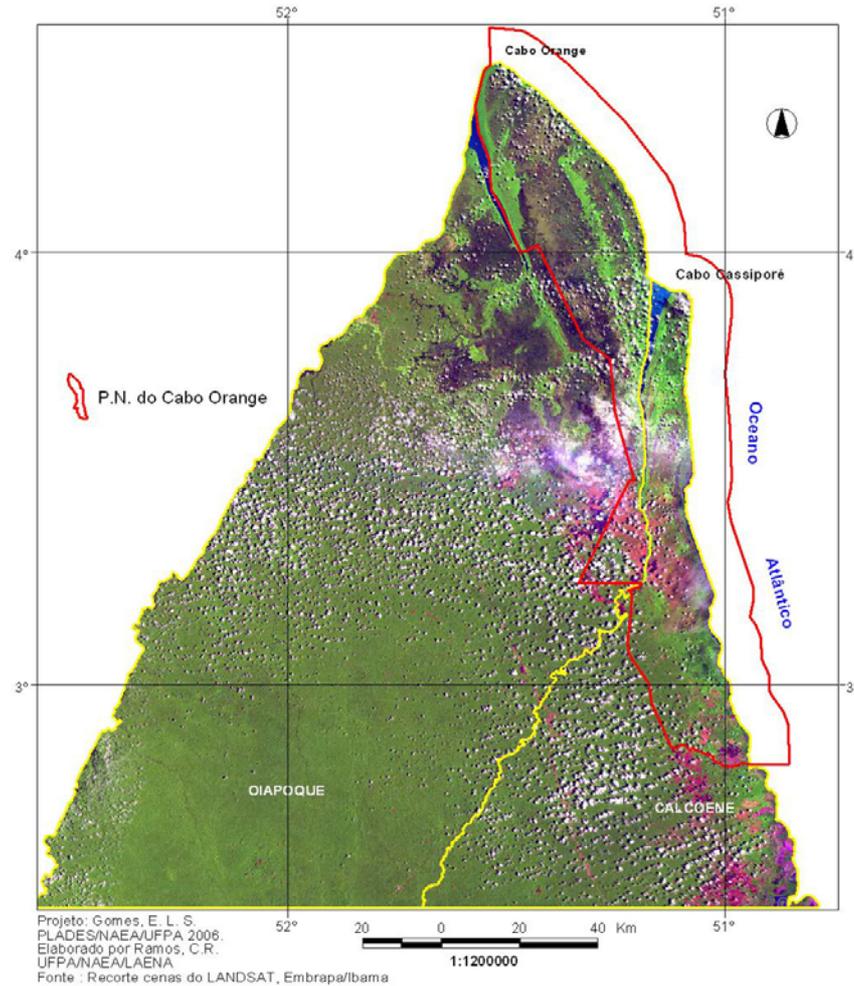


Figura 1: Placa de localização da Sede da Gerência do PARNA Cabo Orange na Vila Taperebá. Fonte: E. Gomes, 2006, n. c.

Ainda, esse Parque abrange terras dos municípios de Calçoene e Oiapoque e está enquadrado nas coordenadas geográficas $4^{\circ} 26'$ e $3^{\circ} 30'$ de latitude norte e $51^{\circ} 09'$ e $51^{\circ} 35'$ de longitude oeste (BRASIL, MINISTERIO, 2005). Apesar de suas especificidades quanto à biosociodiversidade, esta UC é pouco visitada por turistas. E isto acontece tanto quanto aos turistas nacionais como aos internacionais, o que sugere a ausência de infra-estrutura e de uma política de turismo voltada para o norte do Brasil.

3.1.1 Aspectos físico-geográficos

Sua geologia apresenta-se inserida no 'setor Atlântico da planície costeira' do estado do Amapá, o que se pode observar no mapa 2. Conforme os estudos de Schaller et al. (1971, apud Silveira, 1998, p. 87), ele está inserido na "[...] bacia sedimentar da foz do rio Amazonas representada pela plataforma do Amapá". Ainda de acordo com este autor, esta planície costeira corresponde à faixa de 'sedimentos quaternários' com ambiências fluviais, flúvio-lacustre e flúvio-marinha' em uma extensa faixa de platôs que identifica o 'planalto rebaixado da Amazônia', que é constituído pelos 'sedimentos continentais' dos grupos Barreiras e Alter do Chão.



Mapa 2: Mapa dos aspectos da vegetação do PARNA do Cabo Orange, com base em imagem de satélite.

“As unidades geomorfológicas identificadas no Cabo Orange estão diretamente relacionadas aos processos dinâmicos atuantes na área como: tabuleiros, costeiros, planícies flúvio-marinhas (foz do Cunani), flúvio-estuarinas (Cassiporé e Uaçá), fluviais e *cheniers* (na costa)” (SILVEIRA, 1998, p. 67). No que diz respeito ao aspecto do solo nesse PARNA e entorno, percebem-se características particulares por estarem associados a áreas baixas (várzeas, campos e manguezais) sob a influência direta de alagamentos diários e sazonais, promovidos pela ação das marés e alta pluviosidade da região. Também, é de se destacar os solos do tipo laterita hidromófica, glei eutróficos, glei pouco úmido, glei pouco eutrófico HGPE1 e HGPE2 e, por fim, os solos indiscriminados de manguezais.

No entendimento de Silveira (1998), “esta região possui uma dinâmica influenciada por processos flúvio-estuarinos, flúvio-marinhos e lacustres, onde os processos hidrodinâmicos relacionados às correntes fluviais e de maré são predominantes em todo o processo geológico de formação dessa planície”. Também, os processos meteorológicos

sazonais (períodos de cheia e seca) podem ser compartimentados em seis unidades. Estas são: permo-triássico (suíte intrusiva Cassiporé); terciário (grupo Barreiras); quaternário (depósitos de planície flúvio-estuarina 1, flúvio-estuarina 2, flúvio-estuarina 3, flúvio-marinha e lacustres).

A pensar-se na vegetação, é de destacar-se que esse PARNA apresenta uma flora bastante rica e diversificada. Assim, tem-se os manguezais do Cabo Cassiporé e Orange, campos arbustivo e herbáceo do rio Cassiporé, várzea do rio Cassiporé, floresta densa, lago Maruani (campos naturais) e cerrado de Vila Velha (BRASIL, 2005). As espécies predominantes são a *Rhizophora mangle* (o mangue) e a *Avicennia germinans* (a siriúba), que aparecem na figura 2.



Figura 2: Vegetação de Manguezal – PARNA Cabo Orange.
Fonte: Brasil. Instituto, 2005.

O clima dominante é equatorial úmido. Ele é marcado pela influência das oscilações da frente intertropical com uma pluviosidade muito alta e praticamente sem estação seca na área florestada (SILVEIRA, 1998). De acordo com esta mesma fonte, a temperatura média anual é de 25° Celsius, sendo os meses de setembro a dezembro os mais quentes e de março a junho os mais amenos.

A fauna na área desse Parque é bastante diversificada, conforme os quadros 3 e 4 abaixo:

Quadro 3: Principais espécies de peixes do PARNA Cabo Orange

Nome popular	Nome científico
GURIJUBA	<i>Arius parkeri</i>
BANDEIRADO	<i>Bagre bagre</i>
DOURADA	<i>Brachyplathystoma flavicans</i>
FILHOTE	<i>Brachyplathystoma filamentosum</i>
PIRAMUTABA	<i>Brachyplathystoma vaillant</i>
PESCADA AMARELA	<i>Cynoscion acoupa</i>
PESCADA CAMBUÇU	<i>Cynoscion virescens</i>
PESCADINHA GO	<i>Macrodon ancylodon</i>
TUCUNARÉ	<i>Cichla spp</i>
SARDA	<i>Pilosa flavipinnis</i>
TRALHOTO	<i>Anableps anableps</i>
CORVINA	<i>Micropogonias furnieri</i>
XARÉU	<i>Chloroscombrus chrysurus</i>
PIRARUCU	<i>Arapaima gigas</i>

Fonte: BRASIL, Ministério, Projeto, 2005.

Quadro 4: Principais espécies de mamíferos, quelônios, crustáceos do PARNA Cabo Orange

Nome popular	Nome científico
CAPIVARA	<i>HYDROCHOERUS</i>
ANTA	<i>HYDROCHOERUS</i>
VEADO-CAMPEIRO	<i>Tapirus campeiro</i>
JACARÉ-AÇU	<i>Cremam crocodilus</i>
QUELÔNIOS (TARTARUGAS MARINHAS;	<i>Melanosuchus niger</i>
TARTARUGA-VERDE	<i>Chelonia mydas</i>
TARTARUGA-DE-COURO)	<i>Dermochelys coriacea</i>
TRACAJÁS	<i>Podocnemis unifilis</i>
CAMARÕES	<i>Penalus spp</i>
CARANGUEJOS	<i>Ucides cordatus</i>

Fonte: BRASIL. Ministério, Projeto, 2005

E como a população humana local é rarefeita, nada indica que a fauna ali existente possa vir a ser extinta. De fato, essa realidade é muito comum no estado do Amapá. Gomes (1999), ressalta que o extremo norte do Amapá é uma região de baixa densidade demográfica favorecendo, com isso, segundo Diegues (2000), uma natureza intocada.

3.1.2 Aspectos de uma história múltipla

A discutir-se a perspectiva histórica da área do Cabo Orange e da denominada de Terras do Cabo Norte, é importante considerar as ocupações indígenas em um passado remoto. Nessa região, tais habitantes desenvolveram culturas diferenciadas, merecendo destaque a tradição Cunani, localizada justo na área do PARNA Cabo Orange e entorno, o que é conhecido desde a conquista por parte de europeus, mas especialmente a partir do século XIX. Precisamente, pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG fizeram as

primeiras pesquisas arqueológicas nessa região (GOELDI, 1886). E, presentemente, Edinaldo Pinheiro Nunes Filho, da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, está a pesquisar com vistas a contribuir com essa discussão acerca do turismo no entorno desse PARNA.

No âmbito da história colonial, Gomes (1999) revela em seus trabalhos que essa área foi muito disputada por portugueses, franceses, ingleses, espanhóis e holandeses. “Ao tempo da Colônia, percebia-se essa área de fronteira, particularmente na região conhecida como Guiana Brasileira, uma intensa aventura atlântica de descobrimentos e colonização, em especial de portugueses, entre os séculos XVII e XIX” (CARDOSO, 2003, p. 67). Mas, como posto por Simonian (apud AROUCK, 2002, p. 18), “[...] nesse mesmo período os indígenas também disputaram esse espaço via processos migratórios rumo ao norte e partindo do rio Xingu, no estado do Pará”.

Ainda, é de ressaltar-se que existe um raro registro histórico sobre essa área do Cabo Orange. Como se depreende de Projeto (2005), a primeira denominação deste acidente geográfico no litoral amapaense foi Cabo de São Vicente, nome atribuído pelo navegador espanhol Vicente Pinzón durante uma expedição em 1500. Posteriormente, o nome foi mudado para Cabo Cecil e Cabo de la Corda. No entanto, em 1625, o batavo Johannes de Laet, homenageou a família real holandesa ao denominar esse espaço geográfico de Cabo Orange, o que permanece até os dias atuais.

A presença de minas de ouro em toda a região, tanto do atual lado brasileiro como do guianês francês, tem implicado em disputas inclusive com o uso da força. Por exemplo, no decorrer da primeira metade do século XX, nessa região teve-se o desenrolar de conflitos entre franceses e portugueses, principalmente a partir da ‘questão do Contestado’ (CARDOSO, 2003). E, desde então fluxos de trabalhadores dos garimpos têm ocorrido, com migrações de ambos os lados, e nos últimos tempos, principalmente de brasileiros rumo à Guiana Francesa (SIMONIAN, 2002). Acerca deste processo, Andrade (2004) há pouco identificou um fenômeno preocupante na região do Oiapoque, qual seja, o da importação da malária desse Departamento Ultramarino Francês – DUF.

3.1.3 Vila Taperebá: uma realidade complexa no PARNA Cabo Orange

A vila Taperebá – ver vista aérea na figura 3 – está dentro dos limites do Parque e com isso está sujeita a conviver com as proibições de caça, pesca e entrada de embarcações estabelecidas pelo IBAMA através de sua Gerência Local, que regem a área do PARNA Cabo Orange. A comunidade tem aproximadamente 12 famílias que vivem, precariamente, da pesca e da roça de melancia (*Citrullus vulgaris*), banana (*Musa sapientum*), mandioca (*Manihot utilissima* Crunz) e cacau (*Theobroma cacao*) (GOMES, 2006, n. c.); na figura 4 tem-se um instrumento de pesca ilegal. Os dados preliminares sugerem que, diferentemente, de outras áreas onde predomina o extrativismo associado a alguma agricultura e produção artesanal (SIMONIAN, 2001), as relações de gênero baseiam-se na divisão do trabalho doméstico.



Figura 3 – Vista aérea da Vila Taperebá.
Fonte: IBAMA /AP (2005).



Figura 4: Instrumento de pesca ilegal denominado de “gaiola”.
Fonte: Gomes, 2006.

Nestes termos, as mulheres cuidam da casa, do quintal e da alimentação, e os homens pescam, caçam e cultivam a roça. Nisso, Simonian (2001, p. 36) ressalta que “[...] as relações de gênero, em UC, passaram recentemente a interessar a academia”. Percebe-se, então, ainda de acordo com Simonian (2001, p. 41), que “[...] o interesse pelos saberes, fazeres, processos organizativos e bases culturais tornaram-se objetos de investigação que revelam aspectos importantes para a institucionalização de políticas públicas às mulheres”.

Ademais, as relações de parentesco são determinadas a partir das interações entre os núcleos familiares que se instalaram na localidade do Taperebá. De acordo com Pedroso (2003), a rede ampliada de parentesco se define pela inclusão e ampliação da família nuclear, dos parentes da família extensa, dos aparentados – compadrios. Também, o mesmo autor, destaca que essas categorias diferem entre si pelas expressões de afetividade, prestação de serviços e solidariedade, mas num sentido geral opõe-se à natureza do estranho nas relações da rede. Assim sendo, de conformidade com Wolff (1999, p. 113), “[...] a família passou a ser uma necessidade básica para que fosse possível garantir a sobrevivência e a sustentabilidade”. Portanto, o grupo doméstico tornou-se vital à manutenção das relações sociais e às de condições de vida.

Em relação à estruturação física da vila, percebe-se um conjunto de casas de madeiras ligadas através de pontes (palafitas). Existem dois comércios que abastecem a vila, sendo que na figura 5, vê-se a fachada de um deles. Ainda, observa-se uma precariedade geral: o fornecimento de luz é a motor a diesel deficitário; não há água potável, sendo a alternativa de armazenar água através de um sistema de cisternas que catalisa a água da chuva no período do

inverno, que compreende os meses de dezembro a maio. Porém, no período seco, de junho a novembro, a alternativa é buscar a água no lago Maruani, um empreendimento que demanda muito esforço da comunidade.



Figura 5: Fachada frontal de um dos comércios da Vila Taperebá.
Fonte: Gomes, 2006.

Dentro desse contexto, os serviços públicos apresentam-se também de maneira precária, tais como: escola, abastecimento de água, posto de saúde e telefonia, que praticamente não funcionam, permitindo com isso a migração dos residentes locais para o município do Oiapoque na busca de um recomeçar de vida¹¹. Como exemplo desta precariedade, ver a figura 6, em que aparece um porco (*Sus scrofa*) em área alagada junto a uma residência. Portanto, percebe-se que a vida coletiva em Taperebá está se direcionando para um processo de extinção, devido a uma precariedade visível das condições de sobrevivência humana.

¹¹ Registrou-se, por ocasião do *survey*, relatos de alguns residentes entrevistados, que o bairro Nova esperança, no município do Oiapoque, é um território dos que moravam em Taperebá. Esse bairro foi formado por pessoas que vieram buscar na cidade do Oiapoque oportunidades de trabalho e de sobrevivência, já que a vida na vila Taperebá não oferecia mais condições (GOMES, 2006, n. c.).



Figura 6: Porco em área alagada junto a uma residência na vila Taperebá.
Fonte: E. Gomes, 2006.

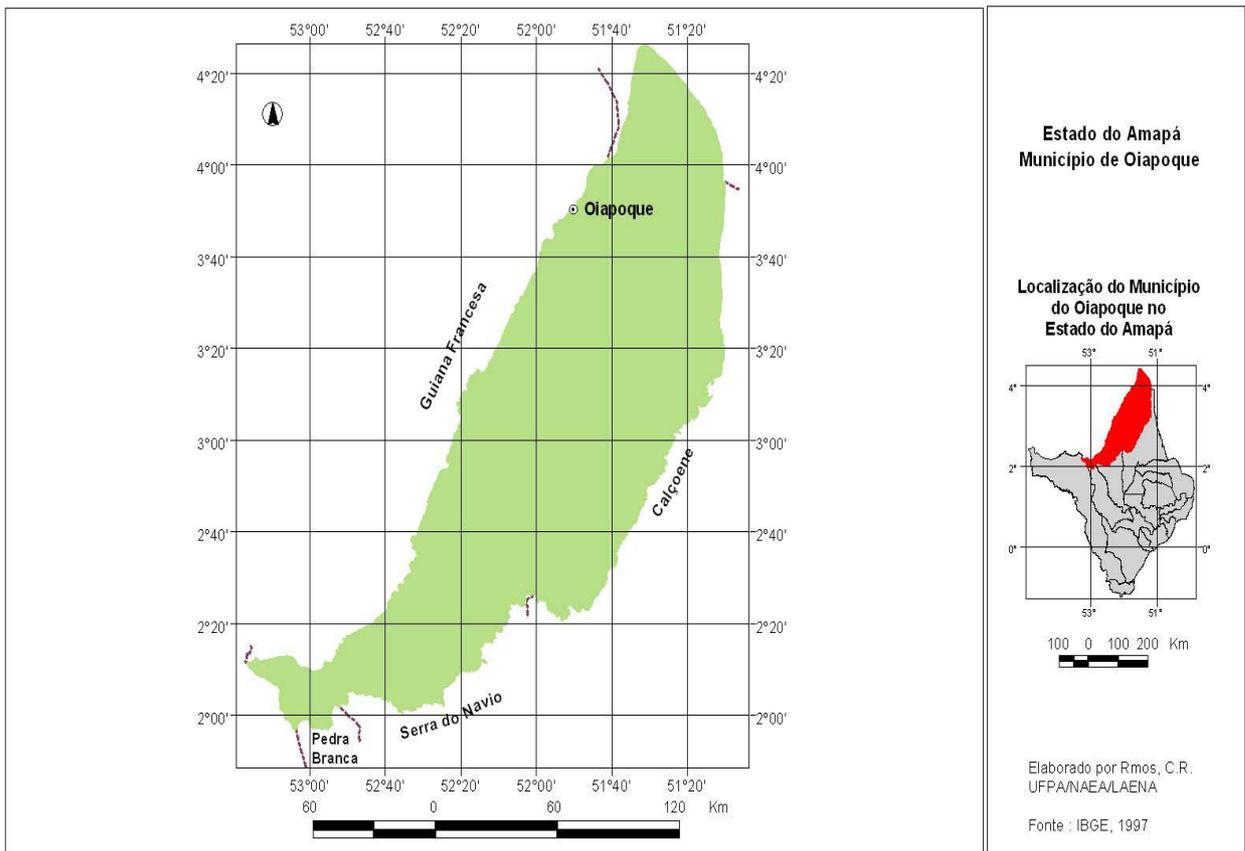
Segundo informações produzidas no decorrer do *survey*, existiu uma organização social comunitária denominada de Associação de Moradores da Comunidade de Taperebá – AMCT. Ela foi criada e constituída legalmente em 26 de março de 2002, mas que foi abandonada por falta de liderança e confiança dos associados. Aliás, no entendimento de Silva (2003), essa situação tem sido encontrada em outras áreas rurais do Amapá.

3.2 ENTORNO DO PARNA CABO ORANGE: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS RELEVANTES

Os municípios de Oiapoque e Calçoene fazem parte do entorno dessa UC. Esses municípios estão representados, respectivamente, pelas seguintes vilas: Velha do Cassiporé e Cunani. Note-se que essas duas vilas atualmente estão passando por um processo de reconhecimento de suas terras, onde instituições públicas, tais como: INCRA, IBAMA e outras, desenvolvem políticas de implantação de projetos de assentamento e desenvolvimento. Os referidos projetos tendem a promover a sustentabilidade sócio-ambiental nesse entorno do PARNA Cabo Orange.

3.2.1 Município do Oiapoque: características e desafios no turismo

“No passado mais distante, o município do Oiapoque fez parte da Capitania do Cabo Norte” (GOMES, 1999, p. 56). Essa região onde está à sede municipal, desde os primórdios do século XVI, foi palco de disputa de europeus pela posse da terra; disputas no afã de estabelecer ao sul do rio Vicente Pinzón e ao norte do rio Amazonas, o domínio territorial e sua expansão colonizadora (COUDREAU, 1886; GOELDI, 1887; GOMES, 1999). No entendimento de Moraes (1999, p. 98), Oiapoque em tupi-guarani significa “[...] casa dos Waiãpi”. Nota-se que os primeiros habitantes dessa região foram os índios Waiãpi, os Galibis e os Palikur. Atualmente, essas etnias têm suas terras demarcadas e vivem no vale do rio Uaçá e seus afluentes.



Mapa 3: Localização do município do Oiapoque. Projeto do mapa: E. Gomes e C. R. Ramos,¹² 2007. Fonte: BRASIL. INSTITUTO, 1997.

¹² Ramos, à época, era bolsista do Laboratório de Análise Espacial do NAEA – LAENA, do NAEA/UFP.

O município do Oiapoque apresenta diversidades e contrariedades. Esse município originou-se da exploração mineral do ouro através da abertura de garimpos. Possui uma infraestrutura precária onde os serviços públicos são deficitários. A população residente é composta de uma maioria de migrantes que vieram na época dos garimpos. Com isso, a formação dessa população se confunde com a história do próprio município e provoca um emaranhado de redes e teias de tramas sociais. De conformidade com Silva (2005), o Oiapoque se caracteriza pela aventura de buscar riquezas e retornar para suas localidades de origem. Talvez, isso seja a razão da alta precariedade no município.

Percebeu-se, durante a pesquisa de campo realizada, que a sede desse município apresenta um fluxo turístico intenso, principalmente, no sentido Guiana Francesa – Brasil. No entanto, a infra-estrutura turística é precária, bem como inexistente uma política atuante que possa valorizar a cidade, bem como sensibilizar a sua população local. Realizou-se uma entrevista com uma agente de viagem de Oiapoque¹³. Ela relatou que o seu empreendimento iniciou as atividades neste município em meados dos anos 1990, com o objetivo de comercializar produtos ecoturísticos, pois ela como bacharel em turismo, percebeu a potencialidade do município.

Essa empresária iniciou com uma agência de turismo pequena que atendia os principais empresários da região e poucos guianenses, entretanto, comercializava bilhetes aéreos para Macapá e Belém e, não roteiros ecoturísticos porque a procura para isso era mínima. Porém, com o passar do tempo, a mesma resolveu investir no turismo receptivo do município, com a oferta de roteiros para o PARNA Cabo Orange, PARNA Montanhas do Tumucumaque, Terras Indígenas e passeios fluviais pelo rio Oiapoque e foz junto ao oceano Atlântico. Esses roteiros eram comercializados em escala pequena porque não havia demanda; isso em parte se deve ao fato de não haver uma infra-estrutura de apoio que dê suporte para a prática do ecoturismo no município, haja vista que, a falta de políticas municipais que possam estruturar a cidade para o turismo é o maior entrave para o fomento dessa atividade.

Diante do exposto acima pela agente de viagem e pela observação realizada, pode-se perceber que para o turismo acontecer no Oiapoque muita coisa ainda há de ser feita. Nas observações, verifica-se que as modalidades turísticas mais prováveis no município são: 1) o ecoturismo; este realizado nos principais ambientes naturais, tais como: rio Oiapoque, ilhas e foz no oceano Atlântico; 2) o turismo de compras; este realizado pelos guianenses no comércio local, onde se comercializa gêneros alimentícios e artesanato, principalmente

¹³ Essa agente é uma das donas da empresa de turismo local do Oiapoque (GOMES, 2006, n.c.).

cerâmicas, madeiras trabalhadas e quadros e, por fim, 3) a exploração sexual no turismo; esta realizada por guianenses, europeia e brasileira em visitas na cidade onde os principais pontos dessa prática são: a praça central, casas e boates de prostituição.

No caso da exploração sexual, o turismo torna-se uma atividade impulsionadora dessa prática em países em desenvolvimento, principalmente, quando se tem uma rede de atores sociais envolvidos na trama da vida social. Percebe-se que os excluídos do sistema social encontram no turismo, e principalmente, na exploração sexual uma mobilização social na ausência de oportunidades legítimas de mobilidade. Eles encontram nos seus “patrões de rua” a oportunidade de encontrarem o caminho da aceitação na sociedade e, conseqüentemente, uma oportunidade empreendedora, onde corpo e prazer são peças fundamentais nesse processo produtivo capitalista e, isso no município do Oiapoque é muito comum.

Quanto à política municipal de turismo, o Secretário de Turismo do Município, em entrevista realizada, relatou que agora que o município está se organizando para isso. Ele apresentou uma cópia da Lei nº 274 de 19 de junho de 2006, o Plano Municipal de Turismo do Oiapoque – PMTO,¹⁴ que tem como propósito promover o desenvolvimento social, econômico e cultural do Oiapoque através do turismo. Segundo o mesmo, esse plano será o marco político do turismo no município.

No entanto, observou-se no documento uma limitação acerca do que sejam turismo e política de turismo. Também, foi possível observar que não há uma diretriz para o caso das UC do município, bem como para a cultura local como produtos turísticos potenciais. Esse quadro evidencia a existência de um corpo técnico de servidores municipais limitados que estão subordinados a um poder público municipal altamente centralizador.

3.2.1.1 Vila Velha do Cassiporé: uma vila histórica no cabo Orange

A vila Velha está localizada à margem esquerda do rio Cassiporé. A figura 7 apresenta uma vista aérea parcial. Pertence, legalmente, ao município do Oiapoque e tem sua fundação datada à época da instalação de missões religiosas na Amazônia, onde alguns Frades Franciscanos do Pará, no início do ano de 1618, século XVII, organizaram visitas e fundaram a vila (GOMES, 2006, n. c.). A vila tem aproximadamente 48 famílias com um contingente próximo de 250 habitantes.

¹⁴ Este plano estava em tramitação na Câmara dos Vereadores do município do Oiapoque para ser votado e aprovado. Até o fechamento desse trabalho ele ainda não havia sido votado.



Figura 7: Vista aérea da vila Velha do Cassiporé. Fonte: IBAMA / AP (2005).

As famílias dessa localidade do rio Cassiporé são, em geral, constituídas a partir de relações locais de parentesco. De acordo com Radcliffe-Brown (1995, apud PEDROSO, 2003), as relações de parentesco são definidas a partir da descendência e a família elementar é a unidade básica da estrutura social. Por sua vez, esta é concebida a partir de um conjunto de relações diádicas de pessoa a pessoa, que constituem a formação de grupos domésticos.

As relações de gênero locais são baseadas, também, na divisão do trabalho doméstico, onde Wolff (1999, p. 119) aponta que “[...] a vida doméstica é dinâmica, sempre em transformação de acordo com as circunstâncias diversas”. Na vila Velha verifica-se uma iniciativa de algumas mulheres que fabricam barras de chocolate caseiro – como se vê nas figuras 8 e 9¹⁵. Este processo está a ocorrer ainda de um modo muito tímido, em condições precárias e em base à mão-de-obra familiar.

¹⁵ Produzem-se essas barras a partir da coleta do cacau, onde os caroços são torrados e pilados até ganhar consistência de uma pasta. Depois, são armazenados em formas e prontos para a comercialização. Não existe registro formal da quantidade de barras comercializadas. Mas, segundo as fabricantes artesanais, há uma procura pelo produto, principalmente de comerciantes do município do Oiapoque, estado do Amapá (E. Gomes, 2006, n. c.).



Figura 8: Mulher em sessão de pilagem das amêndoas do cacau.
Fonte: Gomes, 2006, n. c.



Figura 9: Formas de barras de chocolate caseiro.
Fonte: Gomes, 2006, n. c.

Conforme observado quando da estada em campo, as atividades econômicas predominantes são: a agricultura de subsistência, a produção agrícola comercial de cacau, farinha de mandioca, banana e melancia (*Citrullus vulgaris*). Tem-se, também, uma pequena criação de animais, tais como: porcos (*Sus scrofa*), bois (*Bos linneaus*) e búfalos (*Bubalus bubalis*).

Os serviços públicos funcionam com certa regularidade. Neste ponto, é de se destacar a existência de duas escolas públicas; uma de ensino básico (municipal) e outra de ensino fundamental (estadual), um posto de saúde com dificuldade de operacionalização, um sistema de telefonia; composta por dois telefones públicos da Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL e um rádio que funcionam com precariedade e um

fornecimento de luz através de um motor diesel. O transporte utilizado é o fluvial, mas há a possibilidade de se embrenhar na mata e chegar a um ramal que se conecta com a BR-156¹⁶.

Neste contexto de vida comunitária, destaca-se a constituição de uma organização social denominada de Associação Agroextrativista do Cassiporé – AAC, fundada em 25 de maio de 1997. “É importante ressaltar que essa associação já teve um papel importante na comunidade local quando conseguiu alguns recursos financeiros para a estruturação da vila, bem como para a obra da construção da fábrica de produção de chocolate caseiro” (GOMES, 2006, n. c.). Porém, por falta de capital social e apoio financeiro, a associação estagnou, o que se constitui em ameaça aos projetos já aprovados pelo Governo do Estado do Amapá – GEA (cacau) e Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA (assentamento).

Diante dessa realidade, percebe-se uma vila com potencial econômico, mas com sérios problemas de organização social que impede a formação de capital social local. Nas figuras 10, 11 e 12, têm-se aspectos de reuniões realizadas nesse local em função da visita da Missão Francesa que começou em janeiro de 2006. Esta presença teve por objetivo o reconhecimento do potencial de turismo e cooperação internacional nessa região de fronteira, tendo sido a mesma organizada pelo IBAMA.



Figuras 10: Reunião comunitária preparativa à chegada da Missão Francesa.
Fonte: Gomes, 2006.



Figuras 11: Reunião comunitária preparativa à chegada da Missão Francesa.
Fonte: Gomes, 2006.

¹⁶ Existe o traçado do ramal que futuramente será implementado com o objetivo de ligar a Vila Velha do Cassiporé até a BR 156, para facilitar a locomoção e o escoamento da produção agrícola (E. Gomes, 2006, n. c.).



Figura 12: Reunião comunitária de boas-vindas à Missão Francesa.
Fonte: Gomes, 2006.

Por ocasião do *survey*, registrou-se a visita da Missão Francesa, conforme figura 13, na vila Velha do Cassiporé. Essa missão teve o objetivo de fazer um levantamento preliminar das possibilidades de implementação do turismo entre os PARNA Cabo Orange e Natural Regional da Guiana Francesa. Aliás, como posto por Irving (2004, p. 34), por certo esta proposta situa-se dentro de “[...] um contexto de cooperação de áreas transfronteiriças”.



Figura 13: A Missão Francesa numa recepção organizada pela comunidade de vila Velha do Cassiporé. Fonte: Gomes, 2006.

As práticas religiosas na vila também contribuem para o estabelecimento de relações sociais. As religiões praticadas na localidade são o protestantismo e o catolicismo (GOMES, 2006, n. c.)¹⁷. Portanto, a missa dominical é objeto de encontros semanais, sendo as mulheres

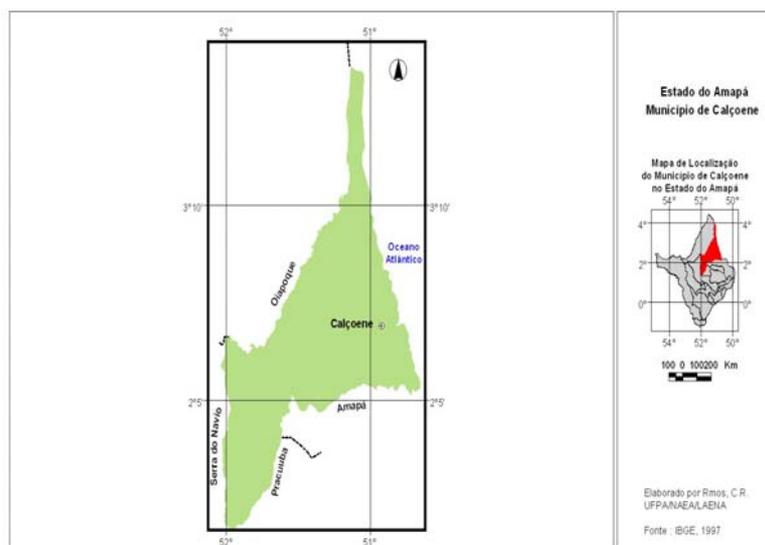
¹⁷ Duas igrejas protestantes (Assembléia de Deus e Congregação Cristã do Brasil) e uma católica (São José).

e as crianças das famílias mais antigas, além do animador da comunidade, os que demonstram maior interesse pelas práticas religiosas.

3.2.2 Município de Calçoene: caracterização e desafios para um turismo

Historicamente, o município de Calçoene fez parte do Contestado Franco-Brasileiro, uma região de disputa entre os governos brasileiro e francês. Este Contestado atraiu escravos fugitivos, criminosos, desertores, aventureiros e brasileiros que se espalharam pela área no intuito de encontrar riquezas e fundar povoados (CARDOSO, 2003). De acordo com Picanço (2003), o município foi criado em 25 de janeiro de 1956, pela lei de criação nº 3055, quando o Amapá ainda era um Território Federal.

O município apresenta uma área de 14. 269 km. A sede está localizada à margem esquerda do rio Calçoene (Mapa 4). É banhado pelos rios Araguari, Calçoene novo, Lamute, Cunani, Cassiporé, Grande Crique e Marrecal. Possui três distritos além da sede, que são o Cunani, o Lourenço e o Carnot. É interessante ressaltar que cada distrito desses tem uma história de lutas em busca de sobrevivência. Por exemplo, o Cunani tem a história de sua fracassada República Independente, o Lourenço movimentou a corrida do ouro em seus garimpos e o Carnot surgiu de um assentamento de migrantes maranhenses, que vieram para a região desde a década de 1980.



Mapa 4: localização do município do Calçoene; Projeto do mapa: E. Gomes e C. R. Ramos, 2007. Fonte: BRASIL. INSTITUTO, 1997.

No que respeita a sua economia, documentou-se que o município é importador de alimentos, haja vista que há instituições públicas, tais como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP e Instituto de Terras do Amapá – TERRAP, que têm extensão rural. Mas também, pode-se citar que a costa marítima do município constitui-se na maior potencialidade de pescadao do estado do Amapá. Calçoene produz grande volume e diversidade de peixes e mariscos de alto valor comercial. Outro dado importante a ressaltar é de que os produtos locais sofrem dificuldade de escoamento para sua comercialização. Entre as dificuldades, pode-se citar a precariedade da infra-estrutura de estradas, dos veículos, dos meios de comunicação e outros.

De acordo com as observações, durante a pesquisa de campo, pôde-se constatar que esse município apresenta, como todos do estado do Amapá, uma infra-estrutura mínima e serviços públicos deficitários. Esse quadro deficitário contribui para que o município não consiga se desenvolver, pois as principais restrições observadas foram: 1) pouca capacidade de gestão político-administrativo; 2) ausência de agente financeiro local; 3) péssimas condições de higiene nos equipamentos de hospedagens; 3) falta de estrutura para prestação de serviços especializados nas áreas de turismo e hospitalidade, dentre outras.

Embora o município possa apresentar um patrimônio natural, tais como: o PARNA Cabo Orange, rios caudalosos e a praia do Goiabal, bem como um patrimônio cultural como o Cunani e recentemente o sítio arqueológico,¹⁸ verificou-se que o turismo é incipiente. E que o mesmo não exerce influência econômica no município. De fato, mesmo em uma pesquisa visita breve ou exploratória, é possível concluir que os equipamentos de apoio à atividade são de qualidade inaceitável.

Com base neste contexto de fragilidade econômica, também ressalta-se que, em relação à política pública de turismo, inexistente uma secretaria para definir, planejar e organizar a atividade no município, bem como nenhuma designação do poder público local em tratar do turismo. Isso se reflete, visivelmente, num município político e economicamente enfraquecido, onde expressões culturais e belezas cênicas estão se perdendo em meio ao caos político local. De fato, observa-se isso, pois na figura de um grande empresário da cidade de Macapá, o poder centralizador de decidir o que é melhor para o município, ou melhor, para suas propriedades localizadas nos limites do município, reflete a nova sociedade brasileira (SORJ, 2000).

¹⁸ Esse sítio arqueológico foi transformado em Parque, sob o Decreto nº de 2006 (AMAPÁ, 2006).

3.2.2.1 Vila Cunani: de uma república independente a uma realidade decadente

Estudos de Acevedo-Marin (1999), Benoit (2000), Gomes (1999), Reau (2000) e Touchet (1993, apud CARDOSO, 2003) destacam a vila Cunani – que em seu núcleo principal atual aparece na figura 14 – no contexto histórico de ocupação, luta e resistência dessa região conhecida como Cabo Norte no século XIX. Essa vila tem toda uma história de luta e resistência de um povo quando se tentou instituir a República Independente do Cunani. A mesma fazia parte do Território do Contestado, uma faixa de terra disputada e considerada, na época, como parte dos estados francês e português.



Figura 14: Vista aérea da vila Cunani. Fonte: Brasil, 2005.

Com a descoberta de jazidas de ouro na região, teve início um movimento de aventureiros, escravos fugitivos e criminosos que fundaram vilas e a partir de então, o rio Cunani tornou-se palco de uma história de exploração mineral. E esta, note-se, incluiu períodos distintos de ocupação e reivindicação de posse por parte do Brasil e França, que implicou em litígio que ficou conhecido como o Contestado Franco-Brasileiro.

A vila Cunani foi fundada pelo francês ProsperChaton em data indeterminada. O nome original era Guanany que posteriormente aportuguesou para Cunani, que na língua indígena significa tucunaré, um peixe de escama da família dos CICLIDEOS (CARDOSO, 2003). Nesse contexto, essa vila apresenta uma condicionante histórica, pois desde 1841, através de um acordo firmado entre o Brasil e a França, considerava-se a região entre os rios Araguari e Oiapoque como um território neutro, não estando sujeito à jurisdição de nenhum dos dois países.

Assim sendo, as leis e administração da área eram definidas pelos próprios moradores. Para Cardoso (2003, p. 53):

[...] Até cerca de 1880, os sujeitos históricos do Cunani ainda eram vistos como perigosos. Brasileiros perseguidos por outros brasileiros? Em realidade não; mocambistas perseguidos por proprietários, talvez esta seja a definição que mais se aproxime dessas formas de relações sociais. Foi a partir da última década do século XIX que os sujeitos históricos do Contestado, quer sejam da vila Cunani ou da vila do Amapá, passaram a ser apresentados como brasileiros ou, ainda, como cidadãos brasileiros.

Nesse contexto histórico, de acordo Cardoso (2003, p. 59), “[...] o Cunani foi palco de conflitos, negociações e representações na última década do século XIX”.

A vila Cunani – pertence ao município de Calçoene. A sua principal via de acesso é por um ramal de terra batida e, em estado precário, com aproximadamente 52 km (GOMES, 2006, n. c.). A vila apresenta-se aproximadamente com 23 famílias e um contingente aproximado de 150 habitantes. Os moradores se organizam socialmente através de três organizações sociais; 1) a associação de moradores; 2) a associação de agricultores e o 3) Grupo Folclórico Zimba. Nela dança-se o Zimba,¹⁹ rufam-se tambores e busca-se o resgate e a preservação de sua cultura.

As relações de gênero são baseadas também na divisão social do trabalho doméstico que, segundo Simonian (2001), desde o período colonial as mulheres dessa região sempre foram vistas nas condições de excluídas socialmente. As famílias são também constituídas pelas relações de parentescos que, conforme Pedroso (2003, p. 92), “[...] dá-se os relacionamentos de qualquer membro da família, quer pela cogação ou afinidade, e que são ligações vinculadas com pais, irmãos, conjugues e filhos”.

As condições de vida dos moradores do Cunani decorrem de suas oportunidades de renda através da agricultura e de outras atividades complementares, tais como, a criação de pequenos animais, a caça de subsistência e a pesca. Os produtos mais comercializados são a banana e a farinha de mandioca. Existe uma precariedade nos serviços públicos de educação onde existe uma única escola de ensino básico e infantil, de telefonia; apenas um telefone público, de saúde; um posto sem remédios e um motor a diesel deficitário para o fornecimento de energia elétrica.

Nas condições atuais, observou-se que a vila Cunani está muito distante daquela vila que no passado representou um símbolo de luta em busca de ser um país independente. De fato, esta vila apresenta uma fragilidade em sua estrutura social com sérios problemas socioeconômicos e ambientais. Entretanto, essa realidade poderá ser mudada após o

¹⁹ Uma dança típica do Cunani, que mistura sons do carimbó com ritmos da Guiana. É a expressão maior da cultura na vila. Todos (homens, mulheres, adultos, idosos, crianças) dançam o Zimba (GOMES, 2006, n. c.).

reconhecimento legal da categoria de remanescentes de quilombos,²⁰ que de acordo com Acevedo e Castro (1998, p. 28):

[...] o quilombo enquanto categoria histórica detém um significado de resistência e de auto-afirmação do grupo diante da ordem escravista. Esse significado localizado no tempo tem, na atualidade, uma reinterpretação jurídica quando é empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais introduzidas pelos denominados remanescentes de quilombos.

Observa-se que os moradores da vila Cunani tentam, atualmente e de uma maneira lenta, reviver o seu passado de luta e resistência em torno de seu território. Porém, um reviver pautado em sua cultura e em seus potenciais atrativos turísticos.

Nesta direção, no entanto, praticamente tudo está por ser feito. Há de se fazer um inventário histórico-cultural preciso e amplo. Também pesquisas arqueológicas poderão evidenciar sítios a serem visitados. A identificação de áreas ecológicas ao longo do rio Cunani e mesmo dos lagos etc. Tudo será para que se possa pensar em turismo sustentável e comunitário.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO AMAPÁ: DESAFIOS DE SUSTENTABILIDADE

A política pública de turismo no país é algo recente. Tornou-se prioridade em estados e municípios a partir da criação, no primeiro mandato (2003-2007) do Governo Lula, do Ministério do Turismo. Estudos de Cruz (2001) e Almeida (2001) analisaram as políticas públicas direcionadas para o fomento turístico em estados nordestinos, principalmente o estado do Ceará. No entanto, essa análise teve certa criticidade, onde Almeida (2001, p. 187) documentou que essa região “[...] foi palco de iniciativas governamentais agressivas em torno do objetivo comum dos estados de potencializar o aproveitamento dos recursos turísticos presentes na busca de um desenvolvimento econômico promissor”.

²⁰ A Vila Cunani já tem a certificação de Auto-reconhecimento de Remanescente das Comunidades dos Quilombos, lavrado em Brasília em 02 de março de 2005, através da Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares. No entanto, a comunidade ainda está aguardando o título de terras definitivo, a partir da categoria Remanescentes de Quilombolas (GOMES, 2006, n.c.).

Na Amazônia, a tomar-se Quaresma (2006) e Pinto (2001), depreende-se que as políticas públicas de turismo ainda estão por ser construídas. No estado do Amapá, ainda se tenta organizar as idéias acerca de turismo a partir de suas peculiaridades e potencialidades. No entanto, percebe-se que essa construção ainda está aquém de ser uma política promissora, pois o turismo recentemente entrou nas prioridades governamentais no estado do Amapá.

4.1 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO AMAPÁ: HISTÓRICO E CONSEQÜÊNCIAS

Sabe-se que o segmento do turismo em todo o mundo cresce de maneira espantosa e ganha cada vez mais foco dentro de um mercado globalizado, competitivo e diversificado através de seus produtos, equipamentos e serviços. De modo simplificado, é integrado por várias empresas independentes – públicas/ privadas – que precisam operar em conjunto para alcançar os objetivos desejados, ou seja, criar estratégias de desenvolvimento turístico.

Dentro do cenário geográfico amazônico e considerando as potencialidades da região, o estado do Amapá é uma de suas partes mais significativas por ocupar uma área que reúne, em biodiversidade e volume, quase todos os recursos naturais – renováveis ou não – presentes em toda a Amazônia, compondo por sua vez uma síntese completa das riquezas da região. Nestes termos ele é chamado e reconhecido como o estado mais conservado do Brasil. Ao assumir este destaque no cenário ecológico mundial, o mesmo se insere com bastante propriedade nesta tendência promissora de desenvolvimento combinando ações públicas e privadas em prol do crescimento econômico, político, social e cultural de todas as comunidades nas esferas local e regional.

Verifica-se, nesse contexto, a necessidade do surgimento de uma instituição pública no estado para trabalhar, de maneira mais organizada, o turismo. Com esse propósito, surgiram através do Decreto nº. 0343 de 22 de janeiro de 2002, o Instituto de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Amapá – DETUR (AMAPÁ, 2002). O seu objetivo é o de definir políticas e atrair investimentos financeiros e tecnológicos que possam gerar as condições necessárias à potencialização desse fenômeno nesse estado.

Segundo o Estatuto do DETUR (AMAPÁ, 2002, cap. II, art. 2º),

O Instituto de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Amapá – DETUR constitui autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira vinculada a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM com sede e foro nesta capital com jurisdição em todo o Estado do Amapá.

Nota-se que esse Instituto foi criado com certa autonomia para desenvolver suas atividades, bem como possui bens materiais, ainda ausentes em muitas instituições públicas. De conformidade com o Estatuto do DETUR (AMAPÁ, 2002, cap. III, art. 3º), “[...] o instituto [...] tem como finalidade formular, planejar, implantar e coordenar a Política Estadual de Turismo em consonância com as diretrizes do Governo Estadual e da Política Nacional de Turismo”.

Nestes termos, a política de turismo deveria ser trabalhada seguindo as diretrizes do Plano de Governo, que nesse período correspondia ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA (AMAPÁ, 1995), instituído pelo ex-governador João Alberto Capiberibe. Nesse programa de governo, o turismo foi definido como uma atividade econômica de caráter sustentável capaz de gerar trabalho e rendas para as comunidades tradicionais do estado do Amapá. É interessante ressaltar que esse fenômeno, nesse período de PDSA, deu um salto qualitativo.

Pôde-se verificar isso nos documentos deixados pela antiga equipe técnica do DETUR, precisamente nos arquivos deste Departamento. Mas, de uma maneira inexplicável, embora provavelmente criminosa, os mesmos foram levados dessa Instituição pública para outro lugar sem identificação. Isso foi muito comum no período de transição do governo Capiberibe para Waldez Góes, quando as instituições foram depredadas e muitos documentos importantes perdidos ou destruídos.

No DETUR, a estória não foi diferente. Todos os projetos, planejados e em execução, de turismo para o Amapá foram deletados dos computadores; as prestações de contas foram parar em instâncias judiciais e mais outros casos dessa mesma natureza. Segundo Sorj (2000, p. 18), isso seria “[...] um caso de patrimonialismo do funcionalismo público, isto é, a utilização de funções públicas para repressão, imposição, autoritarismo e apropriação de bens públicos para si”. Note-se que Sorj (2000, p. 13), ressalta que “[...] o uso do conceito de patrimonialismo é geralmente associado a uma perspectiva de vê-lo como um traço cultural inerente a certas sociedades, consideradas de forma genérica como ibéricas ou mediterrâneas”. Por certo, isso a ver com o processo histórico de colonização do país, onde a

dominação da metrópole sobre a colônia se deu de maneira desigual na distribuição de riqueza e poder.

No que concerne às competências do DETUR, o Estatuto (AMAPÁ, 2002, cap. III, art. 4º) assim dispõe:

- I – nortear os planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento do turismo para o respeito, valorização e fortalecimento das comunidades locais e de seus conhecimentos tradicionais, bem como contribuir para elevar a auto-estima dos povos do Amapá;
- II - propor ao governo estadual normas e medidas necessárias à execução da Política Estadual de Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas;
- III - promover e divulgar o turismo estadual na região, no país, no exterior, de um modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos no Estado;
- IV – analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, de forma sustentável, definindo áreas, projetos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;
- V – estimular e fomentar a implantação, diversificação, adequação e melhoria da qualidade da infra-estrutura turística estadual;
- VI – definir critérios, analisar, aprovar e acompanhar projetos turísticos;
- VII – inventariar as potencialidades turísticas, ordenar o uso e a ocupação de áreas e locais de interesse turístico e estimular a exploração turística do patrimônio natural e cultural com vistas ao seu desenvolvimento sustentável;
- VIII – estimular e desenvolver iniciativas turísticas destinadas a recuperar áreas degradadas, conservar o ambiente natural, a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações impactadas pelo seu desenvolvimento em articulação com os demais órgãos e entidades competentes;
- IX – exercer atividades descentralizadas da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo – mediante orientação normativa e de conformidade com a Legislação Brasileira de Turismo em vigor;
- X – promover junto às autoridades competentes os atos e medidas necessárias ao desenvolvimento das atividades turísticas, à melhoria ou ao aperfeiçoamento dos serviços oferecidos aos turistas consoante à Política Estadual de Turismo;
- XI – celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com organizações e entidades públicas e/ou privadas, estaduais, nacionais e internacionais para a realização dos seus objetivos;
- XII – incentivar a formação e o desenvolvimento do capital humano do setor de turismo objetivando a excelência da qualidade dos serviços turísticos;
- XIII – praticar outras atividades correlatas aos itens anteriores e que, direta e indiretamente, sejam necessárias a realização de suas finalidades.

Torna-se relevante, neste ponto, tecer comentários acerca do inciso I onde se percebeu que algumas ações foram feitas, mas sem continuidades. Isso sinaliza que o que foi escrito e aprovado não se concretizou na prática.

Precisamente, as referidas comunidades tradicionais do Amapá participaram de um processo inicial de envolvimento no turismo, entretanto, o trabalho não teve um acompanhamento e nem tampouco uma continuidade, refletindo no descaso dessas comunidades pelo o turismo. Verifica-se que, entre ano e ano, essas competências foram discutidas, aprovadas, mas em sua totalidade, não foram cumpridas. O DETUR, como instituição pública de fomento do turismo, não tinha um quadro técnico formado por profissionais de turismo que pudessem ocupar as áreas específicas da instituição.

Isto se reflete na realidade atual dos profissionais de turismo, que padecem pela falta de uma categoria profissional, bem como da regulamentação da profissão de “Turismólogo”. Desse modo, todos os cargos técnicos deste instituto foram ocupados por cargos comissionados denominados de Cargos de Confiança de Nível Superior – CDS, que se subdividem em graus de hierarquia dentro da instituição pública, tais como: I, II, III, IV, V e VI, ou seja, o mais alto grau de CDS é destinado ao poder de mando do Secretário ou Diretor-Presidente da instituição. Nessa disposição, o turismo no Amapá deixa muito a desejar porque não há o comprometimento profissional, e sim, a preocupação de manter privilégios e regalias na ocupação dos cargos.

Um acontecimento político no Amapá marcou profundamente o DETUR, em 2004. Este foi o ano das eleições para o governo municipal no país, muitas coligações foram feitas entre partidos políticos para conseguirem chegar a vitória final. Neste estado, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, do atual governador Waldez Góes, propôs ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB coligação para elegerem o candidato do governador, o então Senador Sebastião Rocha, vulgo BALA, e em troca o governador daria todos os cargos de confiança do tal DETUR para o PSDB. A proposta foi aceita e assim o capital humano do DETUR viveu momentos de desespero por saberem que seria todos exonerados pelos novos donos do poder do instituto, o PSDB.

Nesse cenário dramático, percebeu-se que o fomento do turismo, enquanto uma política pública, não se realizou. Mesmo porque, a história política do Amapá sempre foi atrelada a acordos e troca de favores entre partidos políticos que tentam manter regalias dos seus afiliados e protegidos. Ademais, houve um processo de mudança estrutural na composição das instituições políticas estaduais no governo atual. O DETUR deixou de ser uma autarquia e passou a ser uma Secretaria de Estado atrelada, dentro do novo modelo de gestão de administração pública, a Secretaria Especial de Estado do Desenvolvimento Econômico do Amapá – SEDEAP, popularmente conhecida como “super secretaria”.

Diante deste quadro, o pensamento crítico de Sorj (2000), permite uma reflexão quanto à utilização de cargos políticos eletivos ou executivos para usufruto de vantagens através do sistema de troca de favores, o que é uma realidade no país. Isso representa o uso maior do patrimônio público como um bem privado. De todo o modo, o questionamento que fica é acerca do lugar da política séria e comprometida de turismo como está escrita no estatuto aprovado do antigo DETUR. Isso é importante, pois se verifica o uso de uma política de poder em detrimento de diálogos e ambientes favoráveis para a implementação do turismo no Amapá, como uma potencialidade socioeconômica e ambiental.

4.2 SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO AMAPÁ: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

A estrutura política das secretarias e autarquias do estado do Amapá, no ano de 2004, passou por um processo de reforma e adequação de atribuições e competências. De conformidade aos estudos de Pereira (1999), Sola (1999) e Wilhelm (1999), o objetivo da reforma dos procedimentos da administração pública é para melhorar o desempenho da máquina estatal em relação ao cidadão. Nesses termos, a Lei nº 0811 de 20 de fevereiro de 2004 dispõe sobre a organização do poder executivo no estado e apresenta o seu novo modelo de gestão pública (AMAPÁ, 2004). Esse modelo enfatiza arranjos institucionais novos, tais como: Secretarias Especiais de Desenvolvimento Setorial, Secretarias de Estado, Secretarias Extraordinárias, Órgãos Estratégicos, Órgãos Vinculados e Colegiados.

Essa mesma Lei cria o processo decisório compartilhado e altera a estrutura da administração amapaense, autoriza a extinção de cargos de direção e assessoramento superior e dá outras providências. Segundo o Título I da Administração Estadual, Capítulo I do Modelo de Gestão, art. 1º dessa mesma lei, o modelo de gestão gerencial do poder executivo tem como premissas básicas a ética na condução dos interesses públicos, a responsabilidade sobre todas as ações governamentais (AMAPÁ, 2004). Com isso, tem-se a proposta de transparência no compromisso com o crescimento econômico e social, o equilíbrio ambiental e fiscal, a regionalização do desenvolvimento, a integração das ações para redução das desigualdades socioeconômicas e espaciais e a solidariedade para se buscar o bem estar da população²¹.

²¹ Foi nessa perspectiva que surgiu o modelo novo de administração pública do governo identificado como “Desenvolvimento com Justiça Social”, onde a pasta do turismo passou fazer parte ser da Secretaria Especial de Estado do Desenvolvimento Econômico do Amapá.

A Secretaria de Turismo do Amapá – SETUR / AP foi criada sob o Decreto Lei nº 1994, de 15 de julho de 2004 (AMAPÁ, 2004). Sua finalidade é formular, planejar, executar e coordenar a política de turismo do estado, bem como criar oportunidades de investimentos setoriais e incrementar a expansão do Turismo nesse estado. Observa-se que a SETUR e o DETUR apenas mudaram de siglas, mas o escopo político de suas finalidades, competências e atribuições continua o mesmo, bem como o local de funcionamento. Um outro aspecto que mudou foi o corpo técnico. Todos que ingressaram no início do Governo “Desenvolvimento com Justiça Social”, atualmente já não estão mais na Secretaria. Os chefes, diretores e técnicos atuais são todos os cargos políticos e ligados ao PSDB / AP, conforme o quadro 6, abaixo:

Quadro 6: Denominação e qualificação de cargos de direção superior e de direção intermediária da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
CDS-5	Secretario de Estado do Turismo	01
CDS-3	Chefe de Gabinete	01
CDS-3	Diretor do Departamento de Planejamento do Turismo	01
CDS-3	Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Turismo	01
CDS-2	Secretario Executivo	01
CDS-2	Motorista do Secretario	01
CDS-2	Assessor Jurídico	01
CDS-2	Chefe do Núcleo Setorial de Planejamento	01
CDS-2	Chefe da Unidade de Informática	01
CDS-2	Chefe da Divisão de Apoio Administrativo	01
CDS-2	Chefe da Seção de Pessoal	01
CDS-2	Chefe da Seção de Patrimônio	01
CDS-2	Chefe da Seção de Transportes e Atividades Gerais	01
CDS-2	Chefe da Seção Financeira	01
CDS-2	Chefe da Seção de Comunicação Administrativa	01
CDS-2	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	01
CDS-2	Chefe da Divisão de Informação e Documentação Turística	01
CDS-2	Chefe da Divisão de Relações com o Mercado Turístico	01
CDS-2	Chefe da Divisão de Fortalecimento do Turismo	01
CDS-2	Chefe da Divisão de Difusão e Atendimento ao Turista	01
CDS-2	Chefe da Divisão de Operacionalização de Projetos Especiais no Turismo	01

Fonte: AMAPÁ, 2004.

O desafio da SETUR é construir propostas para o turismo no Amapá. Aposta-se no turismo como uma alternativa de sustentabilidade e justiça social. Espera-se que esse arranjo institucional novo possa engendrar os caminhos do desenvolvimento no Estado. Segundo Beni (2003), a função específica dos Órgãos Institucionais Públicos de Turismo é determinar prioridades de difusão da imagem turística, assim como a criação de normas e administração de recursos e estímulos a isso. Portanto, em princípio, a implementação da política de turismo

no Amapá tem que colocar em evidência a imagem do Estado como uma mercadoria turística a ser comercializada nos mercados nacional e internacional.

Neste ponto, note-se que o problema observado é saber de que maneira essa comercialização será realizada e quem será beneficiado e/ou prejudicado com isso. Ainda, cabe analisar os programas e projetos de turismo implementados no Amapá. Nesta direção, é de se analisar a abertura política do turismo no país, para entender o seu contexto pautado nos planos estratégicos de desenvolvimento do Estado.

4.3 PROGRAMAS E PROJETOS DE TURISMO NO ESTADO DO AMAPÁ: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE

O Amapá enquanto estado da Amazônia reúne um cenário propício à prática do turismo. Possui a taxa mais baixa de degradação da cobertura vegetal, tem uma diversidade e riqueza de seu meio natural, ou seja, vários tipos de floresta tipicamente amazônica, vegetação baixa de regiões do litoral tropical e cerrado típico do planalto central. Além deste mosaico de ecossistemas e de regiões de transição em estado de conservação considerável, o mesmo faz fronteira com os ecossistemas do Platô das Guianas e Comunidade Européia, tem influência da dinâmica hidrológica da foz do rio Amazonas e, por fim, apresenta uma diversidade de sua população, tais como: índios, agricultores, extrativistas, ribeirinhos e quilombolas.

E, a capital, Macapá, é a única capital brasileira sediada na beira do rio Amazonas. A posição geográfica do estado torna-se um trunfo na geopolítica internacional que de fato, a partir dessa biosociodiversidade do Amapá, pode-se verificar que o mesmo possui uma potencialidade para a prática do turismo.

Nesse contexto, no ano de 1995, o então governador Capiberibe adotou uma política proposta como inovadora em termos de desenvolvimento (AMAPÁ, PROGRAMA, 1995). Então, institucionalizou-se o PDSA, com o propósito de romper com os modelos tradicionais de desenvolvimento na Amazônia. Especificamente, buscou-se melhorar a renda das populações locais pela implantação de sistemas viáveis de exploração e de transformação dos recursos naturais, e preocupando-se com a questão da proteção da diversidade biológica.

É relevante citar alguns objetivos básicos do PDSA (AMAPÁ, PROGRAMA, 1995), tais como: 1) valorizar as especificidades naturais e humanas do Amapá; 2) desenvolver uma

economia sustentável baseada na utilização equilibrada dos recursos renováveis e dos recursos minerais; 3) buscar a justiça social; 4) promover, tanto na zona rural quanto na urbana, a parceria entre o Estado e a sociedade civil, facilitando a transformação dos produtos do extrativismo, em prol do desenvolvimento das populações locais; 5) descentralizar geograficamente a economia; 6) responsabilizar os cidadãos, descentralizando e delegando à sociedade civil muitas das competências do setor público.

Uma atividade importante do PDSA foi o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado do Amapá – ZEE/AP. Este trabalho foi desenvolvido por uma equipe técnica multidisciplinar que, por meio do geoprocessamento e de informações locais sistematizadas elaborou mapas temáticos desse estado. Esses mapas funcionaram como instrumento norteador na formulação de políticas públicas voltadas ao planejamento e à gestão do território do Amapá. Observe-se que no PDSA, a área sul do Estado, que compreende os municípios de Mazagão, Vitória do Jari e parte de Laranjal do Jari, foi definida como prioritária para o ZEE.

Para Ribeiro (2001, p. 33), “[...] a escolha da área sul do Estado como prioritária, visava atender às orientações do Programa de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, organismo financiador do Projeto de Gestão Ambiental Integral – PGAI, em área piloto, para a implementação deste projeto no Amapá”. Essa região foi privilegiada em termos de investimentos do PDSA. Neste sentido, a criação de uma UC estadual de uso sustentável, denominada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru – RDS-Iratapuru,²² nessa mesma área do Amapá, representou o marco inicial do PDSA, bem como o marketing pessoal do governador Capiberibe.

Com isso, implantou-se e desenvolveu-se ações de exploração racional dos recursos naturais, principalmente da cadeia da castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* – H. & B. (LECYTHIDACEAE). Também, essa região sul se revelou, como detentora de potencialidades para a exploração de uma modalidade de turismo mais próxima da conservação ambiental e da geração de renda para as comunidades tradicionais, o ecoturismo. Porém, conforme documentado por Simonian (2006-2004), os avanços quanto à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento e quanto ao turismo em particular, foram inexpressivos.

²² É interessante ressaltar que, juntamente com outras UC federais, a RDS-Iratapuru e outras áreas de valorização da biodiversidade, formam uma rede de áreas protegidas que abrangem mais de 10 % da superfície do estado do Amapá (GOMES, 2006, n. c.).

Segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo – *The International Ecotourism Society* – TIES (1990), o ecoturismo pode ser definido como uma viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente e promovam o bem-estar da população local. Nisso, o PDSA definiu que o ecoturismo seria uma prioridade quanto à política do setor no estado do Amapá. E propôs-se que haveria uma política pública para sua implementação, bem como a atração de recursos internacionais e nacionais para sua viabilidade.

Contudo, um fato político importante aconteceu no Amapá com a eleição de 2002. As urnas apontaram à vitória do senhor Waldez Góes, do PDT, como o novo Governador e, com isso, encerra-se o PDSA e a Era Capiberibe no estado. Diante desse quadro político, os resultados da política de desenvolvimento sustentável do estado foram, praticamente, ignorados das instituições públicas. A partir do governo novo, o PDSA é esquecido e começa-se uma política intitulada de governo do “Desenvolvimento com Justiça Social”. Nestes termos, o que se propõe como sustentável torna-se ameaça política e sinônimo de Capiberibe e, posteriormente do PDSA. Percebe-se, então, que esse programa teria seus dias contados e suas ações implementadas seriam adaptadas de conformidade com a plataforma do governo atual. Abaixo são apresentados os principais e mais relevantes programas e projetos de turismo implementados no estado nesses últimos anos, especificamente de 2001 a 2006.

4.3.1 Projeto de conservação e valorização da biodiversidade no Sul do Amapá

O governo do estado do Amapá, por meio de sua Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETEC, apresentou, em 2001, à Agência Francesa de Desenvolvimento – ADF, através do Fundo Francês de Meio Ambiente – FFEM, o projeto “Conservação e Valorização da Biodiversidade do Sul do Estado do Amapá”²³. Seu objetivo principal foi a busca de apoio técnico e aporte financeiro, por um período de 36 meses, capazes de fomentar o desenvolvimento sustentável na região do sul do estado. Este projeto delimitou duas áreas prioritárias nessa região para possíveis investimentos em desenvolvimento e meio ambiente. A primeira é a RDS-I, localizada no município de Laranjal do Jari. A segunda é o Assentamento Rural da Pancada do Camaipi, localizada no município de Mazagão.

O arranjo institucional desse projeto foi definido por uma coordenação geral; sob responsabilidade da SETEC, uma coordenação financeira; sob responsabilidade da Fundação

²³ O referido projeto pretendia estudar e intervir de forma adequada nessas áreas para a busca do desenvolvimento sustentável (GOMES, 2006, n. c.).

de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal do Amapá – FUNDAP e quatro componentes operacionais denominados de I; ONG HOLOS – Desenvolvimento e Meio Ambiente, II; Instituto Estadual de Pesquisa do Amapá – IEPA, III; Secretaria de Estado do Turismo – SETUR e IV; ONG Instituto de Estudos Sócioambientais do Amapá - IESA.

O projeto foi presidido por um comitê gestor, sob responsabilidade da SETEC, e composto pelos atores sociais citados acima e mais a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA (RDS-I) e Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Floresta – SEAF (Pancada do Camaipi), onde todos os questionamentos, dúvidas e problemas técnico-operacionais referentes ao projeto são levados a uma sugestiva discussão de grupos. As responsabilidades de cada componente operacional do projeto são: 1) Componente I (HOLOS): Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (RDS-I e Pancada); 2) Componente II (IEPA): Apoio à transformação e diversificação da cadeia da castanha (RDS-I) e da agricultura familiar (Pancada); 3) Componente III (SETUR): Apoio à criação de uma dinâmica regional para o ecoturismo (RDS-I) e turismo rural (Pancada) e 4) Componente IV (IESA): Coordenação de campo do projeto.

O componente III (ecoturismo) do projeto teve como objetivos: 1) valorizar os conhecimentos obtidos sobre a castanha-da-amazônia, as práticas de prospecção e de seleção das castanheiras, a lógica das trilhas de coleta, as regras comunitárias que consideram a proteção dos ecossistemas, para a criação de produtos de ecoturismo; 2) apoiar e divulgar iniciativas de fabricação de produtos artesanais comercializáveis, ou de aproveitamento e a valorização de flores típicas da floresta, de acordo com as legislações ambientais vigentes; 3) favorecer a criação de uma rede de extrativistas e de produtores florestais do sul do Amapá interessados pela atividade turística, promover a troca de informações sobre a diversidade e as possibilidades de produtos de ecoturismo, conhecer outras experiências de ecoturismo, e construir uma visão partilhada sobre o ecoturismo da biodiversidade; 4) orientar e apoiar a formação de profissionais de turismo no sul do estado do Amapá (formação de guias, estágios para estudantes na área do turismo etc., e 5) favorecer intercâmbios com profissionais do ecoturismo, visando adaptar os produtos locais do ecoturismo ao mercado europeu, e testar uma experiência de roteiro ecoturístico no sul desse estado.

No Iratapuru, o projeto “Conservação e Valorização da Biodiversidade do Sul do Estado do Amapá” realizou poucas ações referentes aos componentes I²⁴ e IV²⁵. O

²⁴ Laudo Sócio-Antropológico da RDS-I ainda não disponível (GOMES, 2006, n. c.).

²⁵ Contratação de técnicos, coordenador e técnico de campo, e, compra do material para a construção da casa de apoio do projeto ainda não concluída (GOMES, 2006, n. c.).

componente III do ecoturismo nem teve tempo de iniciar suas atividades, bem como na Pancada do Camaipi. Percebeu-se que esse projeto teve certa resistência por parte dessas comunidades locais em não aceitá-lo, principalmente devido o mesmo ter levado tanto tempo para ser aprovado; por sua vez, as comunidades, ansiosas pelas promessas proferidas pelos atores sociais do projeto, procuram rumos novos. Nesse contexto, na RDS-I, surgiu o interesse da empresa Natura²⁶ pelos recursos naturais da reserva, principalmente do breu branco, da copaíba e da castanha-da-amazônia. A fragilidade social e o descaso do poder político vigente no estado do Amapá foram elementos decisivos para a tomada de decisão da comunidade local, principalmente, os vinculados à cooperativa local, de tornarem-se os mais novos parceiros ou mesmo os contemporâneos “aviados” da empresa Natura.

É possível entender que esse projeto de turismo vinculado ao projeto “Conservação e valorização da Biodiversidade no Sul do Amapá” nunca foi implementado. Também, não houve interesse por parte da responsável pela pasta do turismo no governo “Desenvolvimento com Justiça Social”, em querer implementá-lo de comum acordo como foi inicialmente proposto. Embora atualmente esse projeto esteja com suas atividades paradas, ele já representou o momento maior da aceitação do PDSA nessa área sul do estado.

4.3.2 Programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR: Núcleo de Gerenciamento do Programa no Amapá

O governo brasileiro, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA do MMA, teve a iniciativa de formar um Grupo de Trabalho Interministerial. Este, por sua vez, era composto pelo ex-Ministério do Esporte e Turismo – MET, o Instituto Brasileiro do Turismo – EMBRATUR e o IBAMA e tinha por objetivo criar uma estratégia de conservação ambiental que pudesse conciliar a valorização do patrimônio cultural com a possibilidade de geração de rendas às localidades detentoras de potencialidades para o ecoturismo na Amazônia Legal. E assim, houve a necessidade de implementar uma política nacional que embasasse as ações previstas nas políticas públicas deste País. Assim, estabeleceu-se o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, na perspectiva de se promover o ecoturismo na Amazônia como um todo, possibilitando o desenho de roteiros integrados para todos os nove estados que compõe a Amazônia Legal.

²⁶ O contato inicial da empresa Natura se deu de maneira informal e tímida no ano de 2001, e prosseguiu de modo gradativo em 2002 até conseguir construir diálogos com o Estado e a COMARU nos anos de 2003 e 2004 (GOMES, 2006, n. c.).

Este programa surgiu para subsidiar o planejamento estratégico e investimentos em ecoturismo na Amazônia, através de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando o desenvolvimento sustentável da região. O mesmo tem como objetivo principal o desenvolvimento do ecoturismo. E a sua proposta tem como função colher subsídios sobre as experiências de “ecoturismo de base comunitária”. E isto na expectativa de que sirvam como elementos para o redesenho do componente de assistência técnica e melhores práticas de ecoturismo; e também para integrar os pólos com atrativos naturais e culturais de interesse ecoturístico por meio de roteiros com atrativos complementares, dotando-os de toda infra-estrutura e serviços públicos e privados para atendimento aos visitantes.

A coordenação geral do programa está a cargo da Unidade de Gerenciamento do PROECOTUR–UGP, no âmbito da MMA/SCA. Esta Unidade coordena em âmbito nacional o programa em Brasília, juntamente com os Núcleos de Gerenciamento do PROECOTUR – NGP, instituídos nos estados e no IBAMA, que são responsáveis pela coordenação e o fomento do projeto em contexto regional juntamente com o Grupo Técnico de Coordenação – GTC, e o Grupo técnico Operacional – GTO. Grupos responsáveis pelo fomento das ações do projeto a nível local instituídos nos pólos de ecoturismo compostos por membros municipais ou representantes locais de planejamento, turismo, meio ambiente e ONG.

Os objetivos específicos do programa são: 1) proteger e desenvolver os atrativos ecoturísticos; 2) implantar infra-estrutura básica de serviços; 3) criar condições favoráveis para investimentos; 4) avaliar o mercado nacional e internacional; 5) propor regulamentação para o ecoturismo; 6) capacitar recursos humanos; 7) estimular a utilização de tecnologias apropriadas e 8) valorizar as culturas locais e contribuir para a conservação da biodiversidade.

No Amapá, o PROECOTUR teve início no fim do ano de 1999, com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnico Financeira entre o MMA, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia – MMA/SCA com o Governo do Estado do Amapá – GEA. Já no ano de 2000, através de Decreto Governamental, foi criado o Núcleo de Gerenciamento do PROECOTUR nesse estado para a implantação e operacionalização das atividades do Programa. A execução seria executada pelo Instituto de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Amapá – DETUR-AP, que em julho de 2004 transformou-se em Secretaria de Estado de Turismo – SETUR-AP, que por sua vez compõe o rol de órgãos que estão subordinados à Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá – SEDEAP.

Nestes termos, o PROECOTUR iniciou suas atividades com a fase de pré-investimento, apoiando a infra-estrutura ecoturística em áreas identificadas como detentoras de potencialidades. Para isso houve a contratação de uma empresa de consultoria via edital público, onde a *Rushmann Consultores*, uma empresa paulista venceu a licitação nacional e foi contratada para elaborar a Estratégia Estadual de Ecoturismo do Amapá,²⁷ o documento que referencia todas as atividades relacionadas ao fomento do ecoturismo no Estado. Nisso, a consultoria identificou o Estado todo como um pólo ecoturístico e definiu como áreas prioritárias os municípios do Oiapoque, Serra do Navio, Laranjal do Jari (RDS-I) e a região dos Lagos (Pracuúba e Tartarugalzinho).

Esta primeira fase teve como objetivo o planejamento estratégico para suprir os pré-requisitos essenciais para a implantação da segunda fase. Esta fase objetivaria a realização de estudos para a construção de estratégias de fomento ao ecoturismo, assim como os projetos a serem implementados na fase de investimento. Nisso, o PROECOTUR encontra-se com suas atividades paradas e com contingenciamento financeiro. Entretanto, nos documentos analisados do NGP/AP, há o registro de que, no ano de 2003 e 2004,²⁸ algumas atividades isoladas foram realizadas com objetivo de sensibilizar as comunidades locais para emponderá-las nas discussões acerca de turismo e comunidades no Amapá.

Este programa de ecoturismo dispõe de uma sala na Secretaria de Turismo do Estado – SETUR, com uma estrutura significativa, trabalhando sempre em parceria com os outros setores e secretarias, quando devidamente solicitado. A estrutura do Núcleo de Gerenciamento do PROECOTUR – NGP / AP²⁹ é a seguinte: 1) Gerente Geral do PROECOTUR-AP (CDS-3); 2) Gerente de subgrupo do PROECOTUR-AP (CDS-2); 3) Gerente de subgrupo do PROECOTUR-AP (CDS-2); 4) Gerente de subgrupo do PROECOTUR-AP (CDS-2); 5) Gerente de subgrupo do PROECOTUR-AP (CDS-2); 6) Gerente de subgrupo do PROECOTUR-AP e 7) Gerente Operacional do PROECOTUR-AP (CDS-1).

Percebeu-se que um dos desafios do PROECOTUR diz respeito ao apoio e ao fortalecimento de modelos e experiências que conciliem a proteção dos recursos naturais com

²⁷ É interessante destacar que essa Estratégia Estadual de Ecoturismo do Amapá encontra-se, atualmente, por ser revalidada pelo Ministério de Meio Ambiente. O documento existe, mas não pode ser consultado ou mesmo referenciado em termos de turismo ou investimento no setor, porque ele apresenta informações incorretas e dados desatualizados desde o período da pesquisa de campo feita pela consultoria contratada (GOMES, 2006, n.c.)

²⁸ Foram realizadas oficinas de sensibilização para o ecoturismo nas comunidades da APA do Curiaú, Arquipélago do Bailique, Igarapé da Fortaleza e São Joaquim do Pacui e, nos municípios de Santana, Serra do Navio e Cutias do Araguari (GOMES, 2006, n. c.).

²⁹ Todos são cargos de confiança e não têm formação profissional na área do turismo (GOMES, 2006, n.c.).

o desenvolvimento local, proporcionando benefícios às populações endógenas e ajudando a conservar o patrimônio sociocultural. Com base nos estudos levantados durante todo o processo de elaboração desta dissertação, observou-se que, desde seu início o PROECOTUR tem encontrado vários entraves e dificuldades, tanto em nível local, quanto nacional que refletem diretamente no desempenho da Unidade de Gerenciamento do PROECOTUR – UGP (em Brasília – MMA) e de seus Núcleos de Gerenciamento do Programa nos Estados – NGP, visto que a existência dessa gama de fatores influencia os rumos do próprio programa e fornece melhores subsídios para uma compreensão mais holística e propositiva dentro de um contexto macro.

Verificou-se que a UGP, em decorrência das mudanças políticas no cenário nacional, vem sendo adaptada às novas diretrizes do Governo Federal, que imprime um significativo contingenciamento orçamentário e financeiro ao programa, acarretando uma fragilidade institucional interna e externa que limita o desenvolvimento de muitas ações dado à utilização limitada de recursos humanos, tecnológicos e infra-estruturais. Além disso, devido ao fato do programa trabalhar com fontes de financiamentos internacionais (neste caso do BID – a título de empréstimo), com elevadas taxas de juros e uma rigorosa pressão cambial, a sociedade não poupa esclarecimentos dos resultados das ações do programa. Em nível local, por meio do NGP/AP, a situação não se difere da ocorrida em plano superior, uma vez que este núcleo também está sensível às mudanças políticas, principalmente em nível do governo estadual, que resultam na alta rotatividade da equipe, na interrupção constante das ações de uma gestão para outra e na forte cobrança popular por resultados imediatos.

Contudo, ocorre à proliferação de especulações errôneas acerca do programa e o desconhecimento das ações realizadas, em função de não haver uma divulgação adequada, um esclarecimento por entre as bases sociais e um planejamento governamental integrado. Outros agravantes contribuem à fragilidade das ações do NGP, como: estrutura física incipiente; veículos deficientes (terrestre e fluvial); pouca disponibilidade financeira para manutenção do núcleo; falta de equipamentos e de recursos tecnológicos, aliada à insuficiência de recursos materiais e de equipamentos de segurança; além da escassez de acervo bibliográfico no NGP/AP voltado à área do ecoturismo que limita em muito a pesquisa para a formulação de projetos.

No campo técnico-gerencial e operacional, a ausência de um planejamento setorial do NGP e institucional da SETUR / AP à qual o núcleo está atrelado prejudicou o desempenho de ambos, afetou a apuração de resultados e comprometeu a qualidade dos serviços prestados, bem como desvirtuou o processo de definição de atividades e de delegação de

responsabilidades dentro do NGP. Outro fator importante a ser considerado é a enorme dificuldade de se encontrar registros dos projetos elaborados e implantados desde a criação do referido programa no estado do Amapá, devido às transições de governo que facilitaram a perda e/ou extravio de documentos importantes. Notadamente, vale ressaltar que o PROECOTUR, mesmo estando na Fase I que é a de pré-investimentos, empregou vários recursos em infra-estrutura no estado do Amapá que seria objeto específico da Fase II do programa.

Entretanto, os recursos utilizados em tais obras infra-estruturais não foram da fonte de financiamento do empréstimo BID disponibilizada ao PROECOTUR, mas sim, de verba orçamentária do próprio MMA captada através da representação e da articulação política dos parlamentares da bancada do Amapá em Brasília, a título de “emenda parlamentar”. Por sua vez, o MMA para repassar os recursos ao Estado precisava encontrar um mecanismo legal que justificasse tal investimento, já que infra-estrutura não é uma atividade fim do MMA e é, neste contexto, que entra o Programa em questão, em cujos termos de seu projeto estão contemplados investimentos em infra-estrutura.

Desta maneira, a UGP recebia a verba do MMA e este por sua vez repassava ao Estado, sendo atribuída a condição de se usar o termo “ecoturístico” nas obras como forma de justificar e validar tal mecanismo. Para receber as verbas, o Governo do estado do Amapá firmava os convênios com o MMA, por meio do PROECOTUR, e direcionava as obras aos municípios de acordo com os projetos apresentados. Na maioria dos convênios firmados, predominou o objeto intitulado “[...] revitalização urbana para o ecoturismo com implementação de infra-estrutura turística [...]”, que nada mais era do que construção de praças públicas como revitalização dos espaços urbanos.

Ao analisar-se esta questão sob um olhar mais técnico, percebeu-se que a revitalização de espaços urbanos com a construção de praças públicas foi uma ação importante ao fomento da atividade turística, porém, não tão prioritária quando se trata especificamente do desenvolvimento do ecoturismo, principalmente, em áreas cuja infra-estrutura básica e turística é bastante incipiente. Por considerar o cenário estrutural amazônico, por sua delicadeza, parece claro que há outros tipos de infra-estrutura mais emergenciais que poderiam melhor se adaptar às realidades locais, trazer mais benefícios às populações e gerar impactos mais positivos à implantação e/ou implementação do ecoturismo. Exemplos neste sentido, são os centros de atendimento ao turista, terminais fluviais turísticos, sinalização (eco) turística, trilhas interpretativas, centros de interpretação ambiental etc.

Na entrevista realizada com o Gerente Geral do NGP/AP, este apresentou informações de que a UGP está trabalhando o componente Fortalecimento Institucional realizando nos nove estados do PROECOTUR três cursos de capacitação: 1) Qualidade no Atendimento ao Turista, 2) Condutores de visitantes em Áreas Naturais e 3) Planejamento e Gestão de Empreendimentos Ecoturísticos (AMAPA, 2003). No Amapá, essas atividades aconteceram no período de maio a junho de 2005, nos municípios de Macapá e Serra do Navio. Segundo o mesmo gestor, a UGP está finalizando os seguintes estudos: 1) Diagnóstico da Oferta Turística Efetiva e Potencial da Amazônia Legal, 2) Estudo de Mercado do Turismo Sustentável na Amazônia Legal e 3) Estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Amazônia Legal.

O PROECOTUR é um programa fundamental para o desenvolvimento econômico, sócio-cultural e ambiental da região amazônica. Em sua concepção teórica, o mesmo enaltece que a Amazônia será sustentavelmente desenvolvida através da modalidade do ecoturismo. Ademais, é interessante refletir se essa modalidade denominada de ecoturismo é uma atividade prioritária dentro das políticas públicas de turismo dos governos estaduais da Amazônia. Ressalta-se também se os mesmos governos estaduais têm capacidade financeira para arcar com suas obrigações, sob o risco de contraírem dívida externa num ramo que gera equilíbrio e lucratividade de forma muito lenta e gradual.

Ainda, verifica-se que, no Amapá, há uma situação deliciada em termos de compromisso político, pois as experiências que existem revelam muito bem o descaso pelo resultado coletivo. O PROECOTUR assim como o projeto financiado pelo Fundo Francês de Meio Ambiente representam um filão interessante de projetos socioambientais nesse estado (GOMES, 2006, n. c.). No entanto, a instabilidade política do Estado, a sazonalidade das equipes técnicas e a falta de comprometimento e responsabilidade com o coletivo provocam resultados insatisfatórios e o sentimento de revolta por parte das comunidades residentes nas áreas de trabalho dos referidos projetos de ecoturismo.

4.3.3 Programa de regionalização do turismo no Amapá

Partindo do princípio de que é preciso desenhar políticas distintas para diferentes atores sociais e compreendendo a dificuldade das populações locais em ter acesso às informações e à capacitação profissionalizante em turismo, o Ministério do Turismo – MTUR criou, no ano de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo (AMAPÁ, 2004), um programa que visa descentralizar a política de turismo capacitando os Estados para serem

articuladores e mobilizadores no planejamento e fomento do turismo local, regional e estadual almejando criar o marketing dos futuros produtos turísticos formatados através das oficinas de regionalização implementadas pelo Ministério.

Na verdade, esse programa de regionalização veio substituir o então fracassado Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT do Governo Fernando Henrique Cardoso. Este, por sua vez, foi instituído em março de 1994 por determinação do antigo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, contando com o apoio da Organização Mundial do Turismo – OMT. Tanto, que na leitura das diretrizes e conduções políticas dessa política podem-se observar as mesmas ações do atual programa de regionalização com raras mudanças.

No Amapá, o PNMT teve uma trajetória marcada por altos e baixos na política do estado que resultou na perda dos principais documentos comprobatórios dos resultados do programa no Estado. De conformidade com a responsável atual pelo Programa de Regionalização da SETUR, o PNMT no Amapá representou o fortalecimento dos municípios em termos de turismo local, no entanto, a mesma destaca que a regionalização está preenchendo uma lacuna acerca do papel social desses municípios que não foi prioridade no PNMT. Segundo Cruz (2001), a política de municipalização do turismo objetivava o fortalecimento gerencial da atividade turística com base local. Note-se que o foco é o mesmo, porém, em períodos distintos.

O Programa de Regionalização do Turismo iniciou suas atividades a partir da instalação do Fórum Estadual de Turismo no ano de 2004. Este Fórum representa o canal de comunicação com próprio o MTUR a fim de que haja instrumentos mais eficientes e eficazes para o planejamento, organização e controle dos trabalhos voltados à área turística. Ademais, as atividades desse atual programa se resumem a: 1) Organizar reuniões do Fórum Estadual, 2) Delegar atividades pertinentes ao desenvolvimento do turismo local, 3) Mobilização dos atores sociais, 4) Participação nas reuniões temáticas pelo país, dentre outras. Foi possível perceber, durante as observações e contatos na SETUR/AP que a equipe técnica do programa de regionalização é composta por cargos de confiança. Nisso, ficou visível que a qualquer momento as atividades planejadas podem parar ou mesmo serem alteradas devido à instabilidade e a sazonalidade dessa equipe.

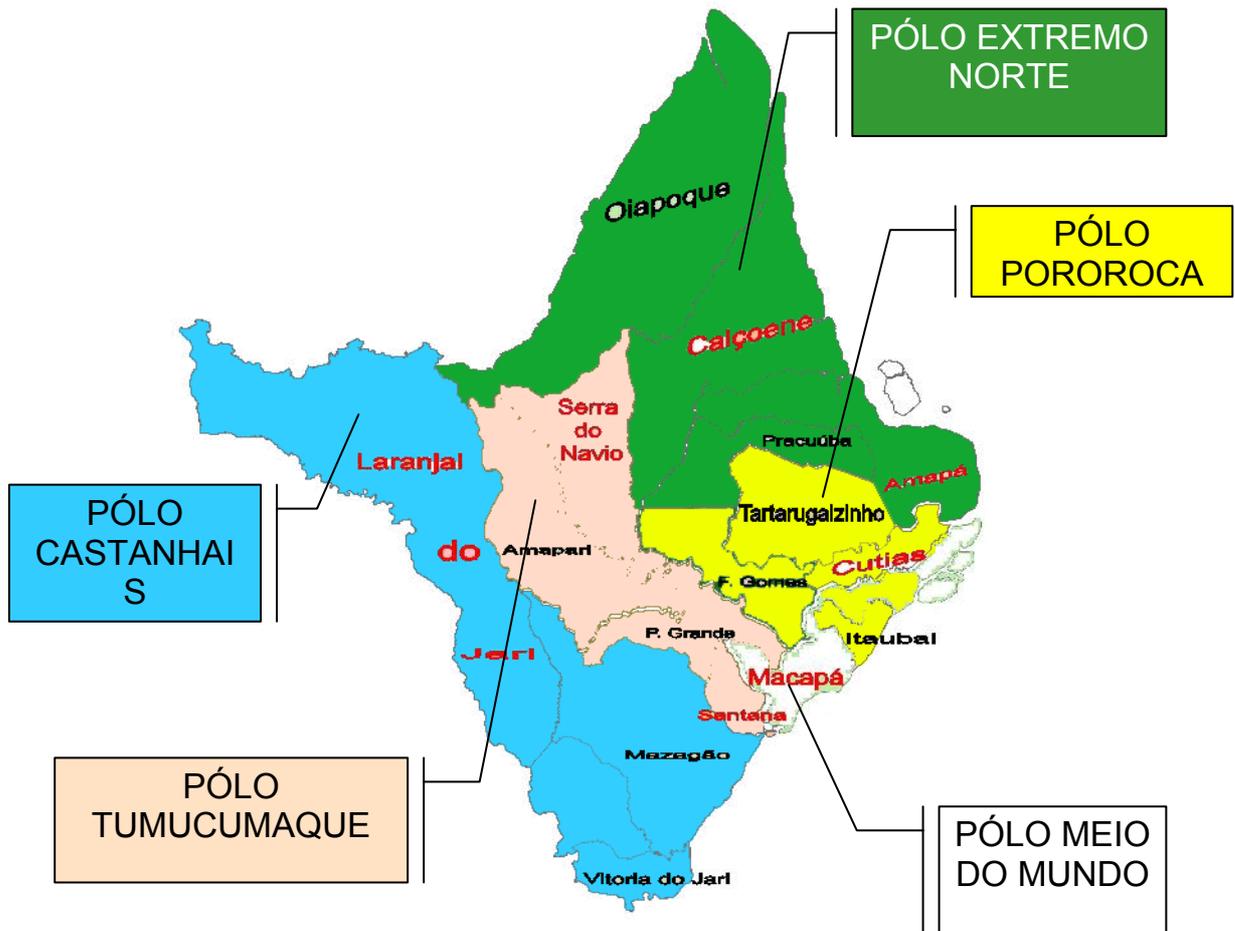
Uma tentativa de resultados nesse programa, talvez seja o zoneamento de áreas de interesses para o turismo no estado. O programa elegeu áreas importantes e estratégicas onde se iniciaria o fomento de políticas de turismo. A metodologia adotada para selecionar essas áreas foi: 1) a posição estratégica, 2) recursos naturais e 3) infra-estrutura existente. A escolha

foi democrática através do Fórum Estadual de Turismo, onde os atores sociais decidiram de comum acordo as áreas prioritárias de investimentos do programa via MTUR.

No entanto, essas áreas selecionadas revelam um Amapá repleto de diferenças e contradições que os turistas não vêem, onde há um território de pobreza, precariedade de infra-estrutura de acesso, serviços públicos deficitários e concentração de renda. Para Cruz (2001, p. 211):

O fenômeno da globalização tem criado uma crescente ilusão de homogeneização dos lugares, pela mundialização de técnicas e mercado. Essa homogeneização, porém, não ocorre, de fato. Cada lugar, com identidade própria, é chamado a responder a um dado papel e determinadas funções nesse processo. E, no caso, sua identidade será determinante na tradução das determinações externas que atingirão. Os lugares não são agentes passivos no processo de globalização.

Verifica-se que a relação dicotômica global e local torna-se tensa e conflituosa, pois as desigualdades sociais são expostas na medida em que há o desenvolvimento do lugar turístico. Nisso, percebe-se que esse programa de regionalização está contribuindo para a demonstração de uma imagem positiva desses pólos turísticos do Amapá através do marketing e propaganda. Entretanto, ele esconde a realidade socioambiental dos mesmos. No Mapa 5, adiante, está o zoneamento do Programa de Regionalização e seus respectivos pólos turísticos no Estado.



Mapa 5: Zoneamento do Programa de Regionalização no Amapá.
Fonte: AMAPÁ. SECRETARIA, 2006.

Observa-se nesse mapa, o zoneamento turístico do Amapá e suas potencialidades. O que a atividade turística tem explorado nessas áreas ainda é muito incipiente. Com exceção do Pólo Meio do Mundo que compreende a capital Macapá, os outros sofrem de infra-estrutura e falta de investimentos em equipamentos turísticos. Contudo, esse programa de regionalização tenta avançar e alcançar os seus objetivos propostos de integrar esses pólos e transformar o Amapá no destino turístico mais importante da Amazônia.

Conseqüentemente, através do turismo, o estado do Amapá tenta atrair investidores para o seu desenvolvimento com justiça social. O problema que decorre dessa problemática é saber até que ponto é interessante para o governo estadual investir numa atividade que somente apresenta resultados a médio e longo prazo. Ainda mais que não existe uma seriedade em termos de políticas públicas de turismo, pois a pasta que a representa é formada por um quadro técnico sazonal e sem comprometimento técnico³⁰.

³⁰ A maioria dos colaboradores são cargos políticos e não técnicos de turismo nível superior (GOMES, 2006, n. c.).

5 TURISMO NO ENTORNO DO PARNA DO CABO ORANGE: A COMPLEXIDADE DAS TENDÊNCIAS ATUAIS

O entorno do PARNA Cabo Orange é uma área conhecida como zona de amortecimento (SNUC, 2000). Compreende terras dos municípios do Oiapoque e Calçoene através das vilas Velha do Cassiporé e Cunani, respectivamente. A caracterização geral dessa área sinaliza o fomento de atividades econômicas produtivas, dentre as quais a agricultura familiar e o turismo. Nesse caso, esse último ainda está por ser implementado no entorno do PARNA a partir da institucionalização do plano do manejo pelo IBAMA. Percebe-se que instituições públicas e não-governamentais têm trabalhos nessa área, onde ambas buscam, a partir da biodiversidade, o uso sustentável e a geração de rendas e trabalho às populações locais residentes.

De todo o modo, a proposta do turismo surge como uma alternativa econômica complementar capaz de territorializar esse entorno. Com isso, a complexidade das tendências atuais sinaliza que o turismo a ser produzido nesse entorno será um desafio, onde a natureza tornar-se-á uma mercadoria capaz de desmantelar e reorganizar os cenários futuros dessa UC de proteção integral. Adiante, tem-se uma contextualização acerca dos limites e possibilidades do turismo nesse entorno a partir da observação participante e entrevista semi-estruturada com os principais atores sociais envolvidos nessa temática no PARNA Cabo Orange.

Diante disso, a pesquisa proposta teve esse caráter investigativo de verificar os limites e as possibilidades na produção do turismo no entorno do PARNA Cabo Orange, a partir da leitura da percepção dos atores sociais selecionados³¹ para esse fim. De conformidade com Baccega (2003), as palavras têm uma dimensão de produção e reprodução que procuram meios que indiquem a construção de sentidos novos e a reafirmação de velhos sentidos. Assim, o intercâmbio de palavras e de discursos possibilitou a produção de novos conhecimentos no campo de observação dessa dissertação de mestrado.

Todavia, a realidade local do entorno, a dificuldade de estabelecer uma rede de contatos e a má vontade de algumas pessoas³² em atender o pesquisador, permitiu que se mudasse o instrumento de coleta de dados. Em função desse fato, ao invés da entrevista estruturada, optou-se pela entrevista semi-estruturada para entender a percepção desses atores diretamente envolvido

³¹ Os atores sociais foram selecionados através do critério de disposição em colaborar com a pesquisa. Nisso, obteve-se o número de nove entrevistados dos níveis estatais (8), não-governamentais (1) e iniciativa privada (1) (GOMES, 2006, n. c.).

³² Referente aos recursos humanos que estavam nos cargos de técnicos e gestores das instituições públicas visitadas no período da pesquisa de campo realizada (GOMES, 2006, n. c.).

nesse PARNA acerca do turismo. A escolha desse instrumento se deu pela dificuldade explicitada acima, bem como pelo fato dele oferecer oportunidades para que o entrevistado possa usar sua subjetividade e tecer conhecimentos acerca dessa realidade. A metodologia consistiu em entrevistar nove atores sociais potenciais que aparentemente se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

A respeito, pode-se destacar³³: 1) IBAMA/ Cabo Orange, 2) SETUR, 3) Secretaria Municipal de Turismo do Oiapoque, 4) Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Oiapoque, 5) Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Calçoene, 6) Professor da Vila Cunani, 7) Professora da Vila Velha do Cassiporé, 8) Conselho Comunitário dos Afro-Descendentes do Amapá – CCADA e 9) Agência de Viagens e Turismo do Oiapoque. Foi elaborado um protocolo/roteiro de perguntas norteadoras, no qual se agendou dia e hora com os atores sociais para a realização das entrevistas. As perguntas foram de caráter aberto e distinto para cada ator social, respeitando seus conhecimentos e limitações acerca do tema abordado. É interessante ressaltar que à medida que se fez às entrevistas, percebia-se que as respostas eram bastante ricas em informações sobre essa região.

Foi obtida, no entanto, uma quantidade de dados satisfatória que foi importante para a qualidade dos resultados. Adiante, ressalta-se que houve a transformação das respostas coloquiais em respostas conceituais permeadas por discussões teóricas que sustentaram a pesquisa, mantendo assim o estilo do pesquisador. Note-se que se realizou essas entrevistas no período de 09 a 31 de janeiro e de 11 a 28 de julho de 2006. Na abordagem inicial, o pesquisador se apresentava aos atores sociais, explicava os objetivos da pesquisa e após concordar espontaneamente em particular iniciava-se a entrevista.

E, nos sub-capítulos seguintes, apresentam-se os dados coletados entrelaçados com as discussões teóricas que enriqueceram o conteúdo dessa pesquisa. Optou-se por estruturar dessa maneira por acreditar que a liberdade e a criatividade na escrita possam constituir um elemento a mais na construção do conhecimento. E, certamente, sem se prender a padrões engessados das academias, que muitas vezes apenas reproduzem uma leitura enviesada de um discurso fragmentado, obsoleto e limitado.

³³ A Secretaria Municipal de Turismo de Calçoene até a presente data ainda não existe oficialmente e a pauta do turismo é discutida na Secretaria Municipal de Educação, mas não se conseguiu contactar com a pessoa responsável. Outro que não se conseguiu encontrar e que seria um ator social importante foi o INCRA. O motivo da não aceitação não foi esclarecido, mas se percebeu o envolvimento dessa instituição com a campanha política no estado do Amapá. Também, ressalta-se que se tentou entrevistar um técnico da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá – SEMA, o mesmo se eximiu de querer responder tecendo comentários de que isso é mais uma pesquisa que não vai dar em nada. No entanto, observou-se que no mesmo período da referida entrevista, uma pesquisadora da UFRJ agendou uma entrevista na mesma secretaria e conseguiu fazê-la de maneira tranqüila e satisfatória. Isso demonstra o descaso pelas Instituições de Ensino Superior da Amazônia, onde se acredita que o que é bom vem lá de fora e de que aqui não discutimos nada em termos de ciência e tecnologia (GOMES, 2006, n. c.).

5.1 TENDÊNCIAS ATUAIS: O TURISMO COMUNITÁRIO E AS UC DO AMAPÁ

O turismo comunitário pode ser entendido como uma modalidade do turismo que tenta aproximar os excluídos socialmente do processo produtivo do capitalismo. É, portanto, uma maneira de integração dos excluídos socialmente nos equipamentos e serviços turísticos. A idéia que se tem é de que essa modalidade possa combater a miséria e a pobreza dos núcleos receptores potenciais de turismo, fomentando pequenos e micro empreendimentos comunitários fortalecidos pelo turismo.

Para Coriolano (2003), o turismo globalizado voltado para os mega empreendimentos que chegam aos países considerados em desenvolvimento não vêm oferecendo oportunidades e vantagens às comunidades receptoras. E isto, por não incluí-las em seus projetos. Nisso, a proposta do turismo comunitário surge como uma ferramenta importante para que as comunidades receptoras de turismo possam ter o controle efetivo das atividades econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde a fase de planejamento até a fase de gestão.

Percebe-se que o turismo comunitário é complementar e fortalece as atividades econômicas já existentes na comunidade, tais como a agricultura, o artesanato e a pesca. Essa mesma atividade turística socialmente responsável prioriza a geração de posto de trabalho e renda para os residentes dos nichos turísticos. Os estudos de Tupinambá (1999), Silva (2003), Mendonça (2004) e Sena (2005) sinalizam que essa modalidade de turismo padece de políticas públicas que possam legitimar a questão fundiária e a regulamentação de UC, implementando seus planos de manejo e de conservação. Conseqüentemente, verifica-se que as comunidades residentes nos nichos potenciais de turismo não percebem a importância delas.

A contradição maior que existe nessa modalidade de turismo comunitário é a relação de poder existente entre a comunidade, a empresa turística e o poder público. Trata-se de uma relação permeada por interesses individuais, onde o poder ganha espaço na gestão de quem consegue impor uma política de dominação e de vantagem na produção de mais valia. Observa-se que nesse jogo de interesse a comunidade é a que mais perde, pois não há uma política de incentivo que possa torná-la um potencial ator social, bem como empreendedora no turismo.

Percebe-se que, de um lado, o poder público tenta implementar suas políticas vazias, de outro lado, as empresas turísticas tentando se aproveitar da falta de conhecimento das comunidades. A seguir-se na mesma linha de raciocínio, o turismo comunitário ainda é uma

modalidade disfarçada de apropriação e domínio do espaço por parte do capital. Nestes termos, as experiências que existem somente sobrevivem porque têm um ator social investidor forte que mantém o ideal solidário e sustentável como um forte apelo de consumo consciente.

No Amapá, a idéia de se implementar o turismo comunitário surgiu juntamente com o PDSA, no entanto, não era esse termo utilizado. A proposta de turismo defendida por esse programa era de construir de forma participativa, coletiva e democrática o turismo em áreas naturais no estado através da construção de um roteiro turístico para receber pequenos grupos de turistas europeus. O processamento desse turismo seria através de visitas monitoradas e guiadas por pessoal qualificado.

Como exemplo, percebe-se na leitura de documentos internos da SETUR que a RDS do rio Iratapuru foi escolhida para ser a área piloto do projeto de turismo. Como justificativa, argumentou-se sobre a existência de elementos interessantes para um possível roteiro turístico. Assim, o roteiro seria idealizado juntamente com a comunidade local do iratapuru para poder dar visibilidade ao trabalho comunitário da coleta, extração e beneficiamento da castanha-da-amazônia.

A idéia seria de que essas atividades econômicas da reserva pudessem atrair turistas estrangeiros para conhecê-la e assim buscar apoio financeiro para o PDSA. O roteiro seria de dois a três dias para que o turista pudesse ver as belezas cênicas da reserva, a transformação da cadeia da castanha-da-amazônia e a hospitalidade da comunidade local. O DETUR seria a instituição responsável pela implementação e comercialização desse roteiro turístico de base comunitária. Acreditava-se que este roteiro poderia reforçar a imagem do programa e do estado no exterior como preocupado com as questões socioambientais e, assim, sensibilizar os governos estrangeiros, principalmente os europeus, para que pudessem injetar recursos financeiros no estado.

Pode-se ressaltar que há o registro do desenvolvimento desse roteiro, conforme material promocional do antigo instituto de turismo do estado abaixo. Uma vez integrado este roteiro, o sucesso dele daria condições para que outras áreas naturais do estado pudessem entrar no rol da transformação da natureza em mercadoria turística e assim propagar o Amapá como o estado mais preservado e preocupado com o bem-estar das suas populações tradicionais. Assim, estava na linha de produção natureza-turismo do PDSA: 1) a RDS-I, 2) o PARNA do Cabo Orange e 3) o PARNA das Montanhas do Tumucumaque.

Nos registros do antigo DETUR, entretanto, não há documentos que comprovem alguma ação realizada nessas duas últimas UC citadas. A proposta seria ligar o norte e o sul do estado através de um roteiro turístico que acompanhasse as UC até a fronteira com a

Guiana Francesa. Adicionalmente a isso, o município do Oiapoque seria um ponto estratégico utilizado para a entrada dos europeus. Nesse município, se realizaria dois roteiros envolvendo os catraieiros: num passeio pelo rio Oiapoque, sendo que uns dos roteiros levariam os turistas até a cachoeira de Mairipá e o outro os levariam ao PARNA do Cabo Orange, especificamente, até a foz do rio Cassiporé com o Oceano Atlântico.

Percebeu-se que nos tempos do PDSA o turismo teve um lugar dedicado ao que se pode chamar de comunitário, pelo menos se tentou implementar. Atualmente, as políticas desenhadas pela SETUR acompanham as diretrizes ditadas pelo Ministério do Turismo. Estas políticas atuais visam o turismo como um negócio que possa desenvolver economicamente o estado do Amapá. Note-se que o turismo a ser implementado nos tempos de amapalidade visa a criação de oportunidades de mercado pela valorização das especificidades de cada município para diferenciar produtos e atender novos segmentos, bem como a agregação de valor às potencialidades turísticas das UC transformando-as em mercadorias para serem consumidas num mercado competitivo nacional e internacional.

O problema maior é que no escopo traçado pelo planejamento da nova SETUR, o turismo em UC tem sido considerado uma força motriz do desenvolvimento e da propaganda do estado, a exemplo do PARNA das Montanhas do Tumucumaque. Ademais, as políticas públicas de turismo do estado são incipientes em relação aos impactos que essa atividade pode causar nessas UC, haja vista que nem planos de manejo as mesmas têm. O turismo é uma atividade dinâmica que converge interesses e para isso necessita de um conjunto de articulações políticas descentralizadas que possa encaminhar decisões políticas e administrativas no sentido de provocar um debate coletivo para saber o lugar das comunidades locais e das UC nessa transformação de natureza-mercadoria.

Na entrevista realizada com um técnico da SETUR, pode-se perceber que as políticas da secretaria ainda estão na fase de reestruturação e definição, pois quando se perguntou: quais os eixos principais do desenvolvimento do turismo no estado do Amapá? –, o mesmo ressaltou que a idéia que se tem atualmente na instituição é o eixo dos negócios e eventos. No passado, o meio ambiente e a preocupação com as comunidades tradicionais foram trabalhados, tanto que o estatuto do antigo DETUR confirma essa assertiva. A respeito da Política Estadual de Turismo, o mesmo destaca que essa política está sendo discutida com a sociedade amapaense e empresários do setor através do Fórum Estadual de Turismo³⁴.

³⁴ É um comitê formado por atores sociais integrantes direta e indiretamente do setor turístico local que discutem as ações e deliberam através, da democracia, as mesmas. Tem a finalidade de Acompanhar e avaliar a Política Nacional, Estadual e Municipal do Turismo, bem como incentivar, fomentar e viabilizar o desenvolvimento de

Ele destacou que os principais programas e projetos de turismo em curso na secretaria são: 1) Programa de Regionalização do Turismo, 2) PROECOTUR, 3) Capacitação de Recursos Humanos no Turismo, 3) Macapá Verão, 4) Equinócio e 5) Carnaval no Meio do Mundo, dentre outras participações em eventos nacionais e internacionais, tais como: 1) Salão de Turismo de Caiena (GF), 2) Associação Brasileira de Viagens – ABAV (Rio de Janeiro/RJ) e 3) Feira Internacional de Turismo da Amazônia – FITA (Belém/PA).

No caso de uma modalidade mais socialmente e ecologicamente corretas de turismo, perguntou-se se há alguma política de turismo em UC? A resposta foi permeada por ceticismo no sentido de direcionar isso para a pasta de meio ambiente do estado. Entretanto, ele destacou que o PROECOTUR teve inicialmente no governo FHC,³⁵ a finalidade de trabalhar o turismo em UC, tanto que as fases desse Programa tinham recursos destinados a infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia, mas que não sabe o porquê de não ter sido investido nesta questão. Nesse sentido, a pergunta seguinte seria relativa ao relacionamento do tema turismo e meio ambiente no arranjo institucional da secretaria e nos programas de governo. O mesmo entrevistado se eximiu de responder por acreditar que não tenha propriedade suficiente para isso e que essa resposta seria dada pela secretaria de meio ambiente.

Dando continuidade ao processo investigativo, perguntou-se se já houve alguma iniciativa de trabalhar o turismo em UC no estado e qual foi a UC trabalhada? A RDS-I desde os tempos do PDSA foi trabalhada, inclusive foi a que mais obteve recursos financeiros para isso, pois havia o interesse pessoal do ex-governador Capiberibe em captar recursos internacionais para investir nesse programa de desenvolvimento sustentável. O PROECOTUR tem a finalidade de implementar o turismo em UC?, foi a pergunta orientadora seguinte. De conformidade com o entrevistado, de direito seria, mas de fato isso não existe. Note-se que ele destacou o único produto desse programa no estado: a inoperante Estratégia Estadual de Ecoturismo³⁶ elaborada pela consultoria Ruschmann. Percebe-se que existe o documento, mas ele não pode ser consultado por não ter sido revisado e validado pelo MMA.

estratégias, planos, programas e projetos voltados para a gestão integrada do turismo em nível Estadual e Municipal. É uma política imposta pelo Ministério do Turismo para que a descentralização seja o ponto central do turismo a ser formulado. No Amapá, o Fórum Estadual de Turismo conta com um número expressivo de instituições públicas, não-governamentais e privadas prevalecendo um número de aproximadamente 50 participantes (GOMES, 2006, n. c.).

³⁵ Presidente da República Federativa do Brasil no período de 1994 a 2002.

³⁶ Como já foi descrito anteriormente, essa estratégia seria um marco norteador do turismo em UC no Amapá, mas que se encontra nessas condições pendentes perante o MMA (GOMES, 2006, n. c.).

Por fim, perguntou-se: o turismo em UC é uma possibilidade ou um limite para as populações locais residentes no entorno? Obteve-se como resposta de que é uma possibilidade por ser o turismo uma atividade agregadora de valores e que isso poderá desenvolver as economias locais dando condições de sobrevivência para os que residem nessa área considerada importante para reter os possíveis impactos para dentro da UC. Notou-se que a percepção do entrevistado está muito mais voltada para as preocupações das atividades atuais da secretaria. Isso se remete a entender o contexto atual inserido da SETUR-AP. A mesma não dispõe de técnicos concursados e poucos ali dominam o turismo na sua essência e epistemologia. Para isso, seria necessário um trabalho voltado para a busca do conhecimento científico do turismo para distinguir as modalidades e suas implicações na sociedade socioambiental.

Assim, o turismo comunitário que seria uma possibilidade de desenvolvimento de entorno de UC no estado em nenhum dado momento da entrevista foi mencionado. O máximo que se comentou sobre o assunto foi a respeito das experiências de turismo ecológico do estado do Amazonas que apresentam bons resultados para a região, mas mesmo assim, não houve a preocupação de distinguir os turismos existentes por lá. Dessa maneira, pode-se apontar que o turismo comunitário ainda está um pouco distante de ser discutido e implementado via poder público no Amapá, haja vista que essas experiências comunitárias nasceram e se fortaleceram no seio coletivo. O poder público ainda não tem a percepção dessa modalidade como um elemento importante no processo de desenvolvimento e sustentabilidade das UC.

5.2 VILA VELHA DO CASSIPORÉ: TURISMO E DESAFIOS

O turismo como atividade sócioambiental tem despertado a atenção para a formulação de políticas públicas que possam redirecionar o núcleo receptor ao combate à pobreza e ao uso racional dos recursos naturais. Em face de isto, percebeu-se na vila Velha do Cassiporé certa potencialidade turística. Os atrativos naturais da vila velha estão distribuídos entre o rio e a vegetação sem muita mudança na paisagem. Gomes e Simonian (2006) destacam que: “1) o rio cassiporé com suas corredeiras e pororoca, 2) o lago do tralhoto que a separa da vila Cunani e 3) a vegetação de mangue e siriúba”.

Os atrativos culturais são incipientes. Nestes termos, não se percebe na vila nenhuma manifestação cultural. Isso pode ser reforçado pelo número elevado de evangélicos na

comunidade. Segundo a entrevistada, existiam as festas de santo, mas que foram esquecidas pela maioria, pois quem organizava eram os mais velhos e, esses já morreram e os mais jovens não têm vontade de prosseguir. Na comunidade, existia algumas lendas, mas que poucos lembram. Assim, percebe-se que a memória social do coletivo do Cassiporé foi em parte esquecida e caiu no descaso.

Conseqüentemente, a infra-estrutura de apoio e os serviços públicos são precários. Inexiste uma regularidade no transporte fluvial, bem como há uma precariedade em termos de segurança e qualidade. Também, não existe acomodação para quem vem de fora, assim como nenhum espaço destinado a isso. E, note-se que o turismo para ser produzido nessa comunidade necessita ser bem consolidado e partindo da sensibilidade da comunidade local em aceitar esse desafio de sustentabilidade.

Verificou-se, no período de 18 a 19 de janeiro de 2006, a presença de uma missão da Guiana Francesa, apoiada financeiramente pelo IBAMA / Cabo Orange, interessada em conhecer a realidade do cassiporé com a finalidade de elaborar um produto turístico para ser comercializado no país. As atividades dessa missão foram: 1) conhecer a comunidade do cassiporé desde a vila velha até a foz do rio; 2) ver a potencialidade natural; 3) ver a potencialidade cultural, 4) verificar as condições estruturais; 5) verificar o acesso e 6) os serviços de apoio. Foi possível perceber, durante essa missão, que a comunidade ficou motivada a querer trabalhar com o turismo. Pode-se ressaltar que houve a criação de um ambiente propício para a chegada dessa missão. O IBAMA preparou a comunidade, tanto em termos de limpeza da vila, quanto em divisão de tarefas para apresentarem aos franceses o artesanato, a gastronomia e a hospitalidade local.

De conformidade com a entrevistada, o turismo nunca foi trabalhado na comunidade por nenhum governo que passou no estado. Analisando esse fato, verifica-se que existe uma SETUR-AP, existe uma Estratégia Estadual de Ecoturismo e um Programa de Ecoturismo do Governo Federal no Amapá. Percebe-se, também, que o PDSA valorizou as comunidades tradicionais do estado e que o turismo seria produzido a partir da participação e envolvimento comunitário. No entanto, observa-se uma realidade diferente, de um lado a comunidade e, de outro as políticas públicas sempre descontinuas. No Cassiporé, isso não seria diferente do resto do estado, pois apesar da intervenção federal em função da criação de um assentamento rural, a comunidade vive e sobrevive da sua agricultura de subsistência.

Na entrevista realizada, percebeu-se que através da percepção da entrevistada, que o turismo é uma atividade econômica que gera trabalho e renda para a comunidade. Nisso, ela percebe que o turismo comunitário seria uma boa para sua comunidade, já que a mesma está

no entorno do PARNA e ainda não sabe nada de turismo. O máximo que se tem por aqui é algum francês que vem conhecer o Cabo Orange. Assim, nas perguntas seguintes as respostas foram dadas de maneira simples onde se percebeu que há uma falta de conhecimento mais consolidado acerca do papel da comunidade no turismo.

Dessa maneira, Almeida (2001, p. 186) assinala que “[...] a comunidade não participa dessas discussões porque não interessa para o Estado incentivá-las para tal”. Existe o discurso oficial de que o turismo é uma alternativa de desenvolvimento, mas se percebe outra realidade. Nesse contexto, ao se perguntar: a comunidade tem se organizado para discutir o turismo? Como é essa organização? Quem está organizando o turismo na comunidade? A entrevistada respondeu que nunca teve nada disso por aqui e que não sabe de nenhuma iniciativa. Ela acredita que o IBAMA esteja mais interessado que a comunidade do cassiporé no turismo, porque sempre os analistas ambientais são vistos com pessoas de fora da região.

Entretanto, a entrevistada ressalta que se o turismo fosse implementado na vila; ele deveria ser de comum acordo com todos porque tem que beneficiar o coletivo e não somente a um ou dois residentes. Todavia, se houvesse reuniões para discutir o turismo, a comunidade participaria, mas nem todos aceitariam a responsabilidade de fazê-lo acontecer. Esse fato pode ser reforçado através da percepção dos projetos que foram abandonados na comunidade. A entrevistada destaca que já existiram vários projetos na vila, mas não houve a participação para dar prosseguimento. Atualmente, se verifica que eles estão paralisados, a exemplo da fábrica de beneficiamento do cacau. Verificou-se, na observação realizada, que o capital social é muito baixo na vila Velha do Cassiporé. Existem relações sociais estremecidas internamente, bem como um grau acentuado de desconfiança em relação ao IBAMA.

Pedi-se que a entrevistada pudesse descrever um ou alguns atrativos da vila que acreditavas que o turista vai gostar de conhecer. Então, elencou-se: 1) o rio cassiporé, 2) o igarapé do tralhoto, 3) a produção caseira do chocolate e 4) a visita às roças da comunidade localizadas no assentamento rural. Os atrativos descritos pela entrevistada são interessantes e apresentam-se como uma boa mercadoria turística. Nesse sentido, a natureza e a cultura local se misturam para gerar uma imagem turística do lugar por conta de uma reestruturação produtiva do capitalismo. Ressalta-se, assim, que o turismo para ser uma realidade de base comunitária necessita de investimentos em capital social e formação de redes de trocas de experiências. No país, já há uma rede de experiências comunitárias de turismo, a exemplo do estado do Ceará. No Amapá, percebem-se boas oportunidades para essas comunidades tradicionais ingressarem nessa rede, entretanto, um trabalho árduo e de longo prazo de sensibilização urge para ser feito.

Nas entrevistas realizadas nas secretarias municipais de turismo e meio ambiente,³⁷ foi possível verificar que o município está tendo um novo olhar para essa vila. Destaca-se que o município do Oiapoque, através dessas duas secretarias, tem o interesse de investir em projetos socioambientais direcionados à vila Velha, porém ainda não sabem quais os projetos que podem ser implementados. De fato, isso é verdade, pois foi observado na aplicação do protocolo/roteiro de perguntas norteadoras, que as mesmas secretarias municipais não têm ou não querem ter uma visão ampliada da realidade das políticas públicas direcionadas ao município em termos de turismo e meio ambiente. Isso se traduz no que esses responsáveis dessas pastas entendem que seja atividade turística, a exemplo da realização do evento “Feira Turística do Município do Oiapoque”, no mês de julho. Percebeu-se uma feira de exposição de bebidas alcoólicas, comidas diversas e músicas dançantes. Ademais, verificou-se que não se explorou as belezas cênicas do município, o artesanato e a cultura da fronteira em nenhum momento do evento.

Verificou-se, durante a pesquisa de campo, que a vila Velha do Cassiporé reúne elementos capazes de trabalhar um tipo de turismo mais apropriado e de comum acordo com as especificidades de residir no entorno de um PARNA. Ressalta-se que, por parte do IBAMA, existe a possibilidade de implementar o plano de manejo dessas UC e com isso a vila Velha estará dentro das políticas futuras de sustentabilidade do entorno. Nesse sentido, esse entorno terá uma nova concepção em termos de desenvolvimento e meio ambiente, onde as atividades econômicas sustentáveis serão incentivadas, a exemplo, do turismo. No Cassiporé, a natureza e a recente formação de assentamentos rurais, talvez sejam os elementos importantes para a formatação de um produto turístico comunitário capaz de competir num mercado solidário e sustentável. Assim sendo, o desafio para o turismo no cassiporé será o próprio plano de manejo a ser implementado pelo IBAMA. Note-se que esse plano está sendo construído sob os olhares de vários atores sociais preocupados com a conservação da UC.

No entanto, observa-se que o componente turismo está com as atividades, momentaneamente, paralisado devido à consultoria contratada não ter entregado os registros oficiais que subsidiariam os outros grupos do referido plano. Adicionalmente a isso, percebe-se que o turismo para ser implementado nesse entorno precisa ser entendido pela comunidade local como uma atividade complementar. Ainda, identificou-se que a vila Velha do Cassiporé tem uma potencialidade a ser explorada. Cabe ao poder público, comunidade local e empresas

³⁷ Embora tenha sido aplicado o referido roteiro de perguntas as duas secretarias, observou-se que as respostas foram dadas de uma maneira geral e sem propriedade aprofundada do tema abordado. Por essa razão, achou-se conveniente não transcrevê-las para o corpo do trabalho escrito dessa dissertação de Mestrado (GOMES, 2006, n. c.).

discutirem e demandarem ações que possam ser concretizadas para que o turismo possa acontecer de comum acordo com a comunidade local.

Diante do modelo de turismo em curso no Amapá, verifica-se que as UC ainda não estão preparadas para o turismo, pois não há o plano de manejo e nem tampouco estrutura para tal fim. Pode-se destacar que a natureza torna-se uma mercadoria interessante na privatização dos seus espaços para o turismo. O certo seria tentar investir num modelo mais humano e sustentável de turismo. Sobre esse modelo, muitas reflexões e críticas têm sido feitas por pesquisadores que acreditam que o caminho seria a conservação mediante a participação da comunidade local, no entanto, percebe-se que as próprias comunidades estão desacreditadas das políticas e por isso, não fazem nada para iniciar uma construção de diálogos.

Ao analisar-se a realidade da vila Velha do Cassiporé, bem como a percepção dos que estão coordenando as pastas de turismo e meio ambiente no estado do Amapá, pode-se entender que para o turismo acontecer como uma atividade econômica complementar nesse entorno serão vários os desafios a serem enfrentados. De fato, será tanto para os membros da própria comunidade, no que se refere à gestão do processo de construção da proposta do turismo, como para o nível externo, no que tange à intervenção nas políticas públicas. Nesta direção, a lógica de desenvolvimento do turismo nesse entorno sinalizará para um modelo que tenha a inclusão social como balizadora da intervenção na construção de projetos socioambientais.

5.3 VILA CUNANI: ENTRE CULTURA E TURISMO

A realidade da vila Cunani revela características de modos de vida particulares, onde a relação com a história do lugar é forte constituidora da cultura que engendra toda a uma lógica de ser e estar na comunidade. Conseqüentemente, percebe-se que a cultura é um elemento essencial na construção de políticas públicas de desenvolvimento. Para Martins (2003), o conceito de cultura é dinâmico e dinamizador. Note-se que está longe de qualquer pretensão de algo fechado ou limitado. Com isso, a cultura é um componente do sistema social importante para conservar valores, manifestações, tradições, etc.

Nesse contexto, o turismo como um processo ou atividade promotora de impactos se apropria da cultura de um determinado grupo social para produzir uma imagem encantadora, prazerosa e perfeita do núcleo receptor. Investigar a relação entre o turismo e a cultura permite que se construam elementos que possam entender um contexto apropriado pelo e para

essa atividade, onde os grupos sociais locais são vulneráveis a essa prática. Pode-se ressaltar que o núcleo receptor se deixa influenciar por novos costumes e valores e substitui as suas atividades tradicionais por um conjunto de sonhos, alegrias e prazer promovidos pelo turismo encantador.

A vila Cunani tem uma contextualização de luta, resistência, beleza cênica e cultura. Verifica-se que os atrativos turísticos dessa vila estão distribuídos entre a cultura do negro quilombola e a natureza de rio, mar e vegetação. De conformidade com seus residentes locais, a beleza da região do rio Cunani encanta e seduz todos que aqui visitam. Na verdade, isso é uma particularidade no estado do Amapá que apresenta a menor taxa de degradação ambiental e reúne comunidades tradicionais que vivem da floresta e do rio.

No Cunani, a beleza do rio é aliada à história de luta, na tentativa de se ter uma república independente da que marcou seus antepassados. É interessante destacar que essa história sobre a República Independente do Cunani parece esquecida entre os comunitários. Nos relatos destes, o passado e a luta por independência na região não é assunto importante e nem tampouco repassam isso aos mais jovens. Percebeu-se que a comunidade local da vila Cunani não é ligada à memória social do lugar e, também, não percebe isso como algo importante num futuro programa de desenvolvimento para a comunidade local.

Neste contexto, a antropologia surge para uma reflexão, posto que a vila Cunani se apresenta como ponto de partida para a compreensão da articulação dela com o meio ambiente externo. Conseqüentemente a isso, é fundamental que ela seja compreendida em suas particularidades através da cultura, da identidade e da constituição de territorialidades. Diante disso, o turismo se apresenta como uma boa alternativa de desenvolvimento local pautado nos valores da comunidade. Contudo, essa atividade é notadamente uma criação, onde o pressuposto tomado não emerge da cultura e das identidades, mas da configuração que se fazem delas. Assim, Almeida (2001) ressalta que o objeto turístico em si não existe sendo uma invenção pelo e para o turismo. Pode-se verificar então que os espaços ditos turísticos são uma nova estrutura sócio-espacial dinamizados nas relações da sociedade com o lugar.

A vila Cunani reúne elementos culturais e naturais capazes de transformar essa comunidade numa mercadoria turística a ser consumida nos grandes centros consumidores do país e região amazônica. O carimbó de zimba, a história da República Independente, a igreja de Santa Maria, o quilombo do Cunani, o rio Cunani, o lago do tralhoto, dentre outros atrativos ainda desconhecidos, dotam-se de valores de uso e troca que poderão constituir-se emergentes dentro de uma sociedade capitalista. Nisso, Ouriques (2005) sinaliza que a mercadoria-paisagem é socialmente produzida como matéria-prima do turismo. Portanto, o

turismo promove a comercialização da natureza e dos seus ilustres residentes, onde a determinação estética da mercadoria seduz e cria no imaginário social do consumidor a idéia de desafio, aventura e prazer.

Planejar o turismo na vila Cunani será uma missão árdua, pois a própria comunidade local, bem como o IBAMA ainda não tem um direcionamento para isso. Essa última aposta numa atividade lucrativa que possa gerar recursos para manter o PARNA do Cabo Orange, sem mencionar ou acreditar nos valores comunitários na gestão dessa atividade. Todavia, depois da descoberta do achado ecológico nessa região do Cunani, percebe-se um jogo de interesse no que tange ao fomento do turismo local. De um lado, o poder público tentando impor restrições, de outro lado à comunidade do Cunani cada vez mais desacreditada de si mesmo.

Tornar essa região histórica numa potencial mercadoria turística será o desafio das instituições que fomentam as políticas de desenvolvimento. Parece uma possibilidade ver o turismo desenvolver essa região, mas também será um desafio sensibilizar e acumular capital social local para tal fim, pois se percebe que a complexidade das tendências atuais no estado do Amapá converge para um jogo político injusto capaz de manipular e excluir a comunidade local do poder de decisão. Embora a vila Cunani tenha uma representatividade política através de sua associação de moradores, percebe-se que sua base de discussão não consegue sensibilizar a maioria da comunidade em lutar por seus direitos e inclusão social nos projetos da prefeitura do município de Calçoene, bem como do governo do Amapá.

Nesta direção, a relação turismo e cultura na vila Cunani ainda necessita ser analisada sob o prisma do olhar da comunidade local. A discussão de uma nova proposta de desenvolvimento pautado na cultura e no turismo mais humano surge em oposição ao modelo desenvolvimentista excludente e centralizador vigente. De fato, um modelo voltado para igualdade de oportunidades e para a transformação social urge na sociedade. Nessa perspectiva, a cultura e o turismo socialmente responsável passam a ser compreendidos como catalisadores de mudanças, pois incorporam valores e princípios da psicossociologia.

Observou-se, na entrevista realizada com a Secretaria de Meio Ambiente de Calçoene,³⁸ que as políticas públicas ambientais do município ainda estão em construção. O turismo não foi associado ao meio ambiente e, por essa razão, a pasta acerca dele ficou a cargo da Secretaria de Educação desse município, que tenta entender a complexidade dessa

³⁸ As respostas dadas foram simples e sem um devido aprofundamento das questões norteadoras. Verificou-se que existem mais incertezas do que certezas em relação às políticas públicas ambientais do município, bem como do estado. Por isso, optou-se em não transcrevê-las para o corpo do trabalho escrito dessa dissertação de Mestrado (GOMES, 2006, n. c.).

atividade através da educação. Os aspectos mais relevantes que se possa ter em relação à produção de políticas no município referem-se quanto à situação de reestruturação, tanto física, quanto moral, pois segundo a observação e a interpretação dos diálogos dos munícipes, percebeu-se que a atual realidade política é fragmentada e feita das relações de troca de favores com o atual prefeito-empresário. No caso, o entrevistado da vila Cunani, ressalta que a prefeitura de Calçoene não atende as necessidades básicas da comunidade local, tais como: transporte, saúde, educação e comunicação.

A comunidade local se sente excluída dos projetos da Prefeitura, pois se comenta que por eles terem apoiado o outro candidato a prefeito, padecem com o poder político atual. Contudo, observa-se certo abandono na comunidade do Cunani. O deslocamento dos comunitários até a sede do município é realizado através de um ramal³⁹ precário mediante o frete de um carro traçado. O preço do frete gira em torno de duzentos e cinquenta reais somente a ida. Por isso, não compensa sair da comunidade com menos de quinhentos reais. Geralmente, a saída para a sede se faz pelo fato da comercialização da produção da roça, principalmente, da farinha de mandioca.

Na entrevista realizada na vila Cunani, observou-se que o entrevistado sinalizou que o turismo é viajar para conhecer pessoas. Talvez seja a idéia coletiva que se tenha de um encontro entre pessoas, pois, é o conceito mais próximo que eles percebem. Nesse contexto, as respostas dadas referentes às perguntas orientadoras tiveram certa limitação devido ao fato de que o turismo não é uma prática constante, o mesmo ocorrendo com a discussão sobre ele. E, quanto a pergunta: o senhor acredita o turismo poderá desenvolver a comunidade gerando mais trabalho?, o entrevistado respondeu que o turismo, desde que seja feito com a comunidade, poderá trazer benefícios e trabalho. Assim, ele ressaltou que a comunidade não está organizada para exercer nenhuma atividade econômica que possa trabalhar o coletivo, pois o senso de coletividade não existiria ali. A Associação de Moradores é um exemplo do descaso pela organização social comunitária. Ninguém participa das reuniões para discutir a realidade da vila.

De todo o modo, o que se percebeu no Cunani foi uma beleza cênica interessante para o turismo, bem como uma história de luta e sobrevivência desde os tempos do contestado Brasil-França. Assim, como atividade solicitada na entrevista, pediu-se que o entrevistado pudesse descrever um ou mais atrativos que acreditava ser interessante para o turista. Os

³⁹ Esse ramal segundo os residentes do Cunani foi aberto recentemente aproximadamente cinco anos. Ele tem 18 km de extensão. Ante, o deslocamento era feito pelo oceano atlântico onde eles se deslocavam em embarcações menores totalizando aproximadamente 10 horas para a chegada na sede do município (GOMES, 2006, n. c.).

atrativos destacados foram: 1) o rio Cunani, 2) a fábrica de palmito na descida do rio, 3) a vila Tomázia, 4) o lago do tralhoto, 5) as roças da comunidade, 6) a igreja de Santa Maria, 7) o carimbó de zimba e 8) a história da República Independente do Cunani. Sobre essa descrição, verificou-se que, minimamente, eles têm uma percepção de que a natureza e a cultura do negro do Cunani pode ser o diferencial em um projeto de turismo que se queira implementar na comunidade.

De acordo com o IBAMA (MINISTÉRIO, 2006, apud GOMES, 2006, n. c.), a idéia seria incentivar a comunidade local a apresentar os atrativos naturais e culturais para grupos de turistas que vierem visitá-los dentro de um programa de turismo contemplativo. Entretanto, não se mencionou: 1) como seria a organização comunitária para tais atividades com os turistas? 2) quem seria envolvido nesse programa? 3) como seria a participação da comunidade na gestão desse programa de turismo? e quem se beneficiaria diretamente com essas atividades turísticas contemplativas na comunidade?

Observou-se que se explora a idéia do turismo comunitário, mas não seria ele a modalidade ideal para o entorno do PARNA do Cabo Orange, pois, pelas colocações do próprio IBAMA, foi possível depreender que a idéia deles de turismo para essa zona de amortecimento desse Parque é totalmente contrária aos postulados de inclusão social e oportunidades empreendedoras comunitárias no turismo. Para este ator social gestor do PARNA, o turismo seria desenhado nos moldes da observação da natureza natural e social do Cabo Orange. Portanto, revela-se que as discussões teóricas e as experiências comunitárias de turismo não foram referenciais decisivos na opção de escolher como será o modelo de turismo ideal para esta UC do Cabo Orange.

Ademais, o turismo, para ser uma prática comunitária, necessitará de um trabalho forte e árduo de sensibilização para a sua compreensão. Em princípio, o Cunani é uma área importante por ser de quilombo e com história e cultura ímpar. Ainda, a mesma é encantadora, mas padece na formulação de políticas públicas direcionadas para a melhoria da qualidade de vida de seus residentes. Assim, durante a realização da pesquisa de campo, verificou-se que há um descaso geral em relação ao fato deles serem quilombolas; não percebem a importância disso em um contexto cultural e nem tampouco se esforçam para buscar recursos para projetos socioambientais destinados às terras quilombolas.

Parece que o turismo comunitário seria uma alternativa boa para o Cunani, mas esta realidade sinaliza que o capital social local é muito baixo. Não se observou na comunidade local, atitudes de cooperação, valores, visões da realidade que possam constituir sua própria identidade. A este respeito, um investimento sério em sensibilização, talvez, seria o meio ideal

para que os residentes pudessem participar do processo de envolvimento comunitário, e depois, partir, em um futuro próximo para um planejamento e organização do turismo local.

Nestes termos, a pesquisa realizada encontrou um ator social importante para indagar sobre essa realidade do Cunani. Nestes termos, o Conselho Comunitário dos Afrodescendentes do Amapá – CCDA, uma Organização Não-Governamental – ONG com sede na cidade de Macapá trabalha com as comunidades negras do estado. Sua representante informou que a vila Cunani é a comunidade negra que: 1) menos comparece e participa das reuniões do CCDA, 2) não procura se integrar nos projetos do conselho; 3) não demanda outros membros da comunidade para participar de eventos e atividades; 4) não discute com a comunidade local o que foi deliberado e aprovado no CCDA, dentre outros.

Em relação à condição de Terra Quilombola – TQ, o CCDA informou que essa comunidade negra tem a certificação, mas a mesma está aguardando o título definitivo a ser dado pela Fundação Palmares. Depois desse processo, o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, demarcará o espaço geográfico da vila dando-lhes o título definitivo das terras. Talvez, quando isso se tornar uma realidade, o Cunani poderá dar início a um trabalho de valorização da cultura local como elemento essencial do desenvolvimento social que pode se tornar promissor e, posteriormente, pensar coletivamente em um modelo de turismo mais cultural, comunitário, socialmente responsável e ecologicamente correto. Nestes termos, talvez se possa transformá-los no sentido de valorizar a história amapaense que eles mesmos estão, atualmente, fazendo questão de esquecer.

5.4 TURISMO NO ENTORNO DO PARNA DO CABO ORANGE: LIMITES OU POSSIBILIDADES?

Na década iniciada em 1980, criou-se, no norte do estado do Amapá, a UC de proteção integral denominada PARNA Cabo Orange, isto através do Decreto nº. 1345. A razão maior dessa criação foi a proteção do ecossistema de manguezais da costa do estado. Verifica-se que esse Parque possui problemas comuns a todos os outros parques dessa categoria no Brasil. As pressões existentes dentro e no seu entorno têm exigido estudos aprofundados de sua sociobiodiversidade, bem como a elaboração do seu plano de manejo,⁴⁰ haja vista que este

⁴⁰ Segundo o Gerente do PARNA Cabo Orange, o plano de manejo está prestes a virar realidade. O documento era para ser concluído até o final do ano de 2006. Estão acontecendo, desde o ano de 2005, expedições científicas com o objetivo de coletar dados para elaboração das políticas de zoneamento desta UC. (GOMES, 2006, n. c.).

documento é importante para o zoneamento de atividades humanas dentro e entorno da mesma. Ademais, o turismo é uma atividade em tese apropriada à realidade desta UC e é apontado como uma saída para a sustentação dela, mas ainda não pode ser fomentado porque não existe o plano de manejo⁴¹ para certificar e liberar o PARNA para a prática turística.

Constatou-se, de um modo geral, que os entrevistados que trabalhavam no IBAMA-AP e na SETUR-AP⁴² apontam o turismo a ser produzido no entorno do PARNA como uma atividade econômica importante para tentar desenvolvê-lo. Para tanto, houve a percepção de que é necessária a construção de políticas voltadas para essa atividade. De fato, as políticas públicas existem, a exemplo das propostas e desenvolvidas por essas duas instituições que tentam gestá-las. Entretanto, como afirma Boneti (2006, p. 29), “[...] uma política pública é o resultado de um ato intervencionista na realidade social. Portanto, isso nem sempre se traduz em uma aplicabilidade da mesma, pois se observa que nem todas as políticas são aplicadas como foram inicialmente pensadas”.

O turismo em UC para ser produzido necessita de critérios para sua implementação. Essa modalidade tem que obedecer aos princípios da conservação ambiental. De fato, isso se torna uma realidade a partir da sensibilidade de que os formuladores de políticas ambientais, gestores de UC e interessados em investimentos nessas áreas protegidas possam coletivamente buscar estratégias que conciliem turismo, conservação e geração de rendas. Percebe-se que o turismo em UC torna-se uma atividade constitutiva da política a ser implementada. Assim, desde que planejada e participativa, tem tudo para dar sustentação às atividades econômicas das comunidades residentes dentro e no entorno das UC.

Note-se que o modelo de turismo comunitário e socialmente responsável pode se enquadrar no entorno de UC. Nisso, os recursos naturais e culturais necessitam ser transformados em produtos turísticos de acordo com os interesses dos atores sociais envolvidos na sua implementação. Ressalta-se que o discurso em defesa dessa modalidade de turismo em UC é muito persuadido pelo poder público que tenta mostrar a relação harmoniosa turismo, meio ambiente e comunidade. Para tanto, a realidade dessas UC no norte do país, e especificamente, no Amapá, não condiz para uma apologia e defesa desse turismo. Observa-se que as mesmas não apresentam um mínimo de infra-estrutura de acesso aos principais atrativos e, note-se que suas populações residentes vivem em condições precárias de

⁴¹ É interessante destacar que o Plano de Uso Público para o Turismo do PARNA Cabo Orange, que seria o fio condutor para o zoneamento de áreas potenciais para o turismo, foi realizado através de uma consultoria contratada, mas a mesma ainda não gerou o relatório final, impossibilitando assim de se ter os dados referentes aos potenciais turísticos identificados e mapeados dentro e entorno da UC (GOMES, 2006, n. c.).

⁴² Os mesmos pediram anonimato ao concordar em dar a entrevista.

sobrevivência, não tendo os principais serviços públicos funcionando decentemente, a exemplo de saúde, educação e comunicação.

A paisagem natural e cultural das UC possui um caráter fantasioso para satisfazer os turistas. Adicionalmente, o conjunto paisagem-comunidade tem certos apelos na sociedade atual em função da tão batida sustentabilidade. Para Ouriques (2005, p. x), “[...] isso é o exemplo de uma mercadoria-paisagem que se constitui num dos fundamentos do turismo”. Percebe-se, então, um consumo turístico sustentável que tenta “disfarçadamente” atender às exigências de um mercado por produtos e serviços solidários, sustentáveis e conscientes. Em termos teóricos, a prática turística em UC se enquadra nesse perfil de consumo consciente.

Contudo, sabe-se que o papel da comunidade residente não é levado em consideração na formulação dessa mercadoria turística quando da elaboração das políticas ambientais ou quando das ações das empresas de turismo. Essa realidade sugere falta de respeito aos direitos do cidadão e da comunidade e de profissionalismo. Portanto, o turismo é uma mercadoria que se apropria da natureza para produzir novas maneiras de estar em contato com ela, bem como construir um quadro contraditório de riscos e benefícios ao meio ambiente explorado.

Um fato central a destacar no entorno desse PARNA é que as duas comunidades observadas não apresentam infra-estrutura para o turismo. Nenhuma estrutura foi implantada ao longo desses anos nessas comunidades, haja vista que teve o PDSA, bem como outras políticas de desenvolvimento, mas nenhuma privilegiou esse Parque como potencial para a atividade turística. Na verdade, como destacou Adriana Franklin, a agente de viagem do Oiapoque, o turismo nas UC do Amapá sempre foi realizado por conta própria e com estrutura mínima.

Segundo essa mesma profissional, a demanda de turistas vem da Guiana Francesa para conhecer os dois parques, o Cabo Orange e o Tumucumaque. Todavia, a agência de viagem providência todo o roteiro, desde o traslado de Saint George até às visitas programadas aos parques, isso sem autorização do IBAMA ou mesmo permissão das comunidades locais residentes. Entretanto, a mesma enfatiza que os custos saem altos e que não há um retorno satisfatório devido às péssimas condições do acesso e infra-estrutura dos PARNA.

De fato, esse tipo de roteiro turístico é muito comum nessa região, principalmente em direção ao PARNA Montanhas do Tumucumaque, onde existe pousada, trilhas e até guias locais. Pode-se ressaltar que essa prática é ilegal segundo o IBAMA pelo fato de não existir o plano de manejo do PARNA e toda e qualquer atividade econômica é proibida nos seus limites. Para o Cabo Orange é mais difícil ter essa prática, pois no estado do Amapá o mesmo nunca teve um destaque como as outras UC. Primeiro, por não ter material de divulgação e

segundo, por não despertar a atenção dos ecologistas e turistas de observação da natureza. Isso se deve ao fato dessa UC resguardar o ecossistema de manguezais e ter comunidades tradicionais que não conseguiram se desenvolver ao longo do processo de formação econômica do estado. Com isso, não houve uma propagação da imagem desse PARNA para a mídia e sociedade em geral. Essa divulgação aconteceu apenas recentemente com a chegada dos novos analistas ambientais concursados do IBAMA.

O PARNA do Cabo Orange passou a ser descoberto pelo próprio IBAMA, a partir do ano de 2003. Antes, a percepção dos antigos gerentes dessa UC era de que esse PARNA somente trazia problemas e conflitos com pescadores ilegais e comunidades residentes, principalmente, a vila Taperebá, localizada perto da foz do rio Cassiporé com o Oceano Atlântico. Os novos analistas ambientais deram um novo direcionamento para esse PARNA. Iniciaram um planejamento estratégico onde a primeira atividade de destaque foi à construção do inventário⁴³ sobre a etnoecologia da UC. Esse inventário está servindo de referência para a elaboração do plano de manejo.

Partindo daí, pode-se destacar que outras ações pertinentes a essa nova equipe de analistas do IBAMA, tais como: formação do Conselho Consultivo do PARNA, lançamento da cartilha de comemoração dos 20 anos do PARNA e as Expedições Científicas para coletar dados para o plano de manejo, foram importantes no processo de visibilidade dessas UC. Segundo o Gerente do IBAMA/Cabo Orange, a base de apoio do PARNA, na vila Taperebá está sendo reestruturada para receber pesquisadores e visitantes. Também, destacou que a base de apoio da vila Cunani está sendo construída com as mesmas finalidades. Com isso, espera-se ter a presença constante do IBAMA nessas comunidades para evitar: 1) a degradação ambiental; e 2) a pesca predatória e tentar 3) fomentar o turismo contemplativo⁴⁴.

Assim sendo, a percepção de turismo ou mesmo de outros turismos no entorno desse PARNA é algo inevitável, bem como a percepção de seus residentes. Para Coelho (1999 p. 69):

Os textos e *folders* sobre turismo ou ecoturismo, entretanto, quase nunca falam das sociedades locais, de seus modos de vida, modos de produzir, de seus esforços de alcançar progressos técnicos no desenvolvimento de suas atividades. Fazem referência aos tipos humanos encontrados e aos personagens mitificados. Quando mencionada, os representantes da sociedade local são tratados apenas de habitante, comunidade. A comunidade representa uma visão fragmentada onde se fala de uma parcela sem se importar com sua inserção num conjunto da sociedade, local e regional.

⁴³ Inventário elaborado por Burmann et al. (2005) com recursos do Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA (GOMES, 2006, n. c.).

⁴⁴ Seria a percepção de turismo de alguns analistas ambientais do IBAMA/Cabo Orange (GOMES, 2006, n. c.).

Tem-se, então, uma realidade que representa uma amostra do que é produzido de mercadoria turística em UC, onde residentes e natureza se tornam elementos constitutivos de roteiros a serem comercializados, sem ao menos, terem seus modos e meios de vidas respeitados. Note-se que isso é um modo de observação e contemplação que satisfaz o desejo dos turistas em verem a pobreza e a natureza da periferia do capitalismo. Ouriques (2005, p. 94) afirma isso “[...] ao sinalizar que a natureza entra para o valor de troca e conseqüentemente para a mercadoria e é comprada e vendida”. O autor parece ser bem explícito em ressaltar que esse turismo traduzido em mercadoria natural é o melhor e mais caro produto que o capitalista tem a oferecer na sociedade de consumo.

Outro aspecto importante no turismo em UC é a maneira de como há uma mudança no modo de vida dos residentes. De certo modo, eles começam a se adaptar a essas nuances provocada pelo turismo. Tal realidade pode ser explicada por uma imposição de valores que desmantelam as relações sociais existentes. Adrião (2003) sinaliza que o impacto gerado pelo turismo provoca a proliferação de novas atividades transformando os hábitos e os costumes locais.

Percebeu-se que, no entorno do PARNA Cabo Orange, essa realidade ainda está distante de acontecer, até porque as próprias comunidades residentes já se encontram fragmentadas, no caso o turismo não seria uma determinante. A desestruturação social já acontece desde muito tempo. Apenas observa-se que o turismo acentuaria cada vez mais o abismo social existente. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo do Oiapoque, tem-se a vontade de trabalhar a comunidade da vila Velha do Cassiporé como um produto turístico. Mas, se percebe que não existe uma metodologia adequada a ser aplicada.

O que se tem de material é incipiente e reflete na inoperância dessa pasta no município do Oiapoque. Observou-se que no município de Calçoene, a pasta do turismo ainda não tem um lugar certo e nem um profissional para isso. Portanto, não se teve registros ou leituras de documentos que pudessem mencionar a vila Cunani inserida em algum projeto de turismo. Isso se tornou visível quando se tentou procurar os responsáveis pela Secretaria Municipal de Educação de Calçoene para buscar informações sobre o Cunani.

Infelizmente, não houve a comunicação. No entanto, obteve-se informações importantes que puderam conduzir os rumos da pesquisa para entender que o município de Calçoene está passando por um processo de reestruturação funcional e infra-estrutural. E a vila Cunani é tão esquecida pelo poder público local quanto pela sua própria comunidade local, que nem ao menos, tem a prática de repassar a memória coletiva para quem visita a vila.

Ou seja, o repasse, dentre outros, de elementos acerca do tempo em que se tentou instituir uma república independente do Brasil e da França, isto no período do contestado nessa rica região do norte do Amapá.

Procurou-se entender nos discursos dos entrevistados, o papel de cada um no PARNA. Para alguns, a UC representa muito mais que natureza, representa boas oportunidades de desenvolvimento, para outros a preservação seria o melhor caminho, onde o PARNA seria resguardado de visitas e de residentes. De certo, a política ambiental no país sinalizava essa visão preservacionista nas décadas passadas, no entanto, com a percepção de presença humana, muito antes da criação das UC, a pressão da sociedade em geral mobilizou esforços para uma mudança de olhares e alteração nos projetos de implantação de UC.

Apesar dos esforços há que se reconhecer que ainda existe certo conflito entre as comunidades residentes dentro e no entorno de UC com os gestores das mesmas. Verifica-se uma contradição no discurso ecológico imposto onde se observa que essas UC são criadas sem o mínimo de infra-estrutura, tanto física, quanto humana para uma gestão eficiente. Ressalta-se, contudo, que as comunidades residentes travam uma relação social estremecida e desconfiada com os gestores da UC. Uma situação que chega a provocar um clima tenso e muito das vezes geram-se agressões, tanto verbais quanto físicas entre residentes e gestores.

Assim, fomentar o turismo numa UC com essas particularidades é complicado e ao mesmo desafiador, pois se verifica no PARNA Cabo Orange: 1) uma comunidade de dentro que está se deslocando para a cidade do Oiapoque devido à precariedade dos serviços públicos, bem como pela lei dos PARNA que não permite moradias nos seus limites; 2) uma comunidade agrícola que está no entorno e luta para sobreviver; e, por fim, 3) uma comunidade quilombola de história e riqueza cultural que não sabe o porquê dela estar perdida no tempo e no espaço. Ainda, a relação dessas comunidades residentes do PARNA Cabo Orange com o seu gestor oficial, ora é harmoniosa dentro de um jogo de interesse, ora é conflituosa dentro de uma realidade que se tenta aplicar as leis e isso é visto como algo punitivo e pessoal nessa UC de proteção integral no norte do estado do Amapá.

6 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O turismo como atividade econômica que provoca o dismantelamento das relações sociais existentes, bem como a degradação ambiental no núcleo receptor tende a se tornar um bem de consumo cada vez mais solicitado na sociedade capitalista. O ambiente produzido pelo turismo constitui sua atração turística. Esse ambiente pode ser o natural, como as UC, as praias, os rios e; o cultural, como as comunidades tradicionais com suas histórias e cultura local. Para Ouriques (2005, p. 19), “[...] o componente paisagístico é, em lugares de natureza exuberante, um elemento fundamental do consumo turístico”. Nisso, percebe-se a transformação dos elementos naturais e culturais em mercadorias turísticas que passam a ser explorados para tais fins.

No decorrer do processo de acumulação de capital, a atividade turística é a que mais contribuiu para isso. No entanto, esse processo comprometeu o meio ambiente tornando-o objeto da demanda turística, onde se percebeu que o turismo apropriou-se da natureza. De conformidade com Castro (1997, p. 238), “[...] os seres humanos têm a capacidade de transformar a natureza orientada pela tendência de privatizar o espaço”. Note-se que isso é uma realidade, principalmente, nos países em desenvolvimento, onde a territorialidade dos espaços tende a ser a mercadoria do sistema capitalista.

O turismo se afirma pela disputa de novos territórios a serem conquistados que são fortalecidos pela relação linguagem e imagem. A imagem engendra as palavras que engendram as imagens numa produção subjetiva do lugar turístico. Dessa maneira, essa imageabilidade turística, produzida pela visão mediática, às vezes ou sempre, oculta o lado realista do núcleo receptor turístico.

Portanto, na relação turismo-natureza, a comercialização é feita através do consumo da imagem produzida, onde a determinação estética da mercadoria turística é o diferencial. Destaca-se, assim, que o turismo é visto como a reprodução do cenário ideal para a encenação da peça teatral intitulada de um mundo animado e perfeito onde todas as pessoas e animais são felizes. Até no simples ato de subir numa árvore, coletar os frutos, pescar, roçar, tecer o artesanato, falar como caboclo, cozinhar e os modos de se vestir são os atrativos que encantam os turistas que procuram um contato mais próximo com a natureza e com a pobreza da periferia do capitalismo. Tem-se, então, o produto turístico ideal como garantia de reprodução do fetichismo da mercadoria.

Os estudos mais recentes sobre a produção do turismo sinalizam como resultados os aspectos negativos e a idéia de que a atividade turística ainda é um mito de desenvolvimento. Ouriques (2005) ressalta que o turismo é produzido na periferia do capitalismo para reforçar a condição de dependência e fetichismo em relação aos países centrais. Portanto, uma ilusão do desenvolvimento pautada em dependência e uma reedição do colonialismo em pleno século XXI. Entretanto, pode-se destacar a existência de uma produção científica no turismo que apresenta resultados de que essa atividade pode gerar melhorias para as condições de vida das comunidades locais.

Nesta direção, as políticas públicas de desenvolvimento pautadas no turismo estão procurando se adaptar a nova ordem mundial de buscar modelos mais equitativos e sustentáveis de sobrevivência. De certo, o turismo caracterizado como sustentável pode ser uma maneira de integração dos excluídos da sociedade. Isto seria realizado a partir da geração de oportunidades de participar dessa atividade econômica, sem serem vistos como apenas meros integrantes da mercadoria turística, mas sim como gestores do processo de formatação da mesma.

Dessa maneira, o turismo pode produzir benefícios ambientais através do aumento do suporte financeiro para a preservação da área e uma sensibilização em relação à necessidade de proteger essas áreas, bem como o envolvimento dos atores sociais nas etapas do planejamento, execução e auto-avaliação dessa atividade. Em relação a isto, surge a nova mercadoria turística com apelo sócioambiental no sistema de produção de mais valia. Esta mercadoria é apresentada, do ponto de vista das concepções desenvolvimentistas e sob as matizes do pensamento ecologizado, como o meio viável para o crescimento e desenvolvimento de uma dada localidade com potencial turístico.

Autores como Tupinambá (1999), Almeida (2001), Irving (2002), Sharer (2003), Coriolano (2003), Mendonça (2004) e Sena (2005), dentre outros, investigam o processo produtivo do turismo aliado a um modelo conservacionista e indutor de qualidade de vida. E, isto principalmente para quem vive na ponta desse processo: os residentes das comunidades locais potenciais de turismo. Dessa maneira, a forma predatória de se fazer turismo parece que está cada vez mais se distanciando; dando espaço para uma forma mais organizada e sistêmica de planejamento turístico.

Verifica-se uma nova concepção de turismo somada ao conceito de sustentabilidade e apoiada na participação comunitária. Assim, inicia-se um processo novo que tenta desenhar na sociedade capitalista uma atividade mister de economia, sociologia e ecologia, apostando-se nela como um desafio para o século XXI. De acordo com essa perspectiva introdutória, a

presente dissertação de Mestrado buscou provocar discussões pautadas sob a égide do turismo, da sustentabilidade e da participação.

Portanto, entendendo que a riqueza de discussões teóricas de autores “experts” no assunto, contidos nessa pesquisa foi o pilar para uma interpretação nova. Em dessa questão, o propósito de sua investigação perpassou pela análise do discurso proferido pelas instituições governamentais (municipais, estaduais e federais), empresários locais do setor e comunidades locais residentes no seu entorno acerca do fomento do turismo no PARNA do Cabo Orange. Também, investigou-se os limites e os desafios para o fomento dessa atividade no parque em questão e, por fim analisou-se se há o processo de discussão dos atores sociais locais na construção de políticas públicas de desenvolvimento pautadas no turismo para esse PARNA.

Para tanto, empregou-se o método qualitativo para construir os resultados obtidos. Destaca-se que certas dificuldades foram encontradas no campo de pesquisa que forçaram uma adaptação do instrumento de coleta de dados. Inicialmente, tinha-se a idéia de aplicar questionários estruturados com perguntas fechadas, mas observando a realidade investigada se percebeu que ficariam muito tendenciosas as respostas, já que elas induziriam a um resultado já esperado pelo pesquisador. Assim sendo, elaborou-se um protocolo/roteiro de perguntas norteadoras que geraram respostas coloquiais dos atores sociais que se dispôs a participar da pesquisa. Tais respostas foram transformadas em resultados teóricos embasados pelas discussões teóricas da pesquisa.

Nestes termos, pode-se ressaltar que as principais limitações deste estudo estão relacionadas à estruturação da pesquisa de campo que permitiu uma mudança e adaptação, mas sem perder o foco principal e as principais discussões. Tais mudanças enriqueceram a pesquisa, pois, se tornou desafiador coletar dados diante de tantas dificuldades. Acredita-se que a maior dificuldade foi a não aceitação da entrevista por parte de alguns atores sociais, bem como a má vontade de alguns em responder o roteiro de perguntas norteadoras. De toda sorte, os resultados obtidos mostraram que, no geral, o turismo ainda está muito longe de ser uma realidade operante nesse entorno, haja vista que as comunidades locais residentes, vilas velha do Cassiporé e Cunani, não apresentam infra-estrutura física e nem social para se iniciar um trabalho de turismo. E mais ainda se o modelo escolhido for o de base comunitária, que exige acima de tudo a participação e a formação de capital social.

È de se ressaltar também, que a percepção de funcionários do IBAMA, da SETUR-AP, da Secretaria Municipal de Turismo do Oiapoque, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Oiapoque e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Calçoene sinalizam que as políticas públicas de turismo ainda estão por ser construídas. Nesta direção, é recente

essa percepção dessa atividade como algo que pudesse gerar trabalho e renda e, ao mesmo tempo, conservar o meio ambiente no Amapá.

Ademais, a pasta do turismo, recentemente, foi transformada numa Secretaria de Estado, bem como o IBAMA, que também recentemente está tentando implementar o plano de manejo do PARNA Cabo Orange. Note-se, então, que essas políticas públicas foram institucionalizadas em momentos diferentes de implementação no estado. Percebeu-se que desde os tempos do PDSA, o turismo já era uma preocupação do governo, no entanto, ele passou a ser uma plataforma séria a partir do momento em que o estado do Amapá despertou a atenção por se dizer que é o estado brasileiro mais preservado. Talvez, esse seja o apelo ecológico maior de se investir em turismo no Amapá.

Neste contexto, verificou-se que, seja qual for a tendência do planejamento socioeconômico para o PARNA Cabo Orange, por lei ela terá de respeitar/agregar às especificidades locais. E somente assim se poderá garantir uma consonância às propostas atuais da sociedade quanto à busca de um modelo mais condizente ambientalmente, mais eficiente economicamente e mais justo socialmente (BRASIL, 2000). Como resultado, seria viável a implantação de uma política pública de desenvolvimento regional pautada no turismo se a mesma for realizada com ética, participação e responsabilidade em todas as etapas de planejamento e execução, isto para que não haja uma depreciação de sua natureza e exclusão social de sua população tradicional residente.

Diante disso, o turismo planejado e orientado para UC poderá ser uma alternativa, desde que se tenha um envolvimento responsável dos atores sociais em todas as fases de operacionalização da atividade. E a considerar-se os fatos acima, a pesquisa analisou a relação Turismo/ UC, precisamente junto às populações tradicionais residentes da área do entorno, vila Velha do Cassiporé e vila Cunani, do PARNA do Cabo Orange.

Nesse sentido, observou-se que essas populações residentes não têm ainda uma experiência com turistas. Elas também não têm uma idéia clara sobre a sua importância dentro de um futuro programa de turismo a ser implementado, tanto pelos municípios como pelo governo ou IBAMA. Os funcionários deste Instituto são quem as informa sobre turismo, isso por causa do plano de manejo que está sendo preparado.

A pesquisa identificou que existem mais fatores limitantes do que de possibilidades de implementação do turismo como uma política pública de desenvolvimento regional para o entorno dessa UC. Assim, revelam-se como fatores limitantes: 1) questão fundiária indefinida; 2) inércia operacional do IBAMA; 3) comunidades tradicionais residentes fragmentadas socialmente; 4) inoperância dos serviços públicos, bem como uma ausência de

representatividade municipal; 5) representatividade coletiva desarticulada politicamente; 6) acesso difícil e sem estrutura para os principais atrativos ditos turísticos do entorno; e 7) ausência de uma política pública de turismo, tanto municipal quanto estadual para esse entorno.

Os fatores de possibilidades são: 1) ser uma região considerada do ponto de vista histórico como importante para o estado do Amapá; 2) possuir uma biodiversidade riquíssima na costa do estado; 3) está numa área de fronteira internacional; 4) possuir sítios arqueológicos, terras quilombolas, terras indígenas e assentamento rural; 5) em relação às outras UC do estado, o tempo de chegada e estada de turistas está dentro de um padrão mercadológico aceitável no mercado turístico por ter opções de entradas e deslocamentos; e 6) cultura e beleza cênica ímpar do resto do Amapá. Nisso, percebeu-se que os fatores limitantes estão ligados às questões políticas e os de possibilidades ligados às questões sócio-cultural-ambientais.

Nestes termos, observou-se durante a pesquisa exploratória, que essa UC, localizada no extremo norte do país, possui uma beleza cênica ímpar, uma história social de luta e resistência de suas populações tradicionais residentes, uma diversidade cultural marcada por indígenas, remanescentes de quilombolas, camponeses e caboclos ribeirinhos. Dessa maneira, esses potenciais atrativos de natureza social, cultural e ambiental possuem condições ideais para serem potencializados em recursos turísticos. Entretanto, ainda há uma complexa teia de relações sociais que dificulta o desenvolvimento de atividades econômicas, onde se pode destacar o turismo, e de uma fragmentação do tecido social que impede o trabalho comunitário em prol da melhoria das condições de vida coletiva.

No caso do PARNA Cabo Orange, que possui uma problemática comum aos demais Parques dessa categoria do país, as políticas públicas direcionadas a ele recentemente estão passando por um processo de construção, onde diálogos com a sociedade civil através dos instrumentos de participação entraram no cenário político local. Para tanto, é interessante saber quais são os grupos sociais que tem representatividade nesse PARNA e a partir daí cobrar mais participação e deliberações de ações coletivas em prol de uma sustentabilidade socioambiental nessa UC.

Deste modo, o turismo a ser produzido, no entorno do PARNA Cabo Orange, deveria ter uma pauta de discussões, mas aparentemente não tem. Nisso, verifica-se que existe o conselho consultivo desse PARNA, composto por entidades e instituições dos municípios da UC, bem como atores sociais significativos do estado do Amapá. Todavia, ressalta-se que a

participação desses atores sociais é meramente representativa, pois não se percebe a manifestação voluntária deles nas discussões sérias e pontuais acerca do PARNA.

De certo modo, o que se verificou no campo de investigação das duas comunidades do entorno desse PARNA foi: 1) o descaso pelo trabalho coletivo em prol do desenvolvimento comunitário; 2) relações de comunicação deficitária com o IBAMA, bem como conflituosa em torno do uso da terra e 3) precariedade na infra-estrutura de serviços públicos. Enfim, um quadro problemático que dificulta a implementação de projetos de desenvolvimento.

Também, foi possível concluir que essas duas vilas do entorno têm potenciais que podem ser explorados de maneira sustentável para o desenvolvimento local. E, isso, apesar de as políticas públicas não contemplar suas diversidades biosocioambientais como elemento essencial desse desenvolvimento. O plano de manejo tem essa finalidade, assim espera-se que ele sinalize algo de positivo para esse entorno em termos de sustentabilidade, pois o que se observou por aqui é de que há um descaso pelas populações tradicionais que residem no entorno dessa UC.

Neste contexto, a presente pesquisa aponta as seguintes implicações para os formuladores de políticas públicas de turismo no estado do Amapá: 1) instrumentalizar procedimentos legais que delimitem suas potencialidades a serem exploradas por essa atividade econômica; 2) investimentos em trabalho de formação de capital social local para que futuramente essas comunidades do entorno possam ser gestoras desse turismo a ser construído; 4) investimentos do poder público na reestruturação física dessas comunidades do entorno; 5) aproximação do IBAMA, INCRA, SETUR e SEMA do Amapá e prefeituras municipais de Calçoene e Oiapoque neste mesmo estado na construção de uma agenda comum voltada a um turismo mais próximo da realidade local, convidando-os a participarem desse projeto de vida.

Ainda, é de apontar-se que poucas experiências que se autodenominam de turismo comunitário são realmente social e ambientalmente sustentáveis e geradoras de benefícios para as comunidades locais. Isso se dá, entre outras razões, pela desigualdade de condições econômicas e sociais encontradas na região e nessas vilas e municípios. Se de um lado o setor empresarial é capaz de se capacitar e buscar os melhores meios para viabilizar o negócio turístico, de outro lado, as comunidades tradicionais da Amazônia, que têm no turismo uma chance efetiva de geração de renda e desenvolvimento sustentável, não possuem as condições e qualificações necessárias para desenvolver a atividade de modo competitivo no mercado.

Então, qual será o destino do turismo em UC no Amapá, que possui pouca infra-estrutura, mas que é detentor de riquezas naturais e culturais de valores inestimáveis? A ponte

que ligará esse estado à Guiana Francesa pode ser vista como solução ainda que parcial? E, se não o turismo em UC, que alternativa de desenvolvimento terá que ser alavancada num estado que possui quase 60% de todo o seu território composto por UC e TI? Como lembra L. Simonian (2006, informe verbal), será a mineração, a exploração madeireira ou o agronegócio?

No caso específico do PARNA Cabo Orange, será necessário iniciar discussões amplas acerca do assunto não só em nível do Governo, mas em conjunto com os principais segmentos turísticos locais, com as instituições de ensino, com a sociedade civil organizada, com as ONG, com a iniciativa privada, com as prefeituras e seus órgãos, etc. Ficam então as perguntas, às quais em breve esperam-se obter respostas: o turismo em UC no Amapá terá um instrumento legal que tentará inventariar suas possibilidades e desafios como uma alternativa de sustentabilidade para as comunidades tradicionais residentes? Mas para isso, o Governo do estado deverá primeiramente definir se essa linha mais tênue de turismo é prioridade para o desenvolvimento econômico do Amapá.

Por esses motivos, acredita-se que os resultados da presente pesquisa poderão ser de vital importância, sobretudo, às comunidades tradicionais da vila Velha do Cassiporé e vila Cunani, ao perceberem que elas mesmas são responsáveis pelo futuro delas nesse entorno do PARNA Cabo Orange. Nesse sentido, o debate se amplia em direção a uma outra questão: o turismo comunitário existe mesmo ou é mais um modelo de mercadoria turística inspirada nos moldes do consumo consciente por produtos e serviços solidários e sustentáveis? Resposta a essa pergunta espera-se obter no doutoramento que o pesquisador pretende se candidatar para prosseguir nessa busca por modelos de turismo mais justos e equitativos onde o capital social e a cultura sejam prioridades em quantas questões norteadoras de projetos de desenvolvimento.

Apesar de algumas dificuldades na realização dessa dissertação, tentou-se levantar o maior número de informações possíveis através do olhar e do ouvir dos principais atores sociais envolvidos nesse entorno do PARNA Cabo Orange. A respeito disso, esta pesquisa não tem o objetivo de esgotar o assunto, pois não cabe ao autor este papel. O propósito é único de contribuir para a análise de um problema que não se restringe apenas ao PARNA Cabo Orange, mas a anteriormente outras UC do estado e da Amazônia: o turismo como mercadoria no sistema capitalista.

Diante do exposto na dissertação, pode-se considerar que ainda falta o estabelecimento de um significativo arcabouço político institucional no que tange às UC e seus projetos de desenvolvimento no estado do Amapá. Embora não podendo apreender todos os aspectos de

uma realidade tão complexa como o PARNA Cabo Orange, teve-se a preocupação em identificar através de um enfoque qualitativo os diferentes elementos de uma problemática que inclui necessariamente interações entre dinâmicas sociais e dinâmicas ambientais. A partir dessa dissertação, torna-se necessário aprofundar os estudos sobre os modos de uso e apropriação dos recursos naturais com vistas a possibilitar uma reflexão ampliada das relações sociedade/natureza no turismo.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARIN, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiões de matas e rios. 2 ed. Belém: CEJUP / NAEA / UFPA, 1998.

ADRIÃO, D. G. da S. **Pescadores de sonhos**: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre famílias de pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis, Pará. Campinas, SP, 2003. 255 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGENDA 21 Global. Belém: SECTAM. [2000].

ALMEIDA, A. F.; ALMEIDA, V. S. R. **Português básico**: gramática, redação, texto. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, H. L. de P. e S. de. **Indicadores de qualidade de vida**: instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará. Fortaleza, 2002. 220 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará.

ALMEIDA, M. G. (Org.). **Paradigmas do turismo**. Goiânia: Alternativa, 176 p., 2003.

_____. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: Rodrigues, A. B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 184-190.

_____. Cultura: invenção e construção do objeto turístico. **Espaço Aberto 3**: Turismo e Formação Profissional. Fortaleza: v. 3, p. 17-30, 1998.

_____. Turistificação: os novos atores e imagens do litoral cearense. In: **Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB VI Encontro Regional de Estudos Geográficos: Nordeste**: turismo, meio ambiente e globalização. João Pessoa, julho, 1997. p. 27-36.

_____. Comunidades devem ser ouvidas sobre projetos turísticos. **Mandacaru AMECE**, Fortaleza, v. 2, n. 21, p. 15-17, 1996.

AMAPA. SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DO AMAPÁ – SETUR. **Estatuto**. Macapá, 2006.

_____. SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO. **Modelo de Gestão**. Macapá, 2004.

_____. NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROECOTUR AMAPÁ – NGP / AP. **Guia de Gestão de Implementação do Programa**. Macapá, 2003.

_____. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO ESTADO DO AMAPÁ – DETUR. **Estatuto**. Macapá: 2002.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO – SEICOM. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA**. Macapá, 1995.

AMEND, S.; AMEND, T. Habitantes en los parques nacionales: una contradicción insoluble? In: AMEND, S.; AMEND, T. (Org.). **Espacios sin habitantes?** Parques nacionales de América del Sur. Caracas: Nueva Sociedad, IUCN, 1992. p. 457-472.

ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE, R. F. de. **Malária e migração no Amapá: sua projeção espacial num contexto de crescimento populacional**. Belém, 2005. 418 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará – UFPA.

AULICINO, M. P. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 27-37.

AZEVEDO, J. Turismo: políticas públicas, recursos humanos e educação ambiental. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 185-219.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso: história e discurso**. São Paulo: Ática, 2003.

BAPTISTA, M. **Turismo, competitividade sustentável**. Lisboa, São Paulo: Editorial Verbo, 1997.

BENATTI, J. H. Unidades de conservação e as populações tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 107-125, 1999.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

_____. A política do turismo. In: TRIGO, L. G. G. **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3 ed. São Paulo: Senac, 2003. p. 177-202.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, P. L. A realidade da vida cotidiana. In: BERGER, P. L.; LUCKMAM, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 35-46.

BEZERRA, N. P. **Os ecoturistas estão chegando: aspectos da mudança social na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas**. Belém, 2005. 121 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará – UFPA.

BONNETI, L. W. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2006.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BORDENAVE, J. R. D. **O que é participação?** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, (Coleção Primeiros Passos).

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP e A, 2001.

BRASIL. Código Florestal Brasileiro, 1934.

_____. Ministério do Turismo – MTUR. **Programa de Regionalização**. Brasília: MTUR, 2003.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA/Amapá. **Parque Nacional do Cabo Orange: onde a Amazônia encontra o mar**. Aqui começa a preservação do Brasil. Macapá: IBAMA-AP, 2005. (Cartilha ilustrativa em comemoração aos 25 anos de criação do PARNA).

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC** (Lei nº 9985/2000). Brasília: IBAMA, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA / FUNBIO. **Projeto Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA**. Relatório Final. Termo de Referência nº. 001/2005: Parque Nacional do Cabo Orange, Brasília. 2005.

_____. **Plano de desenvolvimento sustentável participativo para o entorno do PARNA Cabo Orange**. Macapá: Projeto Probiodiversidade / Centro Nacional de Pesquisas Científicas – CNPq, 2003.

BUBER, M. **Eu e tu**. 8 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

CAMURÇA, S. M. S. A título de síntese: questões sobre a desigualdade no desenvolvimento do turismo. In: CAMURÇA, S. M. S. (Org.). **Dimensões da desigualdade no desenvolvimento do turismo no nordeste**. Recife: SOS CORPO-Gênero e Cidadania, 2003. p. 101-107.

CARDOSO, F. dos S. S. **Entre conflitos, negociações e representações: o contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX**. Belém, 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES). Universidade Federal do Pará – UFPA, 2003.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP / UFPA/ NAEA, 1997. p. 221- 242.

CASTRO, E; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. **Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia**: São Felix do Xingu, Novo Progresso e Castelo de Sonhos. Brasília: Banco Mundial, 2003. (Relatório de Pesquisa).

CERNEA, M. **Putting people first**: sociological variables in rural development. 2 ed. New York, NY: Oxford University Press, 1991.

CIRINO, C. A. M. **Pescadores em terra**: o caso Canoa Quebrada, Aracati, Ceará. Fortaleza, 1988, 96 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará.

COELHO, M. C. N. Reflexões sobre Ecoturismo na Amazônia. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia**. Belém: NAEA / UFPA, 1999. p. 51-74.

CONDURÚ, M. T.; PEREIRA, J. A. R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. 2 ed. Belém: NUMA / UFPA, EDUFPA, 2006.

CORIOLOANO, L. N. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLOANO, L. N. T. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 13-28.

COUDREAU, H. A. **La France Equinoxiale – Voyage a Traiens Lês Guyanes et L’amazonie**. Paris: Challanel Ainé Editeur, Librarie Coloniale, 1887.

_____. **La France Equinoxiale. Études Su Lês Guyanes et L’amazonie**. Tome Premier. Paris: Librarie Coloniale, 1886.

CROZE, H. Monitoring within and outside protected areas. In: JEFFREY, A. M.; MILLER, K. R. **National parks, conservation and development**: the role of protected areas in sustaining society. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1982. p. 628-633.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC / NUPAUB / USP, 2000.

_____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H.T. (org.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papyrus, 1997 (Coleção Turismo). p. 103-124.

DRUMM, A.; MOORE, A (Org.). **Desenvolvimento do ecoturismo**: um manual para os profissionais de conservação. v. I. Virginia-USA: The Nature Conservancy, 2003.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social?** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

FAUNDEZ, A. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREITAS, M. Amazônia: homem, natureza e cultura. In: FREITAS, M. **Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 21-40.

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernidade**. Belém: MPEG, 1994. p. 67-74.

GARMS, A. O turismo no plano de conservação da Bacia do Alto Paraguai, MS. In: LEMOS, A. G. (Org.). **Turismo: impactos sócio-ambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GASTAL, S. Da prática à teoria: pensando o turismo. In: MOESCH, M. M.; GASTAL, S. (Org.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.131-137.

GÓIS, C. W. de L. Psicologia comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: IPF, 2005.

GOMES, E. L. S.; SIMONIAN, L. T. L. Turismo e entorno de Unidades de Conservação – UC: o caso do Parque Nacional – PARNA do Cabo Orange. Trabalho apresentado no **Seminário de Avaliação das Expedições e Planejamento de Atividades para a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange**, realizado em Macapá, organizado pelo Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/IBAMA/IEPAWWF, em 06 a 07 de abril de 2006.

GOMES, F. dos S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira. In: GOMES, F. dos S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII / XIX**. Belém: 1999. p. 225-318.

GONÇALVES, C. W. P. Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso. In: VIANNA, G.; DINIZ, N.; SILVA, M. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 183-197.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANNA, G.; DINIZ, N.; SILVA, M. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate sócioambiental no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43-71.

IRVING, M. A. Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, Amapá, Brasil: “ultraperiferia” ou “laboratório” para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Salvador – Ano 6, n. 10, p. 26-37. julho de 2004.

_____. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

IRVING, M. A. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: _____; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 47-68.

_____; RODRIGUES, C. G. O.; FILHO, N. C. N. Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso. In: _____; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 94-112.

_____. Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In: CORIOLANO, L. N. T. (Org.). **Turismo e ética**. Fortaleza: UECE, 1998. p. 32-42.

KRIPPENDORF, J. Desenvolvendo o turismo em harmonia com os seres humanos e o ambiente natural. In: GASTAL, S.; BENI, M. C.; CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11- 24. (Coleção Turismo).

LEVANTAMENTO dos aspectos abióticos e bióticos da área de entorno do Parque Nacional do Cabo Orange. Macapá: IEPA / IBAMA, 2003. (Relatório Técnico).

LIMA, L. C. A luta pelo direito a terra, à cultura e ao turismo: o caso de Batoque-Aquiraz (CE). In: CORIOLANO, L. N. T.; _____ (Org.). **Turismo comunitário e responsabilidades sócioambientais**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 224-245.

_____; CORIOLANO, L.N.T. (org.). Turismo e desenvolvimento social sustentável. **Anais do 1º Seminário Internacional de Turismo**. Fortaleza: EDUECE, 2003. 210 p.

MAGNOLI, D. Horogênese das fronteiras amazônicas. In: ALVES, C. L. E. (Org.). **Formação do Espaço Amazônico e Relações Fronteiriças**. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 1998. p. 09-22.

MALINOWSKI, R. **A diary in the strict sense of the term**. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MENDONÇA, T.C.M. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a canoa que não quebrou e a fonte que não secou?** Rio de Janeiro, 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

MERICO, L. F. K. Políticas públicas para a sustentabilidade. In: VIANNA, G.; DINIZ, N.; SILVA, M. (org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate sócioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 251-262.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470 p.; il.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

MORAIS, P. D.; ROSÁRIO, I. S.; MORAIS, J. D. (Org.). **O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suíço**. Macapá: JM Editora e Gráfica, 2003. 102 p.; il.

_____. **Amapá: de capitania a território.** Macapá: JM Editora e Gráfica, 1999. 123 p.; il.

MUNRO, D. Global sharing and self-interest in protected areas conservation. In: JEFFREY, A. M.; MILLER, K. R. **National parks, conservation and development: the role of protected areas in sustaining society.** Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1982. p. 672-676.

NORRIS, R.; WIBER, J. C.; MORALES-MARIN, L. O. Ecoturismo basado en la comunidad en la selva Maya: problemas y potencial. In: PRIMACK, R. B.; BRAY, D.; GALLETTI, H. A.; PONCIANO, I. (Ed.). **La selva maya: conservación y desarrollo.** México: Siglo XXI Editores, 1999. p. 374-390.

OLIVEIRA, A. G. **O mundo transformado: um estudo da cultura de fronteira no alto rio Negro.** Belém: MPEG, 1995. 230 p.: il. (Coleção Eduardo Galvão).

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** 4 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OURIQUES, H. R. O turismo na periferia do capitalismo. In: OURIQUES, H. R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência.** Campinas: Alínea, 2005. p. 91- 100.

PEDROSO, J. S. **Famílias no vale do rio Jari: dinâmicas mudanças e acomodações.** Belém, 2003. 450 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento no Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará – UFPA.

PICANÇO, Arli Alda; LIMA, João de Barros de; SARMENTO, Joelma do Socorro; MACIEL, Maria José. **A festa de Santa Maria: espaço de práticas e representações em Cunani.** Macapá, 2003. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Amapá, 2003. (Apêndice: fotos, figura).

PINTO, P. M. Unidades de conservação da Amazônia: ecoturismo no Parque Estadual da Serra dos Martírios / Andorinhas (PA). In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia.** Belém: CEJUP, 2001. p. 55-69.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** São Paulo: FGV, 1996.

QUARESMA, H. D. A. B. **Turismo sustentável: tendências teóricas, limites e possibilidades em Parques Nacionais da Amazônia.** Belém, 2006, 135 f. Projeto de Qualificação de Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará – UFPA.

QUEIROZ, J. M. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, F. dos S. (Org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – séculos XVIII / XIX.** Belém: 1999. p. 319-347.

REIGOTA, Marcos. **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP e A, 2001.

REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa**. Belém: SECULT, 1993.

_____. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RIBEIRO, L.B. **Conservação da biodiversidade e gestão participativa na Amazônia: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, Amapá, Brasil**. Relatório de Pesquisa, DEA. EMTS: MNHN/INAPG/UP7, 2001. Paris.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo ao conhecimento interdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAMAIN, E. Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: o jornal La Lumière (1851-1860). **Revista da Antropologia**. São Paulo, USP, v. 44, n. 2, p. 2001.

SANITÉ, L. P.; GRANVILLE, J. J. Áreas protegidas y actividades humanas en Guyana Francesa. In: AMEND, S.; AMEND, T. (Org.). **Espacios sin habitantes? Parques nacionales de América del Sur**. Caracas: Editora Nueva Sociedad, IUCN, 1992. p. 265-287.

SANSOLO, D.G. Turismo: aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 69-91.

SCHARER, R. O turismo sustentável na Prainha do Canto Verde. In: CORIOLANO, L.N.T. (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003, p. 328-340.

SCHLEMMER, B. A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa. In: ARANTES, A. A., RUBEN, G. R., DEBRET, G. G. (Org.). **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. p. 137-153.

SENA, M. A. **Ecoturismo comunitário e territorialidades na APA de Balbino, Cascavel, Ceará**. Natal, 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SILVA, J. B. da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária na reserva extrativista do rio Cajari, Amapá**. Belém, 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará.

SILVA, J. M. da. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá-Guiana Francesa. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. **História Revista**. Goiânia, UFG, v. 10, p. 273-298. n.2, Jul. Dez. 2005.

SILVA, J.S. da. **A “Extensão Pesqueira” no desenvolvimento das comunidades litorâneas no Estado do Ceará.** Fortaleza, 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará.

SILVEIRA, O.F.M. **A planície costeira do Amapá: dinâmica de ambiente costeiro influenciado por grandes fontes fluviais quaternárias.** Belém, 1998. 215 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal do Pará.

SIMONIAN, L.T.L. Mulheres, gênero, políticas públicas e recursos naturais em São Jorge, FLONA do Tapajós, Pará. In: _____ (Org.). **Mulheres amazônicas de áreas de reserva e/ou conservada, Brasil.** Belém: NAEA/UFPA, no prelo.

_____. **Informe verbal sobre a relação dos colonos chegados do sul nos anos de 1970 e 1980 e a área do entorno da TI Urueu-Wau-Wau e do PARNA Pakaas Novos, em Rondônia.** Belém, 2006.

_____. **Anotações de campo sobre as UC do sul do Amapá.** Laranjal do Jarí, Mazagão, 2006-2004. (Arquivo pessoal).

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Ciências Humanas,** Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134, maio-ago. 2005a.

_____. Saberes locais e biodiversidade. **Saber local / interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia/Anais.** Belém: MPEG; CESUPA, 2005b. p. 59-93.

_____. Reflexiones sobre la familia en la frontera amazonica: idealizaciones y tendencias actuales. In: ROJAS, P. T. (Org.). **Familia, genero y antropología: desafios y transformaciones.** Bogotá: ICAN, 2003. p. 396-442.

_____. Prefácio. In: AROUCK, Ronaldo (Org.), SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes (Org.). **Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construção de alteridades.** Belém: NAEA/UFPA, 2002. p. 15-21.

_____. Mulheres, gênero e desenvolvimento na Amazônia brasileira: resistências, contradições e avanços. In: **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura.** Belém: NAEA-UFPA, 2001. p. 33-68.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia.** Belém: CEJUP, 2000. p. 09-53.

_____; FERREIRA, R. da S. Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso dos Imigrantes Brasileiros na Guiana Francesa. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. **História Revista,** Goiânia, UFG, v. 10, p. 227-253. n.2, Jul./Dez. 2005.

SOLA, L. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação.** São Paulo: UNESP, 1999. p. 23-65.

SORJ, B. SORJ, B. As sete faces da sociedade brasileira. In: SORJ, B. (Org.). **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, 2000. p. 11-35.

THIOLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUPINAMBÁ, S. V. *Terra e mar: caminhos da sustentabilidade*. Fortaleza, 1999, 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará.

_____; LIMA, M. do C. de L. Os contornos do abismo: a distância entre o discurso oficial das políticas de desenvolvimento turístico e a realidade do litoral cearense. In: **Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB VI Encontro Regional de Estudos Geográficos: Nordeste: turismo, meio ambiente e globalização**. João Pessoa, julho, 2007. p. 169-178.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. p. 193-223.

VIERTLER, R. B. A idéia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). **Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão**. Maceió: PRODEMA / UFAL, 1999. p. 17-35.

WIEDMANN, S. M. P. Estatuto jurídico de los habitantes de parques nacionales brasileños. In: AMEND, S.; AMEND, T. (Org.). **¿Espacios sin habitantes?** Parques nacionales de América del Sur. Caracas: Nueva Sociedad, IUCN, 1992. p. 115-123.

WILHEIM, J.; Por que reformar as instituições? In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 15-22.

WOLFF, C. S. **Mulheres da floresta: uma história; Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999. Ilustrado.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p., il.